



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOHNNATAN DAVID BIAS MONTEIRO**

**Revolução política e revolução dos costumes: a construção da geração 68 brasileira  
- comportamento, sexualidade, gênero e memória**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaína Martins Cordeiro

Niterói, 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOHNNATAN DAVID BIAS MONTEIRO**

**Revolução política e revolução dos costumes: a construção da geração 68 brasileira  
- comportamento, sexualidade, gênero e memória**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaína Martins Cordeiro

Niterói, 2017

JOHNNATAN DAVID BIAS MONTEIRO

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para obtenção  
do grau de Mestre em História. Área  
de Concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaína Martins Cordeiro – Orientadora  
UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rachel Soihet - arguidor  
UFF

---

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes- arguidor  
UERJ

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá:**

**M775 Monteiro, Johnnatan David Bias.**

Revolução política e revolução dos costumes: a construção da geração 68 brasileira- comportamento, sexualidade, gênero e memória / Johnnatan David Bias Monteiro. – 2017.

145 f.

Orientadora: Janaína Martins Cordeiro.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 139-145.

1. Ditadura militar 1964-1979. 2. Brasil. 3. Juventude.  
4. Comportamento sexual. 5. Gênero. 6. Memória. I. Cordeiro, Janaína Martins. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

## RESUMO:

Em quase cinco décadas, os movimentos de contestação social ocorridos em 1968 foram periodicamente revisitados, tanto em termos acadêmicos quanto em termos políticos e culturais. No que tange aos resultados destes movimentos no Brasil, em relação aos impactos sobre os comportamentos e costumes, sobretudo das juventudes, muito se tem levantado. Entretanto, inúmeras perspectivas não dão conta da enorme complexidade do período, na medida em que se prendem muitas vezes, à determinadas batalhas de memória social. Por sua vez no contexto brasileiro, tal memória das transformações comportamentais ajuda a conciliar algumas esferas sociais que se acomodaram à ditadura civil-militar instaurada em 1964, com a memória dos grupos de jovens estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores que de alguma forma enfrentaram as brutalidades do regime.

Assim, o seguinte trabalho tem como objetivo apresentar um panorama que permita entender o ano de 1968 como um ponto de convergência não monolítico dentro do processo de grandes transformações sociais, políticas e culturais que se desenvolviam ao longo do século XX. Desta forma observando os usos do passado que permitem a conciliação social em torno da memória da ditadura civil-militar brasileira, através do silenciamento da importância das lutas de oposição política e revolucionária em contrapartida à exaltação das questões comportamentais. Simultaneamente, serão analisadas algumas obras que trataram sobre o movimento de 1968 e seus desdobramentos, produzidas por ocasião das proximidades dos aniversários redondos de 1968: 1978, 1988, 1998 e 2008. Estas produções serão analisadas de acordo com as conjunturas sociais em que foram produzidas, na tentativa de se compreender o percurso pelo qual a memória social do período se desenvolveu relativas às transformações nos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero. E por fim, será explorada na dissertação a trajetória do militante estudantil, guerrilheiro e exilado político Herbert Daniel e como sua homossexualidade foi vivida no decorrer deste processo, atentando principalmente para o período de sua militância política revolucionária. Pretende-se verificar, assim, as formas a partir das quais as esquerdas lidavam com a homossexualidade. Da mesma forma, a proposta é também verificar se as organizações armadas de esquerda, por si só, seriam espaços privilegiados para as práticas de oposição à sociedade capitalista e seus valores. Sendo o movimento de luta armada, devido à intervenção concreta que tentou realizar na sociedade, um dos mais

significativos processos, que se entrelaça a narrativa de parte da chamada “geração 68” no Brasil.

## **ABSTRACT:**

In almost five decades, social protest movements that occurred in 1968 have been periodically revisited, both academically as well as politically and culturally. Regarding the results of these movements in Brazil, in relation to the impacts on behaviors and customs, especially of the youth, much has been raised. Nonetheless, innumerable perspectives fail to account for the colossal complexity of the period, insofar as they often relate to certain battles of social memory. On the other hand, in the Brazilian context, such a memory of behavioral transformations helps to reconcile some social spheres that were adapted to the civil-military dictatorship established in 1964, with the memory of groups of young students, artists, intellectuals and workers who somehow got through brutalities of the regime.

Hence the following work aims to present a panorama that allows to understand the year of 1968 as a point of non-monolithic convergence within the process of great social, political and cultural transformations that developed throughout the twentieth century. Thusly observing the past uses that allow social conciliation around the memory of the Brazilian civil-military dictatorship, by silencing the importance of the struggles of political and revolutionary opposition in counterpart to the exaltation of behavioral issues. Simultaneously, some works dealing with the 1968 movement and its unfolding, produced on the occasion of the following anniversary of 1968: 1978, 1988, 1998 and 2008, will be analyzed. These productions will be analyzed according to the social conjunctures in which they were produced, in an attempt to understand the course through which the social memory of the period has developed regarding to the transformations in customs, behaviors, sexuality and gender relations. And finally, the trajectory of the student militant, guerrilla and political exile Herbert Daniel will be explored in the dissertation and how his homosexuality was lived in the course of this process, paying particular attention to the period of his revolutionary political militancy. The aim is to verify the ways in which the leftists deal with homosexuality. In the same way, the proposal is also to verify if the left armed organizations, by themselves, would be privileged spaces for the practices of opposition to the capitalist society and its values. Being the movement of armed struggle, due to the concrete intervention that tried to carry out in the society, one of the most significant processes, that is intertwined the narrative of part of the call "generation 68" in Brazil.

### *Agradecimentos:*

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais, Maria de Lourdes Monteiro e Jorge Bastos de Lima. Obrigado pelo amor e coragem que me permitiram chegar até aqui, mesmo com todas as dificuldades que assolam a classe trabalhadora.

Gostaria de agradecer a minha orientadora a Professora Doutora Janaína Martins Cordeiro. Obrigado por todo empenho em ajudar a conduzir esta pesquisa.

Obrigado ao Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho por desde o início ter apoiado meu trabalho e por ter composto a banca de qualificação.

Igualmente obrigado Professora Doutora Rachel Soihet pela imensa contribuição teórica que me forneceu e por aceitar compor as bancas de qualificação e defesa.

Obrigado por sua vez ao Professor Doutor Ricardo Antonio Souza Mendes por avaliar meu trabalho na banca do exame de defesa.

Preciso agradecer pelo apoio concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que muito contribui para a realização do trabalho.

Agradeço também aos profissionais e alunos da Escola Pública, parte integral do que sou.

E por fim quero agradecer a minha companheira, a Professora Bianca Jager Bettini. Amor da vida, onde minha existência se divide entre antes e depois de nossos caminhos se cruzarem. Obrigado!

A Mel e Toquinho por tantas madrugadas!



## SUMÁRIO:

<b>Resumo</b> .....	5
<b>Abstract</b> .....	7
<b>Agradecimentos</b> .....	8
<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1- 1968, presente e passado:</b>	
1.1- 1968, <i>o entendimento do passado</i> .....	20
1.2- 1968, <i>as demandas do presente</i> .....	34
<b>Capítulo 2- 1968, a memória dividida:</b>	
2.1- 1968, <i>memórias em disputa</i> .....	49
2.2- 1968, <i>o desenvolvimento da memória: críticas e conciliações</i> .....	58
2.3- 1968, <i>gerações e gênero</i> .....	65
2.4- 1968, <i>novas versões e muitas memórias</i> .....	93
2.5- 1968, <i>memórias transpostas</i> .....	98
<b>Capítulo 3- Herbert Daniel: sexualidade silenciada</b>	
3.1- <i>O exílio da Homossexualidade</i> .....	111
<b>Considerações Finais:</b>	
<i>Revolução política e revolução dos costumes: usos do passado</i> .....	133
<b>Bibliografia</b> .....	139
<b>Fontes documentais</b> .....	143

## Introdução:

Cerca de quarenta países, no turbulento ano de 1968, viveram movimentos de contestação social, cujos jovens, em sua maioria estudantes, constituíram os principais atores envolvidos<sup>1</sup>. De forma geral, bandeiras anti-imperialistas, com críticas contundentes à guerra do Vietnã; anticapitalistas, questionando a inserção da classe operária na lógica do trabalho voltado para o consumo; e de crítica ao socialismo real, em suas lógicas burocráticas e autoritárias; relativamente comuns em muitos países, permitiram que alguns autores colocassem estes movimentos como partes de um mesmo processo de contestação social que se desenvolveu mundialmente naquele momento<sup>2</sup>. No entanto, é preciso pontuar que em cada país, para além das citadas bandeiras unificadoras, tais movimentos possuíam reivindicações e formas de luta específicas ligadas às demandas cotidianas, às conjunturas políticas e aos contextos sociais que estavam inseridos. Tal ressalva se faz necessária, na medida em que falas a partir do presente e suas conseqüentes determinações sob a memória<sup>3</sup> acabam por resumir os movimentos de contestação social ocorridos internacionalmente em 1968, em certos aspectos, de forma bastante homogênea.

Nas últimas cinco décadas, este multifacetado processo de contestação social que coloca o controverso ano como referência central vem sendo revisitado, citado e reivindicado por grupos muito distintos. Em média a cada dez anos, nas comemorações dos aniversários redondos de 1968, ele é revisto enquanto um marco significativo dentre as transformações políticas e culturas ocorridas ao longo do século XX. No âmbito da produção acadêmica, por exemplo, a própria historiografia vem reconhecendo cada vez mais a importância e a influência da produção teórica do período, ao mesmo tempo em que se esforça para compreender a relevância dos episódios enquanto processo histórico e seus múltiplos desdobramentos sociais.

Em meio às comemorações realizadas década a década, não apenas a academia, mas também grupos de esquerda de diversos países promovem reatualizações sobre a importância de 1968 e suas conseqüências enquanto acontecimento. Assim, o amplo e

---

<sup>1</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 1968: A Paixão de uma Utopia. Editora Fundação Getúlio Vargas, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2008, p.: 27.

<sup>2</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Em busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999, pp.: 10-14.

<sup>3</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996, p.: 98.

variado processo de questionamento social que saltou aos olhos naquele ano, tem se integrado a cultura política presente em muitos partidos, sindicatos e movimentos sociais de esquerda. Nacionalmente é comum verificar a presença das transformações políticas e culturais advindas dos processos de contestação social de 1968 na memória do movimento estudantil e na memória da luta armada que, cada qual a seu modo, mas com interseções entre si, enfrentaram a ditadura civil-militar brasileira. Como também podemos verificar que a memória dos acontecimentos de 1968 e seus desdobramentos ainda são partes vivas das histórias pessoais, políticas e intelectuais dos militantes que aderiram aos movimentos de oposição ao regime autoritário vigente em nosso país. Assim, as manifestações coletivas e individuais da memória social a partir das narrativas de grupos e pessoas que se opuseram politicamente a ditadura civil-militar, na qual os acontecimentos e transformações de 1968 aparecem significativamente como ponto de convergência de muitas lembranças, representando para as esquerdas brasileiras um simbólico ponto de apoio para sua identidade. Ou seja, um importante componente de sua Cultura Política, que é entendida conceitualmente enquanto o “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como também provê inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”<sup>4</sup>

Além da academia, das esquerdas e dos militantes que vivenciaram dentro de cada contexto nacional os movimentos de contestação social ocorridos em 1968 e em seus desdobramentos, também os meios de comunicação formularam acerca dos anos comemorativos de 1978, 1988, 1998 e 2008 versões dos acontecimentos e seus impactos na vida social. Em geral, uma vasta gama de produções literárias, fílmicas e televisivas são realizadas alcançando um público considerável e funcionando como referências significativas do olhar de sociedades do presente para o passado. No caso brasileiro, este olhar envolve um processo conciliatório em relação a um passado traumático. Pois lembrar 1968 no Brasil, entre outras perspectivas, se relaciona diretamente a recuperação, em média a cada dez anos, da memória da luta radical de um grupo dentro de uma simbólica geração, composto por alguns jovens estudantes urbanos de classe média que enfrentaram o terrorismo de Estado praticado pela ditadura civil-militar, na tentativa de derrubar o regime e de promover a revolução socialista através

---

<sup>4</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). Culturas Políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte. Fino Traço, 2014, p. 21.

da luta armada. Instaurado desde 1964, tal governo golpista e autoritário estava apoiado em uma fachada institucional de democracia, que contava geralmente com o consentimento dos adultos da mesma classe média urbana- ou seja, seus próprios pais- e também com a conivência dos próprios grupos de comunicação que a partir das demandas do presente se propõe a silenciar tais aspectos.

Neste contexto de reapropriações e disputas, que envolvem vários grupos interessados na recuperação do processo desenvolvido em 1968 no Brasil, a questão da revolução dos costumes e comportamentos, recorrentemente relacionada às agitações sociais ocorridas pelo mundo ao longo deste ano e aos seus desdobramentos, se encaixa enquanto um típico exemplo de uma lógica da memória que constrói representações unificadas do passado.<sup>5</sup> Assim, para avançarmos no entendimento das rupturas e continuidades comportamentais e políticas que se processaram, passados quase 50 anos de tais movimentos, torna-se necessário colocar em questão, de forma minuciosa, até que ponto estava em primeiro plano dentro de cada contexto nacional doméstico, principalmente no caso brasileiro, as lutas contra as formas de autoridade e poder. Qual lugar ocupado pelos questionamentos à escola, à universidade, à família, ao casamento, às empresas, às organizações e à sociedade política em cada país onde ocorreram manifestações e movimentos de contestação em 1968? Da mesma forma, é importante refletir sobre como as próprias lutas políticas eram atravessadas por conservadorismos, pela culpabilização de hábitos com base nos valores cristãos, por formas de coação moral no que tange à diversidade e pelas várias formas de opressão de gênero. Pontos comportamentais que autores, em uma considerável quantidade de estudos sobre 1968, costumam ressaltar a ampla e profunda transformação<sup>6</sup> de forma generalizante em escala mundial.

Em outras palavras, nestes quase 50 anos, 1968 foi periodicamente revisitado, a partir dos propósitos mais diversos, tanto em termos acadêmicos quanto políticos e culturais. No que tange aos resultados deste movimento no Brasil, em relação aos impactos sobre os comportamentos e costumes, sobretudo das juventudes, muito se tem levantado. Entretanto, inúmeras perspectivas ficam desconexas, principalmente as que estão relacionadas à memória social, uma vez que, no contexto doméstico brasileiro, tal memória ajuda a conciliar esferas sociais que se acomodaram à ditadura civil-militar,

---

<sup>5</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p.: 96.

<sup>6</sup> WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999, pp.: 22 e 23.

com a memória dos grupos de jovens estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores que, de alguma forma, enfrentaram as brutalidades do regime.

Tzvetan Todorov, em sua discussão sobre a memória e seus usos, tem como argumento principal as consequências da incidência do passado sobre o presente. O autor defende que tal passado recuperado pela memória, não deve reger o presente, mas se comportar como um parâmetro de comparação para que equívocos, injustiças e abusos, como tantos que perpassam nossa história, não mais aconteçam.<sup>7</sup> Neste caso, acaba por propor uma análise sobre os usos do passado nas esferas da vida social.

A memória não é a equivalência inexorável do ocorrido, porém não se opõe a ele, mas se comporta ao mesmo tempo como uma perspectiva de sua supressão e de sua conservação. Levando em consideração a impossibilidade insuperável da absoluta reconstrução do passado em todos os seus aspectos, a memória trabalha com um processo de seleção do que vai se recuperar do passado tendo como consequência recorrentes utilizações, um tanto quanto questionáveis, do passado no presente<sup>8</sup>. A memória não trabalha somente com a identidade que permite a coesão de uma coletividade - que por sua vez podemos considerar como quadro e pontos de referências do grupo, colocado por Henry Rousso como memória enquadrada, substituindo o próprio termo de memória coletiva<sup>9</sup> - ela é parte da formação dos indivíduos, sendo responsável não só por suas convicções, mas também pelos seus sentimentos.<sup>10</sup> No entanto, existe nesta relação entre a coletividade e a individualidade, a viabilidade da “negociação” que as concilia, colocando-as para além da seletividade por si só.<sup>11</sup>

Individual, porém construída coletivamente, a memória comporta-se, cotidianamente, através de demandas específicas de cada realidade.<sup>12</sup> Ela se molda a partir do presente, a partir dos sentimentos pessoais e coletivos. Assim, por sua vez, modificando a própria forma de lembrar o passado e de sentir suas referências e implicações. Sua utilização segue a mesma lógica na medida em que a própria condição do grupo ou do indivíduo se transforma dentro da vida social, trazendo essas novas referências a todo tempo, que recondicionam seu olhar sobre o passado. Todorov propõe, no entanto, não haver um automatismo entre o ato de lembrar e o que será feito

---

<sup>7</sup> TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de la memoria*. Barcelona Y ediciones Paidós Ibérica, S.A., Buenos Aires, 2004, p.: 25.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 15 e 18.

<sup>9</sup> POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.: 7.

<sup>10</sup> TODOROV, op. cit., 2004, pp.: 26, 35 e 51.

<sup>11</sup> POLLAK, op. cit., 1989, p. 1.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.: 2.

a partir dessa lembrança. Ambos são processos que possuem suas próprias características. O ato lembrar será condicionado por critérios que imprimem uma seletividade. E desta maneira haveria, segundo o autor, a utilização de critérios, conscientes ou não, para as lembranças que serão utilizadas para fins específicos, dessa lembrança selecionada a partir da demanda do presente.<sup>13</sup>

Alguns dos indivíduos ícones do movimento de contestação social e política, ocorridos no Brasil em 1968, figuram hoje em inúmeras esferas do poder nacional e parte de seu *status* ainda está diretamente ligada à sua atuação política no período. Paralelamente, a maioria dos indivíduos que participaram do movimento e permaneceram em relativo anonimato, muitas vezes, recuperam aquele momento como parte integrante de sua história pessoal. Nos dois casos, considerando as devidas proporções e as intenções dos usos deste passado<sup>14</sup>, muitos se referem aos acontecimentos acreditando alcançar a mais completa veracidade e sinceridade e, de forma alguma, parecem considerar o condicionamento do presente sobre suas palavras<sup>15</sup>. Neste contexto, muitas produções midiáticas reatualizaram tais reminiscências no bojo do processo de conciliação social, tendo como pano de fundo a ainda vigente lei de anistia promulgada em 1979<sup>16</sup>. Essa lei anistiou assassinos e torturadores, que promoveram o terrorismo de Estado em nome da ditadura civil-militar brasileira, ao mesmo tempo em que anistiou os opositores do regime, colocando em uma mesma balança responsabilidades absurdamente desiguais.

De início queremos esclarecer que de maneira alguma pretendemos propor que o ano de 1968 e todos os seus desdobramentos, como também os indivíduos que o construíram, através de suas diversas lutas - arriscando, em alguns casos, até mesmo suas próprias vidas - não tenha sido revolucionário. Ao contrário, defendemos que, em diversos países, esse ano foi marcado por rupturas significativas no seio da vida social, política e cultural, ou apontaram para caminhos futuros, sendo o Brasil um destes países. No entanto, tendo em vista que a memória é a reconstrução, de forma seletiva, do passado de indivíduos inseridos em contextos coletivos<sup>17</sup>, consideramos válido observar quais destas rupturas seriam realmente decorrentes deste processo vivido a partir de 1968 e quais os “limites comportamentais” que esta geração não conseguiu

---

<sup>13</sup> TODOROV, op. cit., 2004, p.: 17.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p.: 98.

<sup>16</sup> REIS FILHO, A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.

<sup>17</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p.: 94.

ultrapassar. Sob este aspecto, é importante questionar 1968 – a geração 1968 – em sua complexidade, refletindo sobre o que é história e o que é memória, baseada em demandas atuais, observando os possíveis usos deste passado. Sendo este o objetivo desta dissertação, procuramos, especificamente, entender como esta relação de recuperar o passado a partir do presente se estabeleceu no caso brasileiro no que se refere à mudança dos comportamentos e dos costumes, abordando principalmente a questão da sexualidade e das relações de gênero.

Tendo em vista que há uma memória que evoca 1968 como uma ruptura comportamental - e que em alguns países essa tendência foi realmente mais acentuada entre alguns grupos, como na França e nos EUA - cabe ressaltar que, mesmo no Brasil, havia uma discussão nesse sentido, que vai inclusive aparecer, a partir da década de 1970, nos movimentos contraculturais, no movimento hippie e em outros espaços. Todavia, determinadas recuperações de memória tendem a “universalizar” e “homogeneizar” 1968 do ponto de vista dos costumes e da liberalização dos comportamentos. Desta forma, procuramos salientar que essa “vontade libertária”, que aparece em muitas reconstruções de memorialísticas como a grande herança de 1968, não se aplica a todos os atores sociais envolvidos no processo, como é o caso de importantes segmentos dentro das esquerdas do movimento estudantil e das esquerdas que aderiram à luta armada no Brasil. Tal ressalva se faz necessária em meio a cenários apresentados recorrentemente por obras midiáticas que exaltam de forma desmedida as transformações comportamentais como um aspecto separado do universo político, e por sua vez silenciam em suas narrativas a disposição de parte da geração 68 brasileira em revolucionar as estruturas sociais de classe.

Assim, o primeiro capítulo pretende apresentar um panorama que permita entender o ano de 1968 como um ponto de convergência não monolítico dentro do processo de grandes transformações sociais, políticas e culturais que se desenvolviam ao longo do século XX. Na primeira parte, faremos um rápido apanhado sobre o desenvolvimento dos acontecimentos a partir da interpretação historiográfica, por meio do qual 1968 será observado a partir de quatro perspectivas diferentes. São elas, a reiteração das lutas de libertação nacional, os questionamentos dos modelos e práticas autoritárias do chamado socialismo real, os questionamentos sociais e culturais nos países capitalistas desenvolvidos, como também as lutas de enfrentamento do poder político pela revolução das estruturas sociais de classe.

Na segunda parte, serão observados usos do passado que permitem conciliar esferas da sociedade brasileira em torno da memória da ditadura civil-militar através do silenciamento da importância da luta política e revolucionária, tendo como contrapartida a exaltação das questões comportamentais. Tal operação memorialística é indício de uma interpretação do passado frequentemente proposta pelos veículos midiáticos ao abordar os acontecimentos de 1968 no Brasil.

No segundo capítulo, serão analisadas algumas produções que tratam do movimento de 1968 e seus desdobramentos. Seleccionadas com base na repercussão que alcançaram e nos debates que desencadearam, são elas fontes como jornais, livros, peças de teatro, filmes documentários, filmes de ficção e séries de TV, produzidos nas proximidades dos aniversários redondos de 1968: 1978, 1988, 1998 e 2008. Estas serão analisadas de acordo com as conjunturas sociais em que foram produzidas, na tentativa de se compreender o percurso pelo qual a memória social do período se desenvolveu<sup>18</sup> no que tange às transformações nos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero.

Sob tal perspectiva, tentaremos observar a juventude de esquerda que participou ativamente dos movimentos de 1968 no Brasil, de forma autônoma e diversificada, de modo a inseri-la em um contexto político particular com demandas cotidianas específicas. Demandas essas que a distingue das demais juventudes que participaram das agitações ocorridas neste mesmo ano em outros lugares do mundo. Para tal propósito, serão observados diversos exemplos em termos comportamentais que permitem entender a experiência brasileira de forma singular. Traremos para o centro da análise a experiência da luta armada, existente em paralelo ao movimento estudantil, que representava uma possibilidade de reação radical concreta aos valores morais da sociedade capitalista. Estes pontos, por sua vez, serão debatidos à luz do conceito de geração<sup>19</sup>, desenvolvido por Jean-François Sirinelli.

No terceiro capítulo, será analisada a trajetória do militante estudantil, guerrilheiro e exilado político Herbert Daniel, tendo em vista o modo como sua homossexualidade foi vivida no decorrer deste processo, atentando principalmente para o período de sua militância armada revolucionária e exílio político. Assim, pretende-se verificar as formas a partir das quais segmentos importantes das esquerdas brasileiras

---

<sup>18</sup> Ibidem, p.: 95.

<sup>19</sup> SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e Abusos da História Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996, pp. 134-137.



lidavam com a homossexualidade. Da mesma forma, a proposta é também verificar se as organizações armadas de esquerda, por si só, seriam espaços privilegiados para as práticas de oposição à sociedade capitalista e seus valores. Isso porque a luta armada foi, devido à intervenção concreta que tentou realizar na sociedade, um dos mais significativos processos, a partir dos quais se entrelaça a narrativa de parte da chamada “geração 68”.<sup>20</sup> Pois, entendendo a vivência da homossexualidade como um rompimento avançado da série de modelos e práticas sociais pré-determinados que, segundo Foucault, podemos considerar como sexualidade<sup>21</sup>, a trajetória de Herbert Daniel em específico, servirá como relevante termômetro de como a transformação dos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero se processavam no Brasil entre a juventude de esquerda mais radical por volta de 1968 e em seus desdobramentos.

Como já foi acima sinalizado, na tentativa de alcançar os propósitos deste estudo preliminar, dois conceitos ocupam papéis teóricos fundamentais: os conceitos de geração e gênero. Segundo Jean-François Sirinelli, a noção de “geração” figura em nosso cotidiano para além de uma característica biológica, sendo detentora de fortes perspectivas sociais e culturais. Ela é um parâmetro significativo de como as civilizações se autodividem no tempo.<sup>22</sup> O autor propõe que a consolidação de uma geração está ligada essencialmente à aquisição de “existência autônoma e uma identidade - ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador”.<sup>23</sup> Este ainda coloca que além dos contornos dados à geração por tal acontecimento, se faz presente também os sentimentos de “autorrepresentação” e “autoproclamação”. O forte sentimento de fazer parte de um grupo identitário que se diferencia dos demais.<sup>24</sup>

E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e aos seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.<sup>25</sup>

---

<sup>20</sup> SIRINELLI, op. cit., 1996, p.: 134-137.

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. vol. 1. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 17ª edição, 1988, pp.: 116 e 117.

<sup>22</sup> SIRINELLI, op. cit., 1996, pp.: 131 e 132.

<sup>23</sup> Ibidem, pp.: 133-137.

<sup>24</sup> Ibidem, p.: 133.

<sup>25</sup> Idem. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p.: 255.

No que se refere aos debates de “gênero”, Joan Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, considerado de grande relevância para os estudos sobre o conceito, propõe a seguinte definição:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.<sup>26</sup>

Para além da definição de Scott, o desenvolvimento dos estudos que se debruçam sobre a categoria gênero como instrumento de análise das relações sociais, tem permitido a construção de arcabouços teóricos que começam a refinar a própria categoria com a finalidade de dar conta de novas problemáticas, visto que o entendimento exclusivamente binário dos gêneros, com suas noções sexuais de masculino e feminino, não consegue esgotar. Assim, emergem de forma significativa neste contexto bibliográfico os pensamentos de Judith Butler, que analisa as falas científicas que constituíram o discurso da dualidade sexual.

Levando a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo mulheres interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número dois.<sup>27</sup>

Consequentemente a essa desconstrução da binariedade sexual enquanto natural, ela nos leva a entender o sexo como uma construção social e o gênero não como significado cultural das diferenças sexuais dadas pela natureza, mas como portador de relações de poder, disfarçadas pelo discurso da essência biológica. Os gêneros, nessa perspectiva, são performances, construções intencionais de significado social de que o sexo então é derivado.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica” Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, SOS Corpo, 1991, p.: 21.

<sup>27</sup> BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003, p.: 24.

<sup>28</sup> SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” In: Revista Brasileira de História. Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul-dez. 2007, pp.: 293 e 294.

Em suma, considerando as repercussões atuais que o ano de 1968 ainda possui sobre os indivíduos e a sociedade como um todo, os conceitos de geração e gênero auxiliarão na tentativa de uma análise aprofundada que permita pontuar o plano em que se encontrava a questão dos costumes e dos comportamentos dentro do debate político realizado pelos diferentes segmentos sociais que compuseram o movimento brasileiro. Desse modo, direcionamos nosso olhar aos tópicos da sexualidade e das relações de gênero, tendo em vista compreender a ideia que se construiu sobre a chamada “revolução sexual” e como essa perspectiva se desenvolveu com o passar dos anos, de acordo com as condições que foram e são hoje presentes. Pois, em função da recorrente afirmação das transformações nos padrões comportamentais como principal herança deixada por 1968<sup>29</sup>, pretende-se mapear os paralelos estabelecidos, através do ato de rememorar, com os demais países que passaram por agitações sociais, a fim de questionar os usos do passado que derivam desta complexa problemática. Como por exemplo, a conciliação social entre as classes médias que apoiaram a ditadura civil-militar e alguns grupos de jovens da geração 68 brasileira que através do movimento de luta armada, tentaram derrubar o regime e promover a revolução socialista. Estudantes com disposição combativa e transformadora que muitos veículos de comunicação tentam silenciar através da exacerbada exaltação das mudanças comportamentais e da desvinculação do alcance de tais rupturas do ambiente de lutas políticas que se processavam em paralelo no período. Ao mesmo tempo essa forma de uso do passado também silencia os efeitos do terrorismo promovido pelo Estado brasileiro contra estes jovens opositores e alguns outros grupos, por cerca de duas décadas.

---

<sup>29</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 53.

## Capítulo 1- 1968, presente e passado:

### *1.1- 1968, o entendimento do passado.*

Ao longo das décadas, verificamos o desenvolvimento de tendências que recuperam os movimentos de 1968 como comprometidos até a medula com a profunda renovação dos costumes. Porém, uma análise historiográfica mais minuciosa nos indica que, em determinados casos, as evidências de tal perspectiva não se apresentam de forma tão clara. Essa constatação nos leva a pensar até que ponto as transformações comportamentais que ocorreram ao longo do tempo não estão ligadas a complexas operações memorialísticas que devem ser interpretadas.

A compreensão de 1968 enquanto processo e seus desdobramentos esbarram logo de início no entrelaçar de muitas memórias que dificultam a existência de um consenso sobre seu significado histórico. No entanto, ao nos debruçarmos sobre o diversificado conjunto de fontes composto por jornais, livros, peças de teatro, filmes documentários, filmes de ficção e séries de TV, produzidos por ocasião das proximidades dos aniversários redondos de 1968: 1978, 1988, 1998 e 2008, bem como por pesquisas historiográficas relativas ao tema, temos a possibilidade interpretá-lo, de certo, como um ano não monolítico de consequências amplamente variadas. Assim, muitas evidências mostram que ele não é um ano homogêneo e sim controverso, no qual as transformações passadas por cada país ou região foram vivenciadas de modo bastante diverso. O mosaico de lutas políticas e rupturas culturais, articulado principalmente através dos meios de comunicação em fins dos anos 1960, permite vislumbrar um grande intercâmbio de influências, não suficiente, porém, para a homogeneização dos movimentos em termos de demandas que a memória social sobre o período tende a recuperar.

Dentro deste complexo emaranhado de movimentos, acontecimentos e processos que saltaram aos olhos em 1968, podemos observar o que chamaríamos de uma primeira vertente: a da reinteração das lutas de libertação nacional que vinham desde antes da Segunda Guerra Mundial, acentuando-se após a Revolução Chinesa (1949) e a Independência Indiana (1947). A constantemente televisionada Guerra do Vietnã (1955-1975) pode, nesta vertente, ser entendida como grande símbolo do movimento de descolonização sob o contexto da Guerra Fria, (1945-1991), exemplo objetivo das disputas políticas e ideológicas da segunda metade do século XX. Segundo, Eric Hobsbawm:

Contudo, economia à parte, dois acontecimentos inter-relacionados pareciam então alterar o equilíbrio das duas superpotências. O primeiro era a presumida derrota e desestabilização nos EUA, quando esse país se lançou numa nova grande guerra. A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisivas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente prevista após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto à suas forças. Por que os EUA foram se envolver numa guerra condenada, a qual seus aliados, os neutros e até a URSS os tinha avisado,\* é quase impossível compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranoia dentro da qual os principais atores da Guerra Fria Tateavam o caminho.<sup>30</sup>

Neste contexto, o ano de 1968 é considerado como decisivo a partir da chamada Ofensiva do Tet, a qual foi vista como a ação guerrilheira que possibilitou a posterior derrota da poderosa força bélica dos Estados Unidos da América. A virada militar proporcionada pela ofensiva, em uma guerra considerada por alguns como moralmente justa de um povo camponês contra o imperialismo estadunidense, espalhou uma perspectiva de relativização sobre as possibilidades de êxito militar em condições de luta objetivamente desiguais. Em 30 de janeiro de 1968, mais de 50 mil guerrilheiros atacariam importantes cidades, como a capital Saigon, mudando definitivamente os rumos da guerra e forçando os estadunidenses a abrir negociações de paz nos meses seguintes.<sup>31</sup>

Também na África, lutas de povos oprimidos envolvendo guerrilhas se encaixam dentro da vertente das lutas de libertação nacional que se processavam. Zimbábue, Namíbia, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique são exemplos dos movimentos que avançavam contra o imperialismo naquele ano.<sup>32</sup> Assim uma primeira face dos movimentos de 1968 reside nas lutas de libertação nacional, enfrentamentos estes que inspiraram jovens em diversas partes do mundo.

A segunda vertente dos processos e movimentos de contestação social que se entrecruzam em 1968 é a de questionamento dos modelos chamados de Socialismo Real. Na Polônia, estudantes enfrentaram, nas ruas de Varsóvia, a repressão do regime ao marcharem em passeatas reivindicando o fim da censura, a democratização das universidades, a libertação de presos e a revogação de punições. Na Iugoslávia, a partir da Universidade de Belgrado e alcançando outras cidades, estudantes fizeram ocupações

---

<sup>30</sup> HOBBSAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1995, p.: 241.

<sup>31</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.:, pp.: 40 e 41.

<sup>32</sup> Idem.

e passeatas cobrando bolsas de estudos, um estatuto para residentes universitários, demissão de indivíduos ligados à vigilância e à censura, fim da violência policial e fim do controle do Partido Comunista na educação e na cultura.<sup>33</sup>

Na Tchecoslováquia, 1968 começaria sob uma perspectiva de mudança em seu modelo socialista. Alexander Dubcek, após assumir o cargo de dirigente máximo do Partido Comunista, iniciou o processo de libertação dos presos políticos e propôs um programa de reformas para o regime. Nesse programa, constava a garantia de liberdades civis, a revisão das ações de expurgo, a renovação das leis eleitorais, o alargamento da liberdade de organização partidária, a independência para o poder judiciário, a equiparação do poder político - entre o Partido Comunista, parlamento e governo -, reformas econômicas, fim das restrições ao comércio mundial, autonomia empresarial e autonomia para a Eslováquia. Esse conjunto de medidas caracterizou o que se passou a chamar de Primavera de Praga.<sup>34</sup>

A União Soviética lideraria uma campanha contra o movimento da Primavera de Praga, com apoio da Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Bulgária. Após intensificar as pressões exigindo a restauração da censura, o fim das críticas ao modelo socialista praticado no bloco, o afastamento de reformadores dos cargos de responsabilidade, o restabelecimento do controle político do país pelo Partido Comunista e o estacionar de tanques e tropas na fronteira com Alemanha, os soviéticos comandariam os países do Pacto de Varsóvia na invasão da Tchecoslováquia. No entanto, com base na opinião pública a favor das reformas e das ações de resistências contra a invasão, as lideranças tchecoslovacas tentaram reafirmar as mudanças no regime através da eleição de um novo comitê central para o Partido comunista. Porém, a pressão soviética foi mais forte colocando fim à onda de modificações sonhadas na Primavera de Praga.<sup>35</sup>

Na China, o controverso processo da chamada Revolução Cultural ainda tentava continuar seu caminho. Uma série de reformas nos campos da educação, das relações de trabalho e das instituições, iniciadas em 1965, davam sinais de esgotamento ao chegar em 1968. A perspectiva de se revolucionar aspectos cotidianos, como ideias, hábitos e costumes, encontrava-se cada vez mais limitada a expurgos de dirigentes e modificações nos altos escalões políticos e militares, frustrando assim as expectativas dos estudantes

---

<sup>33</sup> Ibidem, pp.: 48 e 49.

<sup>34</sup> Idem

<sup>35</sup> Ibidem, pp.: 50 e 51.

que mergulharam neste processo que objetivava transformações no regime socialista chinês.<sup>36</sup>

Outra vertente, em uma terceira perspectiva, trata dos movimentos de contestação social que, em 1968, atingiram as democracias liberais dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental. Os norte-americanos passariam por agitações que colocavam em xeque questões fundamentais para os rumos daquela sociedade, como a luta dos movimentos negros pela afirmação da igualdade de direitos civis. Nesse contexto, é de grande relevância a observação do viés pacifista das ações e passeatas lideradas pelo reverendo Martin Luther King e, de outro lado, o viés radical do grupo armado Panteras Negras. Inclusive, o atentado racista que tirou a vida de Luther King em abril de 1968, contribuiu para uma maior adesão de cidadãos negros ao movimento *Black Panthers*. Cerca de 100 mil pessoas compareceram a seu sepultamento, seguindo-se de manifestações e enfrentamentos em 125 cidades em 28 estados, no período de aproximadamente uma semana. No mês seguinte, reunindo negros, latinos e indígenas, foi realizada a chamada Marcha do Povo Pobre em Washington, que havia sido idealizada anteriormente por King, contra as discriminações no trabalho, educação e moradia. Neste mesmo período, muitos estudantes revoltos contra as convocações para lutar no Vietnã ocuparam pelo menos cinco universidades e enfrentaram policiais nas manifestações de rua que alcançaram mais de 100 mil pessoas, em dezessete cidades<sup>37</sup>.

Além dos movimentos negros e estudantis, os movimentos homossexuais e movimentos feministas também expressaram suas insatisfações. Ao formar organizações próprias, os militantes dos movimentos homossexuais reivindicavam liberdade e denunciavam a hipocrisia e o preconceito social. Ao mesmo tempo, as militantes feministas questionavam as desigualdades em relação aos homens no campo profissional e nas tarefas do cotidiano, revoltavam-se contra o machismo e pregavam a liberação sexual, em espaços privados e também nas manifestações de rua.<sup>38</sup>

Na Europa Ocidental, o movimento estudantil explodia em diversas universidades. Na Bélgica, o movimento dos estudantes flamengos protestava contra o domínio valão e contra a estrutura educacional autoritária e obsoleta. Na Espanha, o movimento dos estudantes se chocava com a força policial em passeatas que questionavam a proposta do governo de enquadramento de suas entidades

---

<sup>36</sup> Ibidem, pp.: 51 e 52.

<sup>37</sup> Ibidem, pp.: 42 e 43.

<sup>38</sup> Ibidem, p.: 43.

representativas estudantis. Já na Inglaterra, os protestos estudantis questionavam os currículos e métodos de ensino e o apoio à intervenção militar estadunidense no Vietnã. Da mesma forma, na Suécia os estudantes foram às ruas para protestar contra tal guerra imperialista no sudeste asiático.<sup>39</sup>

Na Itália, desde janeiro de 1968, os estudantes iniciaram uma onda de passeatas e ocupações que se espalharam por diversas cidades. As agitações contribuiriam para a crise política que derrubou o primeiro ministro e conseqüentemente as lutas influenciariam outros movimentos. Em novembro, os estudantes promoveram uma greve geral, ao mesmo tempo em que uma greve operária mobilizou mais de 12 mil trabalhadores, culminando, em dezembro, em um novo ciclo de greves que eclodiram em algumas cidades da península.<sup>40</sup>

Na Alemanha, a Liga dos Estudantes Socialistas, organizaria diversas manifestações contra o modelo autoritário das universidades e contra a Guerra do Vietnã. O ataque a uma das lideranças estudantis contribuiu para o início de novos enfrentamentos em muitas cidades.<sup>41</sup> Tais enfrentamentos, segundo algumas interpretações, abririam espaço para o questionamento da juventude ao passado nazista e seus resquícios ainda presentes na sociedade alemã.<sup>42</sup>

Na França, desde o início do ano, a partir da Universidade de Nanterre, se demonstrou o quanto um mal estar estudantil pode se desdobrar numa crise nacional de proporções inimagináveis a princípio. Uma série de conflitos envolveriam estudantes, como manifestações contra expulsões de alunos, boicote de provas, textos questionando o ensino, comícios e ocupações.<sup>43</sup> No entanto, a situação se agravaria com a disputa sobre as mudanças do estatuto da cidade universitária - questão fundamental que envolvia a vida cotidiana, pois os estudantes queriam o direito de receber pessoas do sexo oposto em seus quartos, poder discutir política, economia, cultura. Além da questão da cidade universitária, os estudantes reivindicavam a reformulação dos currículos e dos métodos de ensino, faziam duras críticas ao autoritarismo e ainda se somavam as manifestações de repúdio a Guerra do Vietnã.<sup>44</sup>

---

<sup>39</sup> Ibidem, p.: 44.

<sup>40</sup> Ibidem, p.: 44 e 45.

<sup>41</sup> Ibidem, p.: 44.

<sup>42</sup> HAUG, Wolfgang Fritz. 1968 na Alemanha. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999, pp.: 28 e 29.

<sup>43</sup> COHN-BENDIT, D., SAUVAGEOT, J., GEISMAR, A., DUTEUIL, J.-P. *A Revolta Estudantil*. Editora: Laudes, Rio de Janeiro, 1968, p.: 147.

<sup>44</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 45.



A série de conflitos levou à intervenção policial, que fechou a Universidade em março. A Universidade de Sorbonne, que sairia em apoio a Nanterre, realizando um comício contra tal autoritarismo, também seria fechada em 3 de maio de 1968. É neste momento que o movimento se deflagra com maior intensidade; alguns grupos e coletivos como o 22 de março, a União Nacional dos Estudantes Franceses e o Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior tiveram, neste contexto, uma importante participação, ainda que de forma nenhuma tenham se constituído numa vanguarda dirigente para o movimento, que se deu com um grande caráter anônimo. Deste processo, que inicialmente não pretendia grandes transformações no âmbito político nacional, acabou por criar uma crise governamental.

As barricadas tomariam as ruas e os choques entre os estudantes e as forças policiais, seriam intensos. Os protestos estudantis alcançaram outras províncias do país. Paralelamente, os operários, junto a outros segmentos sociais, entrariam no processo, porém reservando sua autonomia. Uma greve geral de 10 milhões de indivíduos, com diversas ocupações de fábricas que passara a ser administradas em um sistema de autogestão, se instalou. A repressão tendeu assim a refluir e o Estado abriu o processo de negociações. O movimento dos trabalhadores franceses, após mostrar grande força, aceitou negociar favoráveis acordos com o governo, como aumento de salários e redução da jornada de trabalho. Tais acordos foram responsáveis pela queda considerável dos lucros do empresariado obtidos dentro dos chamados 30 anos gloriosos.<sup>45</sup> Na continuidade dos acordos com o movimento operário e na tentativa de encerrar a revolta estudantil, o presidente general De Gaulle convocaria novas eleições, puxando, assim, o movimento para as vias institucionais. As direções sindicais encamparam a proposta e partiram para a campanha de suas lideranças. Nas urnas, a derrota foi maciça. Tal resultado viria por fazer refluir o movimento nas suas bases de abrangência nacional deixando o movimento estudantil isolado para uma revolução de fato, embora permanecesse categoricamente ativo.<sup>46</sup>

Como podemos perceber, os movimentos de contestação social que atingiram a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América em 1968, em geral, não se articularam tendo em vista a tomada do poder político. Mesmo na Itália e na Alemanha, aonde grupos armados chegaram a se formar em paralelo aos movimentos de rua, como as

---

<sup>45</sup> GARCIA, op. cit.; 1999, p.: 13.

<sup>46</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, pp.: 45-47.

Brigadas Vermelhas e a Fração do Exército Vermelho, respectivamente, a tomada do poder político por via revolucionária não pode ser considerado o mote das agitações.

Entre os movimentos de contestação social de 1968 pelo mundo, a vertente dos que atingiram as democracias liberais dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental, teve de fato uma grande interseção com as transformações comportamentais. Nestas regiões, a música, o teatro e o cinema reformulariam suas linguagens, códigos e propostas, traduzindo inquietações de suas juventudes, artistas e intelectuais<sup>47</sup>.  
Conjuntamente:

A luta das mulheres - ao lado da liberação dos costumes permitida pela introdução da pílula anticoncepcional- criaria condições para uma verdadeira revolução nas relações afetivas e familiares, anteriormente baseadas no patriarcado e em seu corolário- o machismo. A revolução sexual ganhou nova intensidade e novas e novas cores 1968, um marco num processo que vinha se gestando há muito tempo e que desdobraria ainda por muitos anos mais. A quebra de tabus e o desabamento de tantas referências conduziam à experimentação de novas fronteiras na concepção humana. O consumo de drogas, antes de se tornar uma contrapartida para a angústia existencial, foi, em 1968, uma investigação de novos horizontes e um exercício de prazer, uma prática, aliais , recuperada de inúmeras sociedades antigas.<sup>48</sup>

Já a quarta vertente dos movimentos de contestação social de 1968, foram as lutas de questionamento do poder político que se espalharam por muitos países da América Latina. Tais lutas, protagonizadas pelos estudantes, tiveram varias interseções com a luta revolucionária em organizações armadas de esquerda. Neste contexto de disputas, as questões culturais que incidiam sob os comportamentos também apareceram. Porém, estavam de acordo com realidades domésticas muito específicas que demandam de investigação historiográfica.

O saldo da repressão a greves e manifestações na Venezuela, foi de quatro estudantes mortos. Também na Argentina, na capital Buenos Aires e na cidade de La Plata, aconteceram enfrentamentos entre estudantes e policiais. No Peru, na Bolívia, no Chile, na Guatemala e em São Domingos, os movimentos estudantis estiveram nas ruas. No Uruguai, estudantes e trabalhadores estavam presentes em 1968, sendo organizadas duas greves gerais de um dia. Enquanto no México, o processo de luta dos estudantes pela autonomia educacional da universidade, pelo fim da tropa de choque, pela demissão dos responsáveis pela repressão ao movimento estudantil, pela indenização das vítimas de repressão estatal, pela libertação dos presos políticos, acabaria em um massacre brutal. Em julho, muitas passeatas de enfrentamento e uma passeata pacífica

---

<sup>47</sup> Ibidem, pp.: 52 e 53.

<sup>48</sup> Ibidem, p.: 53.

de 50 mil pessoas e, em setembro, uma passeata com 1000 presos e 17 mortos, foram os precedentes do assassinato de 500 estudantes em uma passeata, seguindo-se de milhares de prisões e censura, em outubro do mesmo ano.<sup>49</sup>

O Brasil, neste mesmo contexto, foi palco de um intenso processo de contestação da ordem vigente, estabelecida pela ditadura civil-militar, há quatro anos instaurada. Neste curto percurso, o regime passou por um gradual processo de radicalização que culminaria no fim de 1968 com o “Ato Institucional nº. 5”, legalizando o aparato repressivo do Estado. As principais metrópoles do país conviveriam cotidianamente, com conflitos entre o poder repressivo e parte da sociedade civil. O Movimento Estudantil, nesta conjuntura, assumiu grande importância representando uma forte voz contrária ao governo ditatorial. Posteriormente, com seu enfraquecimento, acabara por ter uma parcela dos seus militantes optando por engrossar as fileiras do combate armado à ditadura civil-militar, através da filiação a organizações revolucionárias de esquerda.<sup>50</sup> Essas frentes de luta obtiveram um crescimento vertiginoso em número de combatentes e atividades armadas, no decorrer imediato do período. Muitos de seus militantes, que antes atuavam simultaneamente também no movimento estudantil, agora se dedicavam mais ou exclusivamente às organizações, além dos novos quadros que a elas se integravam.

No Brasil, segundo Marcelo Ridenti, as especificidades locais estiveram acima das influências internacionais e da identidade contestadora partilhada com movimentos de outros países. Porém, ainda que o movimento estudantil brasileiro tenha uma dinâmica de lutas particulares, não se pode negar uma grande nuance de condições materiais comuns com outros nações. Tais condições também atingiam de alguma forma esta parcela da juventude, criando uma relativa sintonia em termos de demandas com outros movimentos de jovens estudantes pelo mundo. Questões similares como acelerados processos de crescimento das metrópoles, formação de modos de vida urbana, uso da pílula anticoncepcional, aumento da massificação cultural através do desenvolvimento dos meios de comunicação, expansão numérica das classes médias, aumento das quantidades de jovens entre as populações, crescimento do acesso às universidades e não inclusão dos jovens nos modelos políticos representativos tradicionais. Tais perspectivas eram comuns a muitas sociedades e impulsionaram mudanças comportamentais possibilitando a multiplicação de movimentos

---

<sup>49</sup> Ibidem, pp.: 47 e 48.

<sup>50</sup> Idem, op. cit., 1990.

contestatórios protagonizados por jovens. No entanto, não são elas suficientes para explicar a avalanche de movimentos que atravessaram 1968.<sup>51</sup>

O movimento estudantil brasileiro reivindicava em suas manifestações, desde 1966, a gratuidade e a universalização do ensino público, democratização e melhoria da qualidade das universidades, fim da ditadura e da castração das liberdades democráticas. Em 1968, as contradições cotidianas vividas por frações dos estudantes brasileiros iriam desencadear um processo de maior enfrentamento com as forças de repressão do regime civil-militar. Desde o início do ano, o movimento estudantil ocuparia as ruas reivindicando mais vagas para os jovens excedentes aprovados nos vestibulares. Em interseção e consonância com tais propostas, os frequentadores do restaurante estudantil carioca Calabouço, principalmente estudantes secundaristas pobres, se mobilizavam por melhorias em seu funcionamento. Lutas cotidianas envolviam o movimento estudantil do Rio de Janeiro que estavam acompanhadas de posições contrárias à política educacional e ao regime autoritário como um todo.<sup>52</sup>

A invasão do restaurante Calabouço, em 28 de março de 1968, que terminou com vários estudantes feridos e o assassinato do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto desencadearia uma onda de passeatas. Os estudantes levaram o corpo do jovem, de apenas 18 anos, em passeata até a Assembleia Legislativa na Cinelândia, onde foi velado, e seguiram o enterro pacificamente, somando mais de 50 mil pessoas. No entanto, as missas de sétimo dia celebradas na tradicional Igreja da Candelária foram alvos de forte repressão, com a cavalaria da Polícia Militar atacando ferozmente as pessoas na saída da igreja. Neste período, uma série de passeatas se espalhou pelo país. E em Goiânia, a polícia mataria outro estudante em uma passeata, no dia seguinte a morte de Edson Luís.<sup>53</sup>

Nos meses de abril e maio, algumas manifestações, comícios, greves e ocupações estudantis ocorreram em várias cidades brasileiras, sendo o maior destaque para o movimento operário que eclode na cidade mineira de Contagem. A greve dos operários metalúrgicos, que durou nove dias com adesão de 15 mil operários, arrancou concessões trabalhistas do governo federal e assim abriu uma brecha para o movimento operário voltar a atuar. Em julho, na cidade paulista de Osasco, os metalúrgicos também

---

<sup>51</sup> RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999, pp.: 55 e 56.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

fariam uma greve de 48 horas, com adesão de 15 mil operários. Porém, decidido a não ceder novamente, o governo federal manda reprimir duramente o movimento operário. Os dirigentes mais combativos caíram na clandestinidade e alguns aderiram à luta armada.<sup>54</sup>

Em junho de 1968, o movimento estudantil estaria de volta às ruas após um curto período de reorganização. Passeatas, greves e ocupações de faculdades estariam presentes no repertório de ação. O Rio de Janeiro ocupava uma posição privilegiada enquanto cenário dos acontecimentos. No dia 19, mais de 100 pessoas foram presas em uma passeata contra a política educacional, após 7 horas de confrontos nas ruas da cidade. No dia 20, os estudantes se concentraram na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reivindicando diálogo com o conselho universitário. Ao tentarem romper o cerco policial, 400 estudantes são presos e levados para o campo de futebol do clube Botafogo. No dia 21, os protestos contra a repressão dos dias anteriores levaram a mais repressão policial, havendo, no entanto, maior adesão de pessoas comuns ao lado dos estudantes. Os enfrentamentos se estenderam pela tarde e pela noite, resultando no saldo de 57 feridos e 3 mortos, no dia que ficou simbolicamente conhecido como a “Sexta-Feira Sangrenta”. Neste mesmo dia, a Universidade de Brasília foi invadida pela polícia para reprimir uma assembleia geral dos estudantes. No dia seguinte, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia de São Paulo seriam ocupadas pelos estudantes. Assim, do dia 22 em diante, manifestações e ocupações ocorreriam em várias cidades e centros universitários.<sup>55</sup>

Em 26 de junho 1968, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares, caminharam em passeata pacífica no centro da cidade do Rio de Janeiro protestando contra a repressão policial e contra a ditadura. O governo federal resolveu recuar e não reprimir a marcha já que ela havia ganhado a opinião pública contra o regime.<sup>56</sup> Algumas interpretações descrevem um receio que alcançou as classes médias naquele momento em função das dúvidas que a ditadura civil-militar deixava sobre os limites aos quais estava disposta a ultrapassar. Cresceu o apoio e participação de membros destas classes na simbólica Passeata dos Cem Mil, quando começou a assustar a ideia que “Mataram um estudante. Podia ser seu filho.”

---

<sup>54</sup> Ibidem, pp.: 56, 57 e 58.

<sup>55</sup> Ibidem, p.: 57.

<sup>56</sup> Idem.

Dias depois, a chamada Comissão dos Cem Mil, composta por estudantes, profissionais liberais, professores, religiosos e mães de estudantes foi recebida pelo presidente militar Artur da Costa e Silva. A comissão levaria ao General as reivindicações de libertação dos estudantes presos nas manifestações anteriores, o fim da censura e o restabelecimento das liberdades democráticas. Reivindicações essas que não foram atendidas, levando, em 3 de julho, a mais uma manifestação pacífica que ficou conhecida como a Passeata dos 50 mil.<sup>57</sup>

O ano seguia e ao contrário do que era cobrado pelo movimento estudantil e demais grupos que participaram destas grandes passeatas, a repressão política aumentava. Em 3 de agosto, Vladimir Palmeira, uma das principais lideranças estudantis carioca é preso. Com extrema violência, a Universidade de Brasília seria novamente invadida no dia 29. Novas passeatas em protesto tomariam as ruas, mas o movimento estudantil parecia dar seus primeiros sinais de desgaste. Em 3 de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves discursava no parlamento denunciando a brutal invasão da universidade, conclamando o boicote da população às celebrações patrióticas da independência em 7 de setembro e solicitando o boicote amoroso das moças brasileiras aos membros das forças armadas. Tal discurso levaria os militares a solicitarem à Câmara dos Deputados abertura de processo de cassação contra o parlamentar. Enquanto isso, novos acontecimentos envolvendo a repressão ao movimento estudantil se desenrolam. Em São Paulo, no dia 3 de outubro, outro estudante seria assassinado no conflito que ficou conhecido como a Batalha da Maria Antonia. Nesta rua da capital paulista, estudantes da Faculdade de Filosofia da USP enfrentariam as desproporcionais agressões dos alunos de direita da Universidade Mackenzie, alguns deles membros do grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O resultado foi a morte do estudante secundarista José Guimarães, alvejado com o tiro que partiu do lado dos universitários da Mackenzie. Novos protestos se organizaram, porém com menos força. Tornava-se cada vez mais perigoso questionar o regime, uma vez que o número de jovens estudantes mortos em protestos aumentava.<sup>58</sup>

Em 1968, o Brasil possuía cerca de 200 mil alunos de nível superior, representando menos de 0,5% da população do país, em sua maioria filhos das classes médias. Dentre eles, apenas uma pequena fração de universitários se mobilizavam no

---

<sup>57</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 25.

<sup>58</sup> Ibidem, p.: 26.

movimento estudantil, seja autonomamente ou através de grupos de orientações políticas e ideológicas diferenciadas. Ao lado dos universitários, estava um contingente variado de estudantes secundaristas. Entre algumas das principais siglas que polarizavam as disputas dentro do movimento estudantil estavam a Ação Popular (AP), com apoio parcial dos membros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), as “Dissidências” (DI’s) do comitê universitário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), aliadas da Organização Revolucionária Marxista- Política Operária (ORM- Polop).<sup>59</sup>

Os acordos e disputas que correram internamente no movimento estudantil ao longo do ano giravam em torno do papel do estudante no cenário de lutas nacionais, ou seja, quais seriam os programas e formas de organização do movimento estudantil no processo de revolução política e social socialista que, para muitos, se encaminhava. De um lado, estava o bloco liderado pela Ação Popular, propondo as denúncias políticas gerais sobre a ditadura e as lutas de rua. Do outro, estava o bloco liderado pelas Dissidências que proponham as lutas reivindicatórias do cotidiano estudantil e o fortalecimento da organização do movimento nas universidades e escolas.<sup>60</sup>

Em 11 de outubro de 1968, teria início o 30º congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), principal entidade do movimento estudantil, em uma fazenda na cidade interiorana de Ibiúna, em São Paulo. Na manhã seguinte, o congresso clandestino seria invadido pelas tropas federais. O resultado foi catastrófico para o movimento, pois 700 lideranças estudantis, de várias tendências, foram presas na invasão. Algumas manifestações ainda ocorreram em protesto contra as prisões, mas eram cada vez menores, sendo a repressão policial cada vez mais violenta. Assim, os gritos do movimento estudantil brasileiro eram sufocados.<sup>61</sup>

No processo de contestação social, que aconteceu no Brasil em 1968, estavam ao lado do protagonismo do movimento estudantil, outros atores sociais. O movimento artístico através das artes plásticas, do cinema, da música e do teatro, também questionaria a realidade e o regime político brasileiro, além de propagar a ideia de que a revolução poderia ser alcançada com a ação das classes populares. Segundo Marcelo Ridenti, o movimento artístico brasileiro que contestava a ordem social em 1968 se dividia, grosso modo, em duas linhas. Os nacionalistas que tentavam afirmar uma

---

<sup>59</sup> Ibidem, pp.: 19 e 35.

<sup>60</sup> Ibidem, p.: 35.

<sup>61</sup> Ibidem, p.: 26.

identidade nacional, às vezes socialista, em suas formas e linguagens. Na música, esta corrente ficaria evidenciada pela chamada Música Popular Brasileira (MPB). Por outro lado, estariam os vanguardistas que criticavam a redução dos modelos artísticos apenas ao nacional popular, procurando uma sintonia com vanguardas estadunidenses e europeias. A chamada Tropicália foi um expoente de tal perspectiva que esteve presente em varias formas de expressão artística. Independente da vertente, artistas engajados politicamente sofreriam com as censuras, perseguição políticas, prisões e exílios.<sup>62</sup>

Em janeiro de 1968, uma greve dos teatros contra a censura se instalaria no Rio de Janeiro. Em julho, o Teatro Ruth Escobar em São Paulo, onde era encenada a peça Roda Viva, foi atacado duas vezes pelo grupo Comando de Caça aos Comunistas. No episódio atores foram espancados e os cenários destruídos. No início de agosto, um atentado a bomba foi efetuado contra o Teatro Opinião no Rio de Janeiro. Em outubro, em Porto Alegre, atores da peça Roda Viva foram sequestrados por grupos paramilitares. Dias depois, a atriz Norma Bengell é também sequestrada em São Paulo por um grupo de direita. Em dezembro, outro atentado a bomba atingiria o Teatro Opinião.<sup>63</sup>

Ações armadas contra a ditadura civil-militar também ocorreriam em 1968, demonstrando mais uma linha dos movimentos de contestação social ocorrido no Brasil e seus desdobramentos. Com a perspectiva de arrecadar fundos para a organização de guerrilhas rurais, organizações revolucionárias de esquerda promoviam ações armadas. Em 8 de janeiro, na cidade de São Paulo, aconteceria a primeira expropriação de um total de 47 retomadas bancarias, atribuídas a organizações armadas revolucionárias de esquerda. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) promoveria também em São Paulo uma série de ações. No dia 22 de junho, iria expropriar armas do Hospital Militar de Cambuci e no dia 27, lançaria um carro bomba contra o quartel general do II Exército. Em 12 de outubro, executaria o justicamento do capitão do exercito estadunidense Charles Rodney Chandler e, em 5 de dezembro, expropriaria a loja de armas Diana. Já a Ação Libertadora Nacional (ALN), promoveria em 10 de agosto a expropriação do trem pagador Jundiaí-Santos e, em 8 de novembro, a expropriação do carro pagador do Instituto de Pensões do Estado da Guanabara.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> RIDENTI, op. cit., 1999, pp.: 58 e 59.

<sup>63</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, pp.: 241-254.

<sup>64</sup> Ibidem, pp.: 36, 241, 247, 249, 252 e 254.



O ano de 1968 se encerraria com uma amarga surpresa para aqueles que se recusavam a baixar a cabeça frente ao regime autoritário. Em 12 de dezembro, o congresso nacional rejeitou por larga maioria a licença solicitada pelo Poder Executivo para cassar o deputado Márcio Moreira Alves. Havia então a impossibilidade de processar o deputado pelo discurso de protesto contra a truculência do regime, feito em setembro.<sup>65</sup> Neste sentido, segundo algumas interpretações, os militares obtiveram o pretexto necessário para a decretação do Ato Institucional nº 5, na sexta-feira 13 de dezembro de 1968. Conhecido como “o golpe dentro do golpe”, o novo dispositivo dava aparato legal para as práticas de terrorismo de Estado que se estenderiam até meados da próxima década. O ato permitia colocar em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais, a suspensão de direitos políticos dos cidadãos, a possibilidade do Executivo legislar por decretos, o julgamento de crimes políticos por tribunais militares, a cassação de mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e funcionários públicos e o fim do direito ao *habeas corpus* para acusados de crimes políticos enquadrados na lei de segurança nacional. Nas entre linhas, permitia a generalização das perseguições, censuras, prisões, torturas e assassinatos dos opositores da ditadura civil-militar brasileira.<sup>66</sup>

Desta forma, a conjuntura de enfrentamento e radicalização que atravessa o ano de 1968 no Brasil, tanto pelas formas de repressão do Estado, quanto pelos métodos de organização de seus opositores, nos indicam que a principal demanda interna daquela pequena, mas considerável parcela da juventude brasileira envolvida nas agitações sociais, era a luta contra a ditadura civil-militar. Mesmo assim, a memória das grandes transformações culturais e comportamentais aparece neste contexto de forma bastante forte. Ela por sua vez não é de todo falsa, mas isso não impede que certas operações realizadas no intuito de recordá-las recriem situações de evidências frágeis. Inclusive, é importante ressaltar que certas transformações que alcançaram o Brasil foram independentes dos movimentos políticos de esquerda. A questão do jovem como ator social, o uso da pílula anticoncepcional, as questões sobre o amor entre homens e mulheres, são exemplos de relações que foram sendo estabelecidas independentes de movimentos políticos. Assim, podemos interpretar que as transformações nos costumes estariam ligadas a questões mais gerais em curso na sociedade capitalista moderna.

---

<sup>65</sup> Ibidem, pp.: 251 e 254.

<sup>66</sup> RIDENTI, op. cit., 1999, p.: 59.

Porem, muitos depoimentos de militantes da luta contra a ditadura civil-militar no Brasil em 1968, assim como muitas obras midiáticas sobre o tema, tendem a recuperar a memória das transformações dos costumes, comportamentos, sexualidades e relações de gênero, como se estas questões tivessem sido colocadas pelo movimento político. Estas operações memorialísticas tendem a supervalorizar o lado revolucionário também em termos comportamentais do movimento político. Tais atores não partem do zero para reconstruírem seus passados individuais neste vasto e complexo contexto coletivo. Mas demandas do presente acabam por influenciar a reconstrução de vivências. No entanto, se nota que havia em curso um processo de questionamento dos saberes, nas relações entre o velho e o novo. Assim, o ano de 1968 aparece como uma dobradiça entre as continuidades e rupturas que começam a vir à tona durante a década de 1960, abrindo a necessidade de se investigar as implicações de tal memória e os usos que dela se estabelecem<sup>67</sup>. Uma vez que a memória dos movimentos de contestação social de 1968 está diretamente atrelada à traumática memória da resistência contra a ditadura civil militar brasileira por alguns jovens de uma geração.<sup>68</sup>

### *1.2-1968, As demandas do presente.*

O caderno especial sobre 1968<sup>69</sup>, publicado no jornal “O Globo”, em 11 de maio de 2008, é composto por oito reportagens, cinco entrevistas e muitas imagens, tendo grande destaque a capa do caderno com uma fotografia em preto e branco, em formato de pôster, de duas pessoas à frente de uma manifestação, ao lado de uma barricada. Uma delas está de lado como se caminhasse ao encontro da outra que atira um grande objeto na direção em que a cena é capturada. Na parte de baixo da fotografia, vemos uma nuvem de gás proveniente de uma bomba que está no chão e, sob a nuvem, temos a legenda: “ESTUDANTE ATIRA paralelepípedo em protesto no dia 3 de maio de 1968, em Paris: contestação da autoridade marcou as manifestações que, há 40 anos, mudaram o mundo.” Na parte superior de forma estilizada a data “68”, sendo o número oito escrito em vermelho. Seguida da imagem, uma tarja também vermelha traz os títulos em destaque: “Daniel Cohn-Bendit”, “Campus revisitado”, “O silêncio de Praga” e “Revolução sexual”. E, abaixo dos títulos, chamadas sobre as entrevistas e as reportagens, todas indicando seu interesse em ter uma visão atualizada, quarenta anos

---

<sup>67</sup> TODOROV, op. cit., 2004, p.: 25.

<sup>68</sup> SIRINELLI, op. cit., 1996, pp. 134-137.

<sup>69</sup> “O Globo”, Caderno especial, Rio de Janeiro, 11 de maio de 2008, p.: 1.

depois, das consequências dos movimentos de contestação social que se expressaram naquele ano. Como já foi ressaltado, em algumas partes do mundo a questão comportamental foi realmente central, como é o caso da França. Porém, é importante demarcar que existiam diferenças entre o movimento francês, o brasileiro e os demais. No entanto, sem desconsiderar que no Brasil existiam grupos que priorizaram as experimentações e as contestações comportamentais de forma mais direta.

Na segunda página do caderno a introdução ao tema é feita da seguinte forma:

Um mês emblemático que reverbera até hoje na cultura, no comportamento e na política mundiais. Maio de 1968 entrou para História como o gatilho de movimento global de contestação do *establishment*, deflagrado pela inquietude de jovens de vários cantos do planeta – principalmente de capitais da Europa.

Em Paris, estudantes se armaram de paralelepípedos para defender nas ruas o direito de pedir o impossível e proibir as proibições. Na Tchecoslováquia, a Primavera de Praga gerou um clamor por liberdade que seria calado pelos tanques soviéticos, criando um trauma no país e mudando a história das esquerdas mundiais. Em Berlim, a juventude alemã rejeitava o sistema e questionava a geração de seus pais que havia convivido com o nazismo. Foi também em 68 que outra revolução aconteceu: longe das ruas, entre quatro paredes, jovens germinavam a liberação sexual, tendo como combustível as drogas e o rock and roll.

Quarenta anos depois, o espírito de maio de 1968 é examinado nesse caderno especial por intelectuais, ex-líderes estudantis, políticos e pessoas comuns, que misturam memória, rigor crítico e uma dose de amargura ao olhar para o período que mudou a História para sempre.<sup>70</sup>

Este trecho exemplifica a linha narrativa que orienta as reportagens e entrevistas ao longo do caderno. Como veremos, a partir das interpretações das experiências francesa, alemã e tcheca, o caderno em seu conjunto constrói um discurso supostamente autocrítico que valoriza as transformações comportamentais e esvazia o caráter político combativo dos movimentos. Neste sentido, buscando colocá-los como esferas separadas das relações sociais, despolitizando em consequência as questões relativas ao comportamento. Propondo nas entre linhas uma perspectiva de que as questões que mobilizaram as revoltas estudantis do final dos anos 60, não eram mais relevantes em 2008. Logo nos primeiros momentos da entrevista que abre o caderno, intitulada “Um legado de perguntas sem respostas”, feita por Graça Magalhães-Ruether com Daniel Cohn-Bendit- apresentado pela jornalista o como principal líder estudantil da Europa em 1968- a seguinte pergunta é respondida:

No seu livro “*Esqueça 68*”, o senhor diz que o movimento de protestos deve ser visto hoje como superado. Por quê?

Cohn-Bendit: A revolta foi importante naquela época porque vivíamos numa sociedade autoritária, onde as mulheres eram tão oprimidas que só podiam assinar um contrato de trabalho com o consentimento dos maridos. Havia na

---

<sup>70</sup> Ibidem, p.: 2

Alemanha o problema do silêncio da geração dos pais que colaboraram ou toleraram os nazistas. Tudo isso ajudou a fazer os protestos explodirem. O ano de 1968 mudou nosso mundo radicalmente. Mas 1968 não nos dá mais respostas para as questões cruciais dos dias de hoje.<sup>71</sup>

Um pouco adiante, após comentar o suposto equívoco de sua geração ao terem elogiado os regimes cubano e chinês, colocados como ditatoriais, Cohn-Bendit, responde:

Na época dos protestos o senhor tinha apelido de “Dany, o vermelho”, mas já era contra o comunismo. Qual o papel de Che Guevara na revolta europeia?  
Cohn-Bendit: Che Guevara era um ícone, também um símbolo sexual. Mas eu nunca fui fã de Che Guevara. Eu achava a sua ideia do novo homem um pouco absurda.<sup>72</sup>

Na página seguinte, na intenção de completar a entrevista de Cohn-Bendit, a reportagem de Deborah Berlinck, intitulada “Fim da rebeldia, 40 anos depois” trata das mudanças no “espírito de contestação” dos estudantes das universidades de Nanterre e Sorbonne e do suposto descrédito dos partidos de esquerda que teriam aberto margem para a existência apenas da ideologia liberal. Tais pontos de vista são apresentados a partir da conversa da jornalista com jovens estudantes das duas universidades francesas, em 2008.

Que digam três organizadores de bloqueios a universidade de Sorbonne, Aurelie Ferrier, de 23 anos, Marc Fischermann, 22, e Caroline Bourguet, 22, estudantes do mestrado em Ciência Política. Sempre que eles decidem protestar contra uma ação do governo, quase apanham de colegas.

\_ Tem estudante que parte para cima da gente para bater. Tenho mais medo dos estudantes do que da CRS (polícia nacional)- diz Aurelie.

\_ Nos divertíamos em reviver Maio de 68 quando ocupamos a Sorbonne, mas não há relação com o mundo de hoje. Em 68 a revolta era idealista. A nossa é mais material: lutamos para assegurar o emprego- diz Marc.

Maio de 68 na França começou com revolta estudantil. Mais o país era outro. Os estudantes colhiam os frutos dos chamados “30 anos gloriosos”, o período do pós-guerra. Saía-se da universidade com emprego garantido. Dava para se revoltar por causa de uma livre circulação de meninos nos dormitórios das meninas. Foi assim que a confusão estudantil começou na universidade de Nanterre: um clamor por liberdade sexual contra a autoridade.

A França e o mundo mudaram. Se em 68 havia espaço para trotskistas e maoistas na Sorbonne ou anarquistas em Nanterre; hoje, com os partidos de esquerda desacreditados, reina só uma ideologia: a liberal. Não há mais lugar para sonhadores utópicos. Premia-se o pragmatismo.<sup>73</sup>

Em outra reportagem de Deborah Berlinck, “Sem paralelepípedos”, a jornalista fala das transformações urbanísticas realizadas em Paris que atingiram tanto a universidade de Nanterre quanto a Sorbonne, remetendo à lógica de que nem a

---

<sup>71</sup> Ibidem, p.: 2.

<sup>72</sup> Ibidem, p.: 2.

<sup>73</sup> Ibidem, p.: 3.

espacialidade da cidade luz poderia mais comportar, 40 anos depois, as agitações estudantis de outrora.

Até a Paris esfumaçada de 68 desapareceu. Em Maio de 68 os estudantes povoavam cafés fumando Gauloises - cigarro tipicamente francês, sem filtro. E escutavam as músicas de Serge Gainsbourg. O cantor está morto. Só sobreviveu o Gauloises, que, para não morrer na França cada vez mais antitabagista, passou a ter filtro. A proibição recente de fumar em cafés e bares na França, transformou o slogan impresso no maço dos Gauloises numa ironia: *Liberté toujours* (liberdade sempre).<sup>74</sup>

Na mesma página, a jornalista apresenta a entrevista de nome “Um recado do passado a Sarkozy”, que ela resume na introdução da seguinte forma:

Duas gerações. O pai, André Glucksman, filósofo, homem de 68. O filho, Raphaël, 29 anos, jornalista, que achava que 1968 era “coisa de museu”. Num livro a quatro mãos – “Maio de 68 explicado a Nicolas Sarkozy” – os dois sustentam que o presidente da direita da França, que chocou ao anunciar o seu último discurso de campanha que queria liquidar “com a herança de Maio de 68”, é o verdadeiro herdeiro daquela época. Para o presidente, os herdeiros de 68 são uma geração que não respeita mais a autoridade, perdeu o gosto pelo trabalho e não é disciplinada. Em entrevista ao GLOBO no apartamento do filósofo em Paris, os autores argumentam que, sem Maio de 68, Sarkozy, apenas por ser um divorciado de origem húngara, jamais teria chegado ao comando da França – país que, para eles ainda vive de tradição e glórias do passado.<sup>75</sup>

A entrevista com André e Raphaël Glucksman, que aparecem em uma fotografia com a legenda: “duas gerações comprometidas com a análise de uma só era” apresenta a defesa de que o próprio presidente conservador só pôde ser um dia eleito na França em função das transformações comportamentais fruto do processo de 1968, que ele mesmo critica. A partir daí os autores analisam o legado da geração 68, sobressaindo o aspecto comportamental em detrimento do político como se fosse possível separá-los, pois Raphaël responde ao ser perguntado sobre Mitterrand:

Se Mitterrand era detestado em 68 como foi eleito por essa geração?  
Raphaël: Esta é a grande censura que faço a geração de 68. Como explicar que não conseguiram tocar na esfera política, que o Estado continuou o mesmo, guiado pelos mesmos métodos, pelo mesmo culto do segredo, pelos mesmos mitos? Mitterrand foi o grande evento da esquerda, mas ele encarnava o passado colonialista e a França de Vichy. Para mim, 68 não acabou. Eu digo à geração de 68: obrigado por tudo o que vocês fizeram, mas vocês fracassaram no que diz respeito à política.<sup>76</sup>

Sendo que a pergunta retórica: “Como explicar que (os manifestantes) não conseguiram tocar na esfera da política?” é colocada no centro da entrevista com letras em destaque, chamando atenção como essência a ser apreendida do texto. Inclusive, tal técnica de diagramação é utilizada em diversos momentos ao longo do caderno, como

---

<sup>74</sup> Ibidem, p.: 4.;;;

<sup>75</sup> Ibidem, p.: 4.

<sup>76</sup> Ibidem, p.: 4.

na entrevista de Cohn-Bendit que destacou a frase: “a revolta foi importante naquela época porque vivíamos numa sociedade autoritária”. Ou na reportagem com os estudantes franceses de 2008, com as frases: “não há mais lugar para sonhadores utópicos. Premia-se o pragmatismo.” Exaltando a linha de pensamento presente nos trechos acima, tenta tornar anacrônica a ação política direta, quarenta anos depois.

Podemos notar mais uma vez a tentativa de exaltar as transformações dos costumes e esvaziar a dimensão política quando Deborah Berlinck, na entrevista intitulada “Da revolta libertária à amargura”, com o professor de sociologia na Nanterre de 1968, Alain Touraine, retoma mais uma vez a polêmica causada por Nicolas Sarkozy. O presidente francês, em discurso de campanha, disse que a responsabilidade dos franceses serem pouco disciplinados e não respeitarem a autoridade é do movimento de 1968. Deste modo, após abrir a conversa falando sobre o comentário de Sarkozy, a terceira e objetiva pergunta da jornalista foi respondida da seguinte forma:

O que era mais importante no movimento de Maio de 68?

Touraine: Era o conteúdo. Foi o movimento dos estudantes que lançou toda esta renovação de costumes e de ideias. Depois de 68, o tema central da vida coletiva que era o trabalho, virou sexualidade, que se tornou um tema em todas as partes da sociedade. É uma coisa importante, não?<sup>77</sup>

Nesta fala, fica evidente o caráter central dos aspectos ligados às transformações nos costumes e comportamentos, recuperados pelo caderno especial comemorativo dos 40 anos de 1968, sendo bastante relevante a atenção dada à sexualidade. Mais adiante diz:

O senhor, na época, pode detectar a amplitude que tomaria este movimento?

Touraine: Claro. Imediatamente. Nos anos precedentes havia escrito um livro sobre as universidades americanas, onde tudo se passou quatro anos antes, em Berkeley (Califórnia) que conhecia bem. Eles vieram, com seus living theaters, tomavam LSD, usavam drogas. Sentíamos que algo mudava. É preciso ser completamente idiota para não ver que havia um grande movimento da juventude culturalmente contestadora.<sup>78</sup>

Decerto que havia um movimento de contestação que envolveu, principalmente, partes de juventudes em vários lugares do mundo. No entanto, cabe ponderar quais foram os limites encontrados pelas transformações comportamentais de acordo com cada contexto nacional doméstico e o grau de relevância destes debates no interior dos grupos envolvidos nos movimentos contestatórios da ordem social em 1968. É preciso empreender tal análise, a partir da reflexão sobre a consciência dos atores históricos no momento do processo vivido e a amplitude da reconstrução elaborada pelo trabalho de

---

<sup>77</sup> Ibidem, p.: 5.

<sup>78</sup> Ibidem, p.: 5.

memória intensificado pelas datas comemorativas. Segundo Paul Ricoeur, lembrar é um exercício da memória, um trabalho prático e cognitivo exercido psiquicamente pela ação do indivíduo, suscetível, por sua vez, a interferências do presente, que promovem a relação entre seus usos e seus abusos.<sup>79</sup>

Voltando à entrevista de Touraine, o sociólogo fala sobre o alcance e dimensão política do movimento.

Alguns se queixam que o movimento de 68 não transformou a esfera política deixando a relação com o poder intocável. O que acha?

Touraine: É verdade, mas o movimento de 68 não poderia ter feito esta transformação. Para isso, teria que ter tomado uma parte do poder. Não se deve pedir demais dos estudantes de Maio de 68. Eram milhares durante meses em Paris. Eles vieram sem preparação. O movimento que em nenhum momento fez as contas, escolheu uma direção ou uma política, uma estratégia. Nunca houve isso. Nanterre foi fechada cedo, no dia 3 de maio, creio. Em Nanterre não havia todos os trotskistas, maoistas que havia em outros lugares (na Sorbonne, por exemplo). Não se pode esperar que o movimento que se definiu pela espontaneidade possa em cinco, dois anos, se transformar num partido político. Estavam longe de fazer política. Estavam muito divididos.<sup>80</sup>

Fica perceptível como mais uma vez na narrativa do caderno é feita a desvinculação do caráter político das questões comportamentais, principalmente as que envolvem as relações de gênero e sexualidade, silenciando a combatividade de 1968 ao poder instituído. Ao contrário do que mostra o conjunto de entrevistas e reportagens, a historiografia coloca que, mesmo no caso da democracia liberal francesa, o movimento iniciado por jovens estudantes preocupados com seu cotidiano nas universidades, foi capaz de incentivar o movimento operário a dar início a um processo de radicalização baseado em pautas laborais próprias. Isso se expressa em uma jornada de greves envolvendo milhões de trabalhadores, com ocupação de fabricas e sequestro de suas seus diretores.<sup>81</sup> Por fim, Alain Touraine responde outra pergunta engrossando o coro de que a França vive outro contexto sob o qual as demandas da juventude e os métodos de ação política direta, estariam desconexos com experiência vivida em 1968.

A juventude de hoje é muito diferente?

Touraine: São 40 anos! Primeiro, vivemos 40 anos de regimes de extremo liberalismo. Este sistema hoje não vai tão bem, e os jovens de hoje têm uma inquietação geral. Enquanto que em 68, o pensamento era: “estamos atrasados”. O clima era de uma subida. Hoje o clima é de uma descida, o que faz uma grande diferença. Os estudantes estão dizendo agora: “você estão fazendo um mundo em que eu vou viver por do que meus pais”. É a descida. Eles estão amargos e não acreditam em mais ninguém. E fazem greves que nós não sabemos mais por quê. O contrato para primeiro emprego era um

<sup>79</sup> RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.: 71 e 72.

<sup>80</sup> “O Globo”, op.cit., 2008, p.: 5.

<sup>81</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 45 e 46.

dispositivo para os trabalhadores. Os estudantes hoje fazem greve e eu não sei exatamente porque.

Por quê?

Touraine: Sessenta, 68 era um período carregado de ideologias, de ideias. Agora, estamos ociosos. (D. B.)<sup>82</sup>

Saindo da França, que é vista por muitos estudiosos e interessados pelo tema, como epicentro dos movimentos de contestação social de 1968 – inclusive, o mês de maio, entendido como momento auge do processo neste país é comumente utilizado como referência para o início das comemorações que ocorrem a cada dez anos -, o caderno especial do jornal “O Globo” parte para reportagens e entrevistas que pretendem dar um panorama dos acontecimentos na Tchecoslováquia socialista. A reportagem de título “o trauma de Praga”, traz destacadas em sua diagramação algumas frases como “SILÊNCIO HISTÓRICO: As imagens de tanques soviéticos nas ruas ainda assombram o país e os tchecos escolhem não acertar contas com o passado comunista.”

A matéria que abre a segunda parte deste especial jornalístico, assinada por Helena Celestino, propõe por outro viés que a interrupção das transformações cotidianas que poderiam reformar o socialismo ali existente, se deu pela invasão promovida pelas tropas do pacto de Varsóvia ao país.

Enquanto no mundo ocidental os estudantes gritavam slogans contra o capitalismo, os jovens da Tchecoslováquia sentiam o peso dos blindados do bloco comunista esmagando o movimento de libertação política, que durante breves anos permitiu a romancistas, poetas, cineastas e dramaturgos expressarem com liberdade o mal estar da sociedade com o regime socialista, fortemente marcado pelo stalinismo.

\_ A utopia morreu ali. Quando o ocidente viu os tanques na rua percebeu que o socialismo era impossível de ser reformado – diz Jirina Siklova, 74 anos, socióloga, dissidente que foi para cadeia por mandar informações para o exterior e hoje é professora na Universidade Carlos.

O fim brutal da Primavera de Praga, nome dado aos meses festivos de 68, é um trauma ainda revivido com extrema dificuldade por políticos, intelectuais e pessoas comuns que participaram do drama histórico do país. Eles contam com emoção histórias de vidas interrompidas, esperanças aniquiladas e horizontes apequenados durante os 20 anos de ocupação soviética. Enfrentam também a cobrança dos filhos, agora em torno dos 40, que não entendem a relativa facilidade com que os tchecos – primeiro o governo do reformador Alexander Dubcek, depois o PC e por fim toda a sociedade – aceitaram o domínio dos senhores soviéticos.<sup>83</sup>

Nesta linha de raciocínio, a jornalista apresenta a entrevista “Um dissidente nos palcos do poder”, realizada com o ex-presidente tcheco Vaclav Havel que, em 2008, retorna ao papel de dramaturgo colocando em cena uma peça teatral que começou a

---

<sup>82</sup> “O Globo”, op.cit., 2008, p.: 5.

<sup>83</sup> Ibidem, p.: 6.



escrever em 1988, antes de sua participação no processo de derrubada do socialismo. Segundo a jornalista, o ex-presidente teria se tornado um dissidente nas décadas de 60 e 70, quando escrevia peças satirizando o regime:

O Globo: Depois de dois mandatos como presidente, como o senhor vê a Primavera de Praga e como acha que os acontecimentos de 68 marcaram a República Tcheca?

Vaclav Havel: A Primavera de Praga ficou sem dúvida gravada no subconsciente do povo tchecoslovaco, porque representou um período de relativa liberalização política, apesar de não tão efetiva como se começou a idealizar depois. Sua fama deve-se principalmente ao episódio da intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia contra a Tchecoslováquia. Paralelamente no contexto da era comunista, a Primavera de Praga foi um período de relativa liberdade de expressão, de redução da censura e de possibilidade de viajar ao exterior. Foi uma fase extraordinária porque contrastou com duas décadas do regime comunista que antecederam e com as outras duas que a sucederam.<sup>84</sup>

Mais uma vez, se coloca a perspectiva do trauma causado à sociedade tcheca, que teria visto sem grandes reações a interrupção das transformações políticas de caráter cotidiano, pela ocupação soviética. Assim a Primavera de Praga é encaixada na narrativa jornalística.

Helena Celestino, também faz um panorama das mudanças urbanas da cidade de Praga e fecha sua participação com uma reportagem e uma entrevista sobre o que ela intitulou como “A geração perdida”:

Quarenta anos depois, restou dessa época uma foto emblemática de uns 40 jovens nas escadarias do Museu Nacional, misturada às imagens dos tanques e das manifestações de protesto nas semanas seguintes ao dia 21 de agosto de 1968, o dia em que os russos invadiram a Tchecoslováquia e o destino daquela geração mudou. Alguns poucos ainda se reúnem na casa de Marta Hanzlová, a guardiã da memória do grupo, agora em torno dos 60.

Desses que estão na foto um terço se exilou, outro terço morreu, muitos deles por causa das drogas. Sobramos poucos - diz Marta, na cozinha do apartamento onde criou os quatro filhos e mora com o marido Karel Hanzl. - Não fazíamos política, era rebeldia contra a autoridade, contra o país, os professores.

Eles são representantes do que a historiografia chama de geração perdida, tchecos nascidos no pós-guerra que, por razões políticas, foram morar em massa no exterior ou se exilaram no próprio país, desligando-se de tudo. Como Marta e Karel, 40% dos jovens provenientes da classe operária nos anos 60 estavam matriculados em universidades mas muitos tiveram a carreira ou os estudos interrompidos e esconderam-se em pequenos trabalhos, nos quais a não filiação ao Partido Comunista poderia passar despercebida.<sup>85</sup>

Neste trecho, mais uma vez se pode observar a negação de que havia ação política em um sentido mais amplo nas transformações comportamentais, mas sim que havia uma rebeldia contra as figuras e instituições de poder como Estado, a família e a escola. Dessa forma, imprime, na memória coletiva sobre a realidade doméstica dos

---

<sup>84</sup> Ibidem, p.: 7.

<sup>85</sup> Ibidem, p.: 8.

jovens estudantes tchecos, uma versão do passado na qual os comportamentos estavam em uma instância separada das práticas políticas. Não parece ser uma simples coincidência, que se tenha dado o mesmo tratamento sobre a questão nas reportagens e entrevistas que apresentaram um panorama de 1968 na França, embora seus contextos sociais fossem bastante distintos.

A parte dedicada à Primavera de Praga é encerrada com a entrevista “História de amor em dias de tempestade”, realizada com Jáchym Topol. Este músico, jornalista e escritor, que na ocasião havia publicado um romance que se passava na cidade de Praga durante a ocupação soviética aparece, na produção jornalística, sustentando uma linha hostil ao socialismo. Linha interpretativa que veio sendo apresentada nas entrevistas anteriores, principalmente com perguntas um tanto quanto fora de contexto aos entrevistados, sobre quais eram suas opiniões em relação ao modelo e a personalidades do regime cubano. Neste sentido Topol respondeu à pergunta de Helena Celestino:

O que o comunismo deixou de bom para a República Tcheca? As expectativas que você e sua geração tinham, ao derrubar o regime, foram cumpridas?

Topol: O comunismo é para mim um mal absolutamente comparável ao nazismo - o que é melhor, se afogar ou morrer queimado? Não vejo nele nada de positivo. O que o comunismo deixou? Dez milhões de mortos, a economia destruída, a humilhação da Europa Ocidental...<sup>86</sup>

A frase que compara o impacto do comunismo ao nazismo foi colocada em destaque no centro da entrevista, utilizando mais uma vez uma técnica de diagramação com objetivo de tornar a ideia da frase à essência do texto apresentado. A partir deste gancho aberto na última resposta dada por Jáchym Topol em sua entrevista ao caderno especial do jornal O Globo sobre 1968, a publicação passa a falar sobre a experiência alemã enquanto um acerto de contas da geração 68 com a geração que havia apoiado o nazismo. Na primeira reportagem, Graça Magalhães-Ruether, utiliza a frase “O CONFLITO DE GERAÇÕES na Alemanha ganhou ares drásticos, com violência policial e terrorismo”, como chamada para o texto. Acima da frase expõe uma fotografia de jovens em passeata em uma rua que está sendo atravessada por duas idosas que parecem caminhar assustadas pelos gritos vindos dos manifestantes. Na matéria “A revolta alemã contra o passado”, o movimento no país é narrado como uma insatisfação da juventude com a estrutura social e política ainda marcada pelo nazismo.

A Alemanha foi um dos epicentros dos protestos que abalaram a Europa em 1968. Mas, na então Alemanha Ocidental, o movimento ganhou contornos diferentes da rebeldia libertária de Paris e do clamor democrático de Praga: a

---

<sup>86</sup> Ibidem, p.: 8.

revolta da juventude alemã carregava consigo divergências mais amargas com a geração de seus pais, que era adulta durante o nazismo e permitiu ou, em alguns casos, tolerou o regime de exceção que desaguou no Holocausto. Um questionamento que se espalhou para o papel dos soldados, dos funcionários, de todos que ajudaram a sustentar o regime.<sup>87</sup>

Neste sentido, ela segue o texto dando um pequeno panorama das transformações urbanas da cidade de Berlim e comenta o processo de manifestações de rua, chamando atenção para a violência dos enfrentamentos dos estudantes com a polícia. Partindo a falar sobre a formação da organização armada que chama de Baader-Meinhof, - forma como a mídia em geral encontrou de chamar a Fração do Exército Vermelho, classificada pela jornalista como terrorista de extrema-esquerda - como consequência da radicalização da ação direta dos estudantes. Aspecto que já havia sido levantado em outras matérias, como na entrevista que Magalhães-Ruether faz com Cohn-Bendit na primeira página do caderno.

Depois de chamar atenção para a *Kommune Eins*, a primeira das chamadas “comunidades de habitação”, como foco da criação do Baader-Meinhof, é apresentado mais um texto comentando o papel de tais moradias coletivas, como fundamentais espaços para a prática da liberdade sexual, as quais são sugeridas como um aspecto tão importante para a juventude quanto à perspectiva de promover a revolução, embora nunca sendo colocadas como ações que ocupavam a mesma esfera enquanto políticas. Partindo de um título fortemente conservador, “De comuna a harém em 40 anos”, ainda que tentasse exaltar a importância do papel de tais espaços na transformação dos comportamentos, a jornalista ao contar um pouco da vida do suposto fundador da comunidade e suas quatro esposas em décadas de convivência, deixa mais uma vez clara a tentativa de estabelecer uma visão retrospectiva, em 2008, sobre o passado.

O projeto da *Kommune Eins*, de Langhans, que começou em Berlim Ocidental no dia 1º de janeiro de 1967, mudou o estilo de vida dos jovens. Desde essa época, é normal jovens alemães, sobretudo estudantes, viverem em comunidades onde pessoas que antes não se conheciam dividem casa ou apartamento, tendo um relacionamento puramente pragmático. Para Langhans, a internet trouxe ao mundo um “espírito de comuna 1”.<sup>88</sup>

Essas comunas são um aspecto muito interessante para se pensar a questão da revolução comportamental em 1968, sendo superficial observá-las a partir do olhar que a matéria jornalística propõe, desconsiderando os discursos e as práticas relativas aos comportamentos e as liberdades sexuais produzidos ali, que tiveram seus avanços e seus limites. É importante salientar que, os movimentos de 1968 foram múltiplos e plurais;

---

<sup>87</sup> Ibidem, p.: 9.

<sup>88</sup> Ibidem, p.: 9.

as questões comportamentais foram sim importantes e, embora talvez não tivessem sido determinantes naquele momento, elas ofereceram o pano de fundo para uma série de movimentos que floresceram nas duas décadas seguintes: o feminista, o negro, o ecologista e o gay. Todavia, isso não significa que se deve atribuir a esta geração o feito de uma “revolução comportamental” concluída e consensual.

Em sua última página, uma matéria com o título “A outra revolução”, amarra uma linha de raciocínio que atravessa toda a edição. Ou seja, uma narrativa que dissocia as transformações comportamentais do contexto de disputas políticas existentes nas sociedades do período. Reduzindo por exemplo, a importância do surgimento das juventudes como atores históricos relevantes organizados em larga medida através do movimento estudantil. A reportagem traz em destaque a frase: “SEXO, DROGAS E ROCK’ N’ ROLL: Uma geração que soube quebrar tabus, amar com liberdade e mudar para sempre o comportamento.” Ou ainda, ocupando a parte de cima, de uma fotografia com uma moça vestida de noiva e um rapaz de bigode em uma motocicleta, a frase: “De todas as revoluções propostas em 1968, a única que realmente vingou foi a revolução sexual”, de autoria do Jornalista Luís Carlos Maciel. No corpo da reportagem, assinada por Carlos Albuquerque, aparece essa expressiva colocação:

No final dos anos 60, a revolução não foi televisionada, como avisou o poeta e músico americano Gil Scott-Heron. Ela aconteceu entre quatro paredes. Foi ali, muitas vezes tendo como combustíveis as drogas e o rock’ n’ roll que germinou a revolução sexual, que abaxo tabus, subverteu costumes e colocou o mundo de pernas para o alto. Paz e amor? Sem dúvida. E põe amor nisso, bicho.

\_ Acho que de todas as revoluções propostas em 1968, a única que realmente vingou foi a revolução sexual – diz o jornalista e roteirista Luis Carlos Maciel. - Me parece que este foi o setor realmente vitorioso. Foi quando caíram o tabu da virgindade e o tabu do homossexualismo, entre outros. As condições de vida hoje são espantosas, se formos comprar com todos os preconceitos que existiam naquela época.<sup>89</sup>

A partir dela, podemos perceber mais uma vez a tentativa de se estabelecer uma relação de causa e consequência objetiva entre os acontecimentos 1968 e o cotidiano de 2008. Naquele momento presente, o conjunto de reportagens e entrevistas evocou posições supostamente críticas de pessoas envolvidas de alguma forma nos movimentos de contestação social, ocorridos em contextos muito diferenciados, mas evidenciando que neles as transformações comportamentais sempre estavam presentes, também em perspectivas diferenciadas, embora essas não sejam tratadas com tanta relevância. Complementarmente, colocaram a política em uma instância separada dos

---

<sup>89</sup> Ibidem, p.: 10.

comportamentos. A esfera política dos movimentos é colocada como não reivindicada por alguns, não alcançada por outros e derrotada de forma geral, remetendo-se à “revolução sexual” como ponto mais que central e único aspecto realmente vitorioso. Interpretação limitada do processo e do entendimento das transformações comportamentais apenas como um suposto rompimento de tabus frente às práticas sexuais, não observando as relação de poder e opressão que ainda envolvem as relações de gênero.

Com o gancho da “revolução sexual”, o jornalista Carlos Albuquerque, cita o movimento de mulheres nas cidades de Paris, Praga, Londres, Washington, Nova York, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como o movimento por direitos civis e o movimento contra a guerra do Vietnã, nos EUA. Nesse último caso, ressaltou-se a perspectiva comportamental através da frase difundida pelo movimento hippie: “Faça amor, não faça a guerra”. Em seguida, o jornalista faz menção aos acontecimentos de 1968 na França enquanto transformador de aspectos comportamentais, para além do universo dos estudantes.

Após este breve apanhado de referências comportamentais, Albuquerque comenta sobre o contexto doméstico de ditadura militar no Brasil. Em todo o caderno jornalístico até então, somente na entrevista feita por Graça Magalhães-Ruether com Daniel Cohn-Bendit no início da edição tal conjuntura havia sido abordada. Isso quando o ex-militante estudantil responde sobre as diferenças de contextos fazendo uma ressalva muito superficial entre as manifestações contra o regime autoritário brasileiro e a situação política existente nos países da Europa Ocidental. Na sequência, responde sua opinião em relação à luta armada no Brasil, colocando-a como uma luta de libertação justa, mas como uma ideologia errada. Ele faz isso tentando não comparar a luta armada brasileira ao grupo chamado de Baader-Meinhof, levando em consideração que Cohn-Bendit havia acabado de dizer que entendia o terrorismo como subproduto do sentimento anti-imperialismo vivenciado em 1968.<sup>90</sup>

Na reportagem de Carlos Albuquerque, o processo de contestação social ocorrido no Brasil vem localizado após a fala da feminista Rose Marie Muraro, a qual reforça a importância das manifestações de 1968 para o que ele chama de “liberação das mulheres”.

No Brasil, viviam-se os anos de chumbo, com o país sob o comando de uma ditadura militar. O inimigo estava no poder. E estava armado até os dentes.

---

<sup>90</sup> Ibidem, p.: 2.

Dentro desse sombrio horizonte, aparentemente existiam apenas duas opções para os jovens: encarar a luta armada ou virar hippie e cair fora (o “drop out”, pregado pelo guru lisérgico Timothy Leary). Falar de sexo (e fazer sexo) não parecia uma coisa relevante.

\_ As organizações de esquerda que participaram das manifestações de 68 no Brasil eram politicamente radicalizadas, mas bastante conservadoras em termos morais e em termos de comportamento - garante Maria Paula Araujo, professora de História Contemporânea da UFRJ. - Nesse sentido, visto que as esquerdas eram menos libertárias, a revolução sexual que floresceu em 68 nos Estados Unidos e na Europa, causando um corte cultural e comportamental muito grande, chegou aqui de forma diferente. Afinal, a sociedade em geral era bastante conservadora.<sup>91</sup>

Embora a reportagem utilize o depoimento da historiadora Maria Paula Araújo, que coloca o conservadorismo das esquerdas e das organizações armadas brasileiras, não ficam evidentes na matéria as diversas questões que perpassam o assunto, em relação à forma como as práticas sexuais e afetivas se davam dentro da luta armada e para além dela. Ao contrário, o trecho da forma como é utilizado, transmite a ideia de que na luta armada essas práticas não se davam e que ficaram restritas ao chamado movimento hippie. Ou seja, suprimindo as formas como se driblavam os códigos morais e de comportamento existentes, e suas diferenciações, dentro de cada organização armada. Ficam ainda suprimidas as outras formas de participação exercidas pelos demais grupos envolvidos nos acontecimentos de 1968 no Brasil e seus desdobramentos, como por exemplo, os artistas, os intelectuais e os jovens militantes exclusivamente do movimento estudantil.

Desta forma, em 2008, mais uma vez os jornalistas, autores do caderno especial do “O Globo”, também como os entrevistados, permitiram interpretar que há uma clara intenção de criticar o pensamento ideológico da juventude de esquerda que se dedicou à transformação política, sugerida, de forma recorrente, como não alcançada. Por outro lado, na necessidade dos meios de comunicação de darem uma versão harmoniosa do passado, há uma exaltação do êxito das transformações em termos comportamentais. Esta relevância dada aos comportamentos transmite mais uma vez uma disposição de conciliar uma sociedade que foi vítima de si mesma, ao dar sustentação por duas décadas a uma ditadura civil-militar. Conciliação ainda bastante necessária, principalmente para os setores médios da sociedade que apoiaram o golpe e viram seu padrão de renda aumentar com o desenvolvimento econômico, pagando este benefício em contrapartida com as vidas de alguns dos seus jovens filhos. Estudantes universitários e secundaristas, de algumas tendências ideológicas marxistas, que ao

---

<sup>91</sup> Ibidem, p.: 10.

combaterem o regime, muitos pela primeira vez nas manifestações de rua nas grandes cidades brasileiras em 1968, e depois através da luta armada, sofreram bárbaras torturas e assassinatos ao caírem nas mãos do aparelho repressivo do Estado brasileiro, nos anos seguintes.

Embora a historiografia conheça relatos da existência de uma separação entre o processo de modificação política e o processo de transformação comportamental, na forma de pensar de muitos dos militantes da luta armada brasileira, utilizar-se apenas deste segmento com intenção de caracterizar as limitações comportamentais de uma geração, contribui para a construção de uma versão pouco esclarecedora deste recente e sombrio passado. Decerto que o corte cultural chegou de forma diferente, não só em termos nacionais de acordo com as demandas domésticas de cada país, mas também de acordo com os interesses específicos de cada grupo de jovens militantes de esquerda envolvidos nos processos. No entanto, não parece adequado, remeter-se às consequências daquele ano em nossa sociedade, referindo-se apenas a um grupo específico dentro da juventude de esquerda que participou dos movimentos de contestação social. E, neste caso, tratando-se da luta armada, deixando de mencionar as graves implicações das práticas de tortura e extermínio de opositores, que sistematicamente foram utilizadas após Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968, marcando profundamente este mesmo relevante e controverso segmento da geração 68 brasileira.

Na matéria, dentro do conjunto de reportagens e entrevistas produzidas em 2008, o argumento sutilmente construído é que as questões comportamentais vingaram por não estarem no âmbito do político, que supostamente foi pouquíssimo atingido pelo processo de contestação social. Todavia, para melhor entendimento do processo histórico mostra-se necessário entender as demandas comportamentais enquanto políticas, como uma forma inclusive de superá-las. Como poderemos observar no último capítulo, o documento escrito por Herbert Daniel seria o primeiro a discutir abertamente a questão da homossexualidade dentro das esquerdas brasileiras. Aspecto que exploraremos ao analisar sua trajetória na terceira parte desta dissertação. Uma vez que tal “tabu” parece ter se mantido fortemente de pé muito além de 1968, diferentemente do que propõe o jornalista, passados 40 anos.

Na terceira parte da reportagem, a fala de outra militante feminista, Schuma Schumacher, é utilizada para evidenciar a presença de mulheres na luta armada brasileira, embora em número relativamente reduzido, colocando mais uma vez de forma isolada

as limitações comportamentais deste grupo, a partir de discriminações que as militantes sofreriam em suas experiências revolucionárias. Daí o jornalista volta a considerar o movimento de mulheres nos EUA dando uma versão para o protesto ocorrido por conta do concurso *Miss América*, onde a simbólica queima dos sutiãs não haveria acontecido. Em seguida, recorre novamente a falas de Luis Carlos Maciel, apresentado como colunista do jornal “O Pasquim”. Sua referência é outra vez utilizada para retomar o debate sobre a revolução sexual, a partir da controvérsia entre as proposições de Freud e Marcuse.

Na época, lembra Maciel, havia quem dissesse que a liberação sexual só seria possível com o fim do capitalismo e suas ideias de posses, de bens materiais e espirituais.

\_ Isso era uma besteira- diz Maciel. - A liberação sexual é subjetiva. Não é uma coisa que pode ter pré-requisitos ou ser estabelecida por qualquer tipo de lei. A liberação sexual foi uma conquista.<sup>92</sup>

A linha interpretativa dos jornalistas responsáveis pelo caderno especial, em recorrentes e generalistas iniciativas de obterem uma visão atualizada sobre 68, se observadas em conjunto constroem uma mesma narrativa e mostram uma finalidade de esvaziar as intenções políticas e de reduzir o alcance das transformações propostas por uma geração. Neste sentido, ao se tratar dos movimentos brasileiros de contestação social, tal perspectiva assume uma problemática questão. Principalmente considerando, que no Brasil, tais movimentos se deram significativamente contra um regime ditatorial, tendo como atores em primeiro plano o movimento estudantil, majoritariamente composto por alguns jovens estudantes de orientações ideológicas de esquerda e pela luta armada, movimento este composto por grupos declaradamente revolucionários de orientação marxista- leninista. Neste sentido, a exaltação dos comportamentos como apresentada na última reportagem da edição, que inclusive silencia a ação do movimento estudantil, se comporta como forte condicionante da memória que permite conciliar a chamada “classe média” com a geração 68 brasileira. Conciliação importante visto o trauma que ela mesma se causou, uma vez que apoiou o golpe civil-militar quatro anos antes e lucrou com o crescimento econômico ao longo dos anos 70.

---

<sup>92</sup> Ibidem, p.: 10.



## Capítulo 2- 1968, a memória dividida:

... Durante quinze dias após a estreia da peça no Rio, telefonemas anônimos para o teatro fizeram ameaças ao elenco. Chamavam-nos de “comunistas, homossexuais, e maconheiros”, denominações que em nada nos ofendiam. Exigiam que o espetáculo saísse de cartaz. O que por tudo nos ofendia. Na madrugada de quinze de outubro, à porta de sua casa, o ator Pedro Pianzo foi espancado por um desconhecido que lhe repetiu as mesmas palavras dos telefonemas. Fugindo em seguida em num carro que o esperava. Deste ataque covarde resultou uma cicatriz indelével, que Pedro ainda traz no rosto. O caso denunciado à imprensa, à polícia e à Secretaria de Justiça do Estado permanece sem investigação. Contudo, a solidariedade da categoria teatral fez-se sentir de imediato. O sindicato dos Artistas e Técnicos e a Acet (Associação carioca de Empresários Teatrais) redigiram nota de apoio que, durante uma semana, foi lida em todos os teatros do Rio. Vários parlamentares discursaram sobre este atentado à liberdade de expressão e todos os partidos políticos, em moções conjuntas, repudiaram o terrorismo de direita contra a arte. A violência não nos intimidou. No palco manchado de sangue a Lira continuou a tocar por sete meses. Com ela, tive a felicidade de ganhar o Premio Mambembe de Revelação de 83. Na última apresentação mil pessoas lotaram os três andares do Teatro João Caetano. Acreditamos que não só a memória da luta política indignou os agressores. Também a inserção de questões individuais, de comportamento, causaram seu ódio irracional e fascista. Eles abominam a liberdade em todos os níveis. Assim como nós a amamos e defendemos, sob todas as formas. Em 68, como hoje, sempre.<sup>93</sup>

### 2.1- 1968, memórias em disputa.

O espetáculo teatral “A lira dos vinte anos”, de Paulo Cesar Coutinho, escrito no ano de 1978 e ganhador do Prêmio Mambembe de Revelação em 1983, obteve grande repercussão dentro do complexo contexto de abertura política que o Brasil atravessava, marcado inclusive por uma série de atentados promovidos por grupos contrários ao fim do regime civil- militar. Um dos atores sofreria agressões físicas de um estranho, após vários telefonemas anônimos fazendo ameaças ao elenco, como explica o próprio autor no comentário introdutório do texto, datado de 1984. Nesse comentário, além de fazer esclarecimentos gerais sobre a peça, ele relata o episódio, os motivos que teriam levado as agressões e as diversas manifestações de repúdio ao terrorismo de direita. Coutinho aponta como um dos motivos dos ataques, as questões comportamentais apresentadas no espetáculo. Neste sentido, podemos observar que a encenação é perpassada por cenas que se inseriam em um amplo processo social de reconstrução da memória da luta política - como exprime o próprio autor no trecho acima -, mas também acabava reconstruindo a memória das práticas comportamentais. No entanto, como poderemos

---

<sup>93</sup> COUTINHO, Paulo César. *Musica e sangue da Lira- uma história de vida*, 1984, p.: 2. (Comentário inserido pelo autor junto ao texto original da peça: *A lira dos 20 anos*. 1978. Registrado no banco de dados da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais)

comprovar a diante, a recuperação feita nesta obra é bastante divergente a de outras fontes produzidas neste período que se propõe a relatar os bastidores da luta política da geração 68 brasileira. Esta outra vertente de produções, principalmente de caráter pessoal e autobiográfico, mostram grandes limitações nos debates, práticas e entendimentos das questões ligadas aos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero.

Na peça, desde os primeiros momentos da narrativa as questões comportamentais são tratadas em direta conexão com a luta política. A primeira cena do espetáculo é protagonizada por dois rapazes, Lucas e Diogo, e sua relação servirá como o fio condutor do espetáculo. Estes estão vendo a lua e falando sobre as suas perspectivas de futuro, principalmente a entrada na faculdade de História. Neste contexto, eles falam de como se conheceram e de seus sentimentos um pelo outro. E encerram a cena com um beijo.

Lucas - E você não consegue perceber quando alguém te vê pelo que você é?

Diogo - Em geral é difícil, tenho o pé atrás. Mas às vezes a gente sente. Acho que a beleza não tá só numa pessoa, é algo que surge de um encontro. A beleza é tão outra coisa... é o que sinto com você e isso dá medo.

Lucas - Por que medo?

Diogo - Porque é novo, não sei definir, não sei aonde vai me levar... e de todo o jeito eu quero ir.

Lucas - Eu também tinha medo... que você não se sentisse assim... não tivesse coragem...

Diogo - Uma vez quando eu era garoto, meu pai me pegou abraçado com outro menino. Botou ele para fora lá de casa, e me deu uma surra. Nem sabia porque tinha apanhado. E nós nunca mais falamos nisso. Tive namoradas e gostava delas, mas nunca deixei de achar que o amor acontece com qualquer pessoa, assim...

Lucas - É o amor acontece assim...

Diogo - Eu agora quero correr todos os riscos com você.

Lucas - Me dá um beijo?

(DIOGO BEIJA LUCAS NA BOCA)<sup>94</sup>

No decorrer da trama, o ano de 1968 e seus acontecimentos - como o assassinato do estudante Edson Luis, a “sexta-feira sangrenta”, a passeata dos Cem Mil, e as greves operárias no Estado de São Paulo, o Congresso da UNE em Ibiúna - são retratados em paralelo com o ingresso dos rapazes e as demais personagens na Faculdade de História no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Rio de Janeiro; o início de suas militâncias estudantis; a fundação de sua própria organização armada revolucionária; o início das ações armadas, seus rachas e suas quedas. Neste contexto, os temas comportamentais como drogas, virgindade e principalmente a homossexualidade são

---

<sup>94</sup> Idem. A lira dos 20 anos. 1978, p pp.: 1 e 2. (Texto registrado no banco de dados da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais)

tratados como debates, questionamentos e práticas completamente integrados ao cotidiano destes jovens, sem apresentar grandes limitações morais oriundas da origem de classe média dos militantes, e silenciando as fronteiras impostas pela tradição moral que se desenvolvia dentro das esquerdas brasileiras.

Em relação às drogas, a referência do texto está no diálogo quando uma personagem surpreende a outra:

Ninon - Regina! Que bom você aparecer...  
Regina - Que cheiro esquisito... que é isso?  
Ninon - Jura que não conta para ninguém?  
Regina - Juro.  
Ninon - É maconha.  
Regina - (assustada) Ninon, que loucura!  
Ninon - (sorrindo) É mesmo, é uma loucura...  
Regina - E não faz mal?  
Ninon - Que mal, isso é propaganda burguesa. Eles querem é vender tabaco que dá câncer. Esse aqui, do bom pra cabeça, proibem. Depois da revolução a gente tem que legalizar a maconha para vender nos bares, nas praias, nas carrocinhas de sorvete... quer experimentar um pouquinho?<sup>95</sup>

Já a questão da virgindade aparece relacionada à mesma personagem, Ninon, que não consegue realizar o ato sexual por conta do nervosismo e, por isso, é criticada por seu parceiro:

Bruno - Você age como uma burguesa preconceituosa. Os meus problemas são ideológicos, onde já se viu militante gastando uma fortuna com analista porque não consegue ter relações sexuais? Isso é deformação de classe que só se resolve na prática.<sup>96</sup>

A peça, ao tratar do processo de transformação ensejado pela “revolução sexual/comportamental”, busca reafirmar através de algumas cenas a vivência das mudanças comportamentais entre os jovens de esquerda. Porém, o autor desconsidera que a sexualidade da mulher está impregnada de opressões de gênero que independem das suas convicções ideológicas. Isso fica claro quando, mesmo após dez anos da suposta revolução comportamental a qual se atribuiu a desconstrução dos valores mais conservadores da sociedade, o autor continua reproduzindo em sua escrita uma lógica machista sem ao menos percebê-la, denunciando os limites de seu entendimento do que poderia ser considerado como uma revolução comportamental.

Já a questão da homossexualidade, que assume um caráter bastante relevante na narrativa, é limitada a um retrato que tem como lógica apenas a perspectiva de luta contra o preconceito. Em duas cenas específicas ela é explorada. A primeira é quando o personagem Lucas se propõe a conversar com sua mãe, cristã e com câncer, sobre sua

---

<sup>95</sup> Ibidem p.: 29.

<sup>96</sup> Ibidem, p.: 4.

homossexual. Eles travam uma discussão sobre a relevância de ser ou não de outro sexo a pessoa a quem se ama e as possibilidades de felicidade dessa relação. Com isso, uma pequena ressalva se faz em relação à aceitação da homossexualidade dentro da esquerda, que é quebrada pela lógica de que a revolução se estenderá por todos os campos:

Clara - Mesmos seus companheiros são contra isso. Estão todos com as suas mulheres, tem suas, seus filhos.

Lucas - Os meus companheiros são contra porque não entenderam ainda que a revolução deve se estender a todos os campos. Mas eu quero viver revolucionariamente em todos os sentidos.<sup>97</sup>

Na segunda cena, a Organização está reunida em uma casa de campo onde estão realizando um treinamento armado. Ao fim do treinamento se estabelece o seguinte diálogo:

(Lucas e Diogo se abraçam e saem conversando)

Bruno - Eu não entendo esses dois. Não tentam nem disfarçar, dormem na mesma cama. Assim também não dá...

Marcos - O que é que tem?

Bruno - O que é que tem, companheiro? Imagina se isso cai nos ouvidos da ditadura! O que é que eles vão dizer de nós? Que nós somos pervertidos. Os combatentes do povo não podem se afastar da moral proletária.

Marcos - (Irônico) Só queria saber quem inventou essa tal de “moral proletária”.

Bruno - (Discursivo) Invenção, não! É uma formulação científica. Os homossexuais são fracos, quebram normas de segurança. Por mim esses dois seriam expulsos da organização.

Marcos - Eles são bons militantes, cumprem bem as tarefas?

Bruno - (Relutante) Nesse nível, são.

Marcos - (Cortando). Por mim isso é o que importa. Com licença, que vou militar com as mulheres na cozinha.

(Marcos sai. Bruno fica resmungando.)<sup>98</sup>

Primeiramente, na última frase do trecho, cabe ressaltar mais uma vez a reprodução de um viés machista na narrativa, mesmo vindo da personagem que aparenta ser menos conservadora e o fato de se utilizar de um tom irônico, não deixa de reproduzir uma perspectiva de afirmação dos papéis sociais designados para o masculino e o feminino, em uma ótica conservadora. Ao ironizar a personagem de Marcos, dizendo que vai “militar com as mulheres na cozinha”, o autor reproduz o entendimento da existência de papéis sociais atrelados à mulher, reforçando que a ela se enquadra a esfera do privado ligado às tarefas domésticas cabíveis à sua militância. O comentário só faz sentido se entendido no contexto de que as mulheres são sempre associadas às tarefas domésticas. Desta forma o autor pretende mostrar a suposta

---

<sup>97</sup> Ibidem, pp.: 27 e 28.

<sup>98</sup> Ibidem, pp.: 35 e 36

desconstrução de valores retrógrados relacionados ao comportamento em 1968 e acaba por demonstrar os parâmetros conservadores ainda vigentes nas relações de gênero no período em que escreve.

Neste momento, a perspectiva exposta no texto de Coutinho propõe que existia uma relevante aceitação da homossexualidade dentro da organização, além de demonstrar a ausência de um código moral rígido, possibilitando a interpretação da funcionalidade do militante como motivo suficiente para justificar sua permanência no grupo. Tais perspectivas, embora se tratando de uma organização fictícia e de personagens fictícias, entram em contradição direta com as colocações feitas pelo ex-militante estudantil, guerrilheiro e exilado Herbert Daniel. Em seu livro “Passagem para um próximo sonho: um possível romance autocrítico”<sup>99</sup>, o combativo, astuto e ousado militante conta como vivenciou a homossexualidade nas organizações armadas revolucionárias que participou no Brasil e também reflete sobre o desenvolvimento de sua sexualidade ao relatar sua experiência de exílio político em alguns países europeus. Em 25 de maio de 1979, ano seguinte a “Lira dos vinte anos” ter sido escrita no Rio de Janeiro, enquanto nacionalmente vivia-se o processo de abertura política, em ritmo lento, gradual e seguro, implementado pela ditadura civil-militar, Herbert Daniel produziria em Paris seu primeiro escrito sobre a postura politicamente reacionária adotada pelas esquerdas em relação à homossexualidade.<sup>100</sup>

É nesta esfera de embate entre versões do passado, que Alessandro Portelli recupera a noção proposta por Giovanni Contini de memória dividida. O autor coloca que a disputa não se faz apenas entre a memória oficial, com todo o seu caráter ideológico, e a memória social comunitária. Na verdade, lidamos com aspectos múltiplos e ideológicos da memória que estão em disputa interna em ambas às partes, inclusive dentro da memória social comunitária.<sup>101</sup> Explorada mais a fundo no terceiro capítulo desta dissertação, a trajetória de Herbert Daniel demonstra que a luta pela transformação dos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero estavam em segundo plano em alguns grupos de esquerda que participaram dos movimentos de contestação social ocorridos no Brasil nos anos 60 e 70, ao contrário do

---

<sup>99</sup> DANIEL, Herbert. Passagem para um próximo sonho: um possível romance autocrítico. Codecri, Rio de Janeiro 1982. (A trajetória de Herbert Daniel será explorada mais a fundo no terceiro capítulo desta dissertação)

<sup>100</sup> Idem, Homossexual: defesa dos interesses? In: GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000)- Niterói, EdUFF, 2008.

<sup>101</sup> PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e Amado, Janaína. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, pp.: 105 e 106.

que a memória coletiva tende muitas vezes a colocar. Assim, cabe a desconstrução do trinômio: sexo, drogas e revolução, recorrente nas diversas comemorações de 1968. Afinal, ao analisarmos a fundo o imaginário da “Revolução Sexual” nesta lógica de atualização do passado no presente que se faz a partir da memória, subjaz o aspecto do falar de sexo enquanto forma de subversão, mas que em última análise, nada mais é que outra manifestação de parte do complexo arcabouço de modelação e controle do poder em relação ao próprio sexo.<sup>102</sup>

De saída, é importante ressaltar que, mesmo de forma contraditória entre si, tanto as reportagens apresentadas na segunda parte do primeiro capítulo, quanto à peça de Paulo Cesar Coutinho e o documento escrito por Herbert Daniel, que será posteriormente explorado, indicaram que a chamada “geração 68” percorreu ao longo do tempo o imaginário relativo à ideia de juventude, que normalmente está ligada às transgressões e transformações sociais. Atualmente, a relevância de tal geração pode ser percebida entre as influências dos militantes estudantis de esquerda - ainda em maioria, oriundos das esferas médias da sociedade brasileira - em função de sua disposição para a prática revolucionária. E mesmo para outros grupos e atores sociais mais gerais das chamadas “classes médias”, a “geração 68” é vista como precursora das transformações comportamentais que elas hoje usufruem até certo ponto, embora suas grandes limitações conservadoras. Como por exemplo, os anticoncepcionais, o divórcio, as drogas e diversos aspectos da sexualidade, sem por vezes estabelecerem em suas práticas reflexões sobre os papéis de gênero e os recortes de classe que as envolvem.

Ao nos referirmos aos militantes que aderiram à luta armada, estamos fazendo um recorte apontando para um grupo determinado. Dessa forma, tentamos desconstruir uma ideia de “geração”, como algo único e coeso, que tem se verificado quando acompanhamos mais a fundo o processo de construção da memória social a respeito da ditadura civil-militar brasileira. O processo de desenvolvimento desta memória disputada, que unifica aspectos de nossa realidade em termos comportamentais, com a realidade de democracias liberais europeias, como a França, a partir dos movimentos de contestação social de 1968, mais falseia a experiência histórica do que nos ajuda a compreendê-la. Por outro lado, não se pode dizer que não havia um clima em 1968 de transformação juvenil no ar.

---

<sup>102</sup> FOUCAULT, op.cit., 1988, pp.: 13-15.

O jovem começou a surgir como ator social e isso passaria a ser cada vez mais perceptível, não cabendo, portanto, negar que existia um clima de liberdade sexual. Ainda assim, precisamos trabalhar a hipótese que, por estar em processo, ela se estabelece mais como um sentimento presente, enquanto um ponto de identidade de uma geração, do que de fato vivido como prática cotidiana que alcançava qualquer jovem estudante de esquerda. Embora por vezes, na memória social em torno de 1968, esse sentimento de revolução sexual ganhe ares de vivência.

Ao refletirmos sobre a relevância do ano de 1968 enquanto marco de transformações não só políticas, mas também comportamentais esbarramos em várias esferas que vão, de alguma forma, debater sua importância. Para além da historiografia e da academia, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos partidos, nas artes de forma geral, e até na vida privada, se estabelecem debates em média a cada dez anos. As comemorações que desempenham relevante centralidade no processo de formação, legitimação e atualização das identidades, se colocam como um vetor de promoção de diversos eventos e publicações que reforçam periodicamente o consenso e a harmonia entre os grupos sociais. Tais comemorações podem, ao mesmo tempo, se tornarem objeto de investigação dos historiadores que se ocupam dos processos de constituição, enquadramento, conflitos e diversificação ao longo do percurso das memórias sociais. Esse campo de análise se insere dentro da noção de “tempo presente”, na medida em que, entre outras definições, os impulsiona a revisar as representações do passado a partir do significado social que adquirem hoje.<sup>103</sup>

Tal perspectiva teórica contribuiu significativamente na tentativa de compreender as implicações sociais mais amplas das atualizações do passado no presente que na sociedade brasileira se processam, ao discutir o panorama dos ainda controversos anos da ditadura civil-militar no Brasil e sua redemocratização, onde se observam “usos do passado” sendo desenvolvidos. Dessa forma, 1968 se insere enquanto um acontecimento amplamente transformador e seu significado está em disputa. As comemorações realizadas a cada década, abrem espaço para a renovação das querelas da memória de acordo com as demandas sociais do presente. Inclusive, foi na interseção entre presente e passado proporcionada pelas comemorações, que foi possível

---

<sup>103</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, MOLLO, PEREIRA, DA MATA. (orgs.). Tempo presente & usos do passado. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012, vol.1, pp.: 106, 118, 119 e 120.

confrontar as informações contidas nas fontes anteriormente citadas, possuindo este contexto uma relevância fundamental para a definição do objeto desta pesquisa.

Em maio de 2008, por iniciativa do Centro Acadêmico de História da Universidade Federal Fluminense, em função das comemorações do quadragésimo aniversário dos acontecimentos de 1968, - tendo como marco de referência a experiência francesa, vista comumente como epicentro de um processo mundial de contestação- foi promovido em seu cine clube um debate após a exibição do especial “1968: Revolta ou Revolução”, produzido pela TV Cultural. Como debatedores, compareceram o ex-militante estudantil Jean Marc von der’ Waid e a historiadora Denise Rollemberg<sup>104</sup>. Neste evento, entre outras questões, as transformações comportamentais foram tratadas de forma bastante crítica. Além disso, chamou muita atenção à fala do ex-militante estudantil colocando que, contrariamente ao que pensavam os militares, não havia nenhuma conexão entre as ações do movimento de 1968 no Brasil com qualquer outro movimento pelo mundo. E que, no bojo do processo, os estudantes só tinham conhecimento do que estava acontecendo em outros países, muito mal, pelos jornais. Jean Marc von der’ Waid também afirmou que se maio é o mês de referência a partir dos acontecimentos franceses, no Brasil, ainda que o processo se desenrolasse desde março, com o assassinato do estudante Edson Luis que teve como consequência uma série de confrontos do movimento estudantil com a polícia sendo registrados, as grandes agitações de fato ocorreriam no mês de junho com as mobilizações da Passeata dos Cem Mil.

Neste sentido, as posições expressadas pelos membros do debate, principalmente as que diziam respeito às transformações dos costumes e comportamentos no Brasil, mesmo que em proporções e maneiras diferentes, pareciam estar mais próximas dos limites colocados pelo documento escrito em 1979 por Herbert Daniel, discutindo as questões ligadas à homossexualidade junto às esquerdas brasileiras, republicado pela revista Gênero no primeiro semestre de 2008, - que como já dito será explorado no capítulo 3 -, do que da versão encenada pela peça “A lira dos vinte anos”, de 1978. Da mesma forma, as falas dos debatedores também se afastam consideravelmente da confusa interpretação apresentada no caderno especial sobre 1968 do jornal “O Globo” publicado 2008, que foi analisada no capítulo anterior. Ou seja, naquele momento uma série de indícios tornou perceptível a existência de versões do passado aparentemente

---

<sup>104</sup> Cine-Debate (Cinehist) promovido pelo GT Cultural do Centro Acadêmico de História da Universidade de Federal Fluminense. Niterói 21 de maio de 2008.



contraditórias entre as produções de caráter mais midiático e artístico, de um lado, com os depoimentos de indivíduos que viveram o processo e com o conhecimento historiográfico produzido sobre o assunto, de outro lado. Versões contraditórias que foram o alicerce para refletir sobre como a memória de 1968 tem se desenvolvido ao longo do tempo, no que tange às transformações nos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero. Reflexões que levam em consideração que a experiência brasileira é marcada pelo contexto doméstico de uma ditadura civil-militar que causou graves implicações na relação de nossa sociedade, principalmente das classes médias, com os jovens de esquerda e suas propostas de transformação política. Segmento este da juventude nacional que em parte aderiu à luta armada com os objetivos de derrubar o regime e promover a revolução socialista, sofrendo em consequência com o terrorismo praticado pelo Estado, e que memorialisticamente é entendida como sinônimo da geração 68 brasileira. Ou seja, a mesma geração que promoveu as transformações comportamentais que a própria classe média se beneficia, embora consentisse em larga escala com a manutenção do governo golpista de caráter autoritário e suas ações em nome da segurança nacional.

Finalmente, o tecido social das organizações comunistas, altamente concentrado em todos os níveis considerados, não favorecerá, ao contrário, o contato e o domínio das particularidades do contexto social e político que se deseja revolucionar.

Elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas- e poucas- grandes cidades, formam a maioria dos militantes. É de se surpreender que daí decorra reduzida experiência e conhecimento dos problemas sociais? Ou uma sensibilidade escassa às contradições do cotidiano das populações que se imagina interpretar?<sup>105</sup>

Ao trabalharmos algumas obras que tratam sobre o movimento de 1968 e seus desdobramentos - que julgamos de grande relevância, em função da repercussão que alcançaram e dos debates que desencadearam, sendo elas entendidas com base nos contextos sociais que foram formuladas, em quase 50 anos -, tentando compreender o percurso pelo qual a memória social se desenvolveu<sup>106</sup>, podemos classificá-las em quatro grupos a partir das datas de produção relativas à proximidade dos aniversários redondos de 1968: 1978, 1988, 1998 e 2008, e seus referentes contextos históricos. O primeiro grupo reúne as obras publicadas no contexto de anistia e abertura política, a partir de 1978/1979. No segundo grupo as obras são produzidas na conjuntura do processo que envolveu a elaboração da nova constituição, representando a reconstrução

---

<sup>105</sup> REIS FILHO, op. cit., 1990, p.: 184.

<sup>106</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p.: 95.

do modelo político democrático, nas proximidades do ano de 1988. Já o terceiro grupo concentra as obras produzidas no processo de estabilização da democracia de caráter neoliberal, em torno 1998. Por fim, o quarto grupo é composto pelas produções realizadas em torno de 2008, diretamente influenciadas pelo consolidar do processo de Globalização.

O aniversário de uma década de 1968 no Brasil esbarrou ainda em uma ditadura que calou suas comemorações. No entanto o ano de 1979 seria marcado pelo início do processo de anistia<sup>107</sup> e assim as produções que se seguiram a esse momento podem ser reunidas no primeiro grupo. Este tem por característica falas que promovem a crítica ao processo inicial das lutas políticas por volta do ano de 1968 e seus desenvolvimentos. Entre os desenvolvimentos, os exílios, pela década de 1970 e o processo de retorno ao Brasil.

## *2.2- 1968, o desenvolvimento da memória: críticas e conciliações.*

Podemos neste primeiro grupo que reúne as obras produzidas no contexto de anistia e abertura política, a partir de 1978/1979, relacionar, se tomadas às devidas precauções críticas, os livros de Fernando Gabeira com os livros e escritos de Herbert Daniel. No caso deste último autor, suas obras serão exploradas de forma mais aprofundada posteriormente, no capítulo direcionado a analisar sua trajetória de militância política. No primeiro<sup>108</sup> e mais famoso livro da trilogia escrita por Fernando Gabeira - ressaltando as polêmicas que gerou dentro das esquerdas brasileiras por conta da forma controversa pela qual reconstrói o processo -, “O que é isso companheiro?” do ano de 1979, o autor conta sua experiência desde a entrada na luta armada até a saída do país para o exílio. Sua narrativa caracterizou-se pelo tom de crítica aos modelos e formas de organização e de luta do qual participou. E, neste contexto, foram feitas algumas referências sobre as limitações das transformações comportamentais empreendidas pelo movimento brasileiro.

Gabeira inicia seu livro contando como se decidiu a escrever sobre as melhores experiências, que segundo ele valiam recordar, principalmente desde 1968. A ideia de fazer seu relato teria surgido quando se dirigia à embaixada argentina em Santiago, à procura de um novo exílio em função do golpe de Estado que derrubava o governo de

---

<sup>107</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 11.

<sup>108</sup> GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? 23ª edição, Rio de Janeiro, Codecri, 1981 (Coleção Edições do PASQUIM; V. 66).

Salvador Allende no Chile, em 1973. Daí, nas próximas seis partes passa a levantar questionamentos sobre os motivos da não resistência pelo governo de João Goulart ao golpe de Estado sofrido no Brasil; a dar um panorama dos grupos políticos de esquerda e suas tendências de pensamento; e a comentar os caminhos pelos quais se formam as organizações armadas revolucionárias. Na sétima parte do livro, o autor passa a narrar seu processo de envolvimento com a organização Dissidência da Guanabara e sua participação na luta armada, sob a perspectiva de não ser um estudante, mas um jornalista relativamente mais velho que fazia parte do grupo dos intelectuais.

Meu primeiro encontro com aquela nova geração de políticos pode não ter revolucionado o País, como era nosso propósito, mas revolucionou minha vida. As passeatas eram feitas diante de meu trabalho e jamais deixei de cair em tentação, exceto no momento mais negro da sexta-feira sangrenta. Sempre que possível, descia as escadas sorratamente, protegido pela cumplicidade amistosa dos companheiros de trabalho, e já estava no meio da massa, como dizíamos na época.

Ao cabo de algumas passeatas, consegui encontrar realmente um dos grupos organizados que atuava no movimento estudantil do Rio. Era um grupo saído do Partido Comunista Brasileiro e se chamava Dissidência. Quase todo forjado nas manifestações do período, o grupo tinha grande respeito pelo trabalho de massas e além do mais tinha uma noção muito clara da limitação do movimento estudantil. Para ele, a força decisiva era a classe operária.<sup>109</sup>

Seu olhar em 1979, 10 anos depois de sua entrada na organização, empunhava críticas consideráveis às limitações comportamentais presentes naquela geração. Porém, não deixa de considerar o contexto doméstico de enfrentamento com a ditadura e a disposição revolucionária de alguns grupos de jovens. Após seu relato de incômodo com os recorrentes debates sobre os chamados “problemas ideológicos” que a seu ver se caracterizavam por intervenções no âmbito do pessoal, ele descreve sua relação com aquela geração de jovens estudantes de esquerda.

Aquela geração de jovens políticos tinha uns dez anos menos do que eu. Minha revolta se curtiu no triângulo familiar, nas lutas para ter os amigos que quisesse, escolher a carreira que me parecesse melhor, chegar em casa mais tarde. Eles se chocavam na adolescência com um problema inédito para nós: a ditadura militar. Nos tempos de secundaristas combatíamos a política educacional elitista, mas num quadro de um governo democrático.<sup>110</sup>

A visão do autor, dessa relação com companheiros relativamente mais novos, atualizada após um longo período de exílio traz uma postura de questionamento à recusa, por aqueles jovens, de admitir as implicações políticas das práticas comportamentais. Assim, propondo a partir do presente que estava inserido, a perspectiva de ser equivocado separar essas duas esferas de ação, tal visão, contida na

---

<sup>109</sup> GABEIRA, op. cit., 1981, p. 51.

<sup>110</sup> Ibidem, p.: 52

narrativa de Gabeira, serve para abrir a discussão que permite caracterizar uma geração a partir da descrição do jovem militante extremamente abnegado em sua causa revolucionária, que neste contexto construído da trama literária diz a frase que intitula o livro.

Essas diferenças foram pesando muito nas formações que se defrontavam ali, diante de uma atividade comum. Para eles, tudo era política partidária. Alguns não tinham tido nem a primeira namoradina e já estavam inscritos numa organização. Lembro-me de Dominginho, o mais doce e inteligente de todos, que vinha com sua sacolinha de plástico, às vezes com um revólver 38, as vezes um conjunto de documentos sobre o foco guerrilheiro.

Dominginho, por que é que você não compra um álbum e não vai colecionar figurinhas? Por que é que você não arranja uma namoradina e vai acariciar-la num banco de jardim?

\_ O que é isso, companheiro?

O que era isso, companheiro? Até hoje tento explicar a causa de nossas diferenças mútuas. Os de minha idade já estavam colocados, já tinham empregos bem remunerados e gastaram grande parte de sua vida tentando entender as relações interpessoais. Eles, os da nova geração, não colocavam esse problema na ordem do dia. Eram capazes de localizar todas as intenções escondidas num discurso político, apontar as causas econômicas de uma certa virada histórica. No entanto, faziam uma leitura linear dos sentimentos.<sup>111</sup>

Gabeira, logo em seguida, coloca as reservas que encontrou às suas ideias que supostamente, já no final dos anos sessenta, estavam ligadas a questões psicológicas, sentimentais e comportamentais. Dizendo estar presente a incapacidade teórica de daquela juventude de compreender o impacto das múltiplas mediações sociais sob as vidas individuais:

Essa cisão que se operou no movimento não foi, completamente, sem consequências. Tudo é política, tinha razão. Mas as verdadeiras dimensões da política do corpo não podiam captá-las. Assim como nossas tias achavam que a civilização ocidental e cristã cairia por terra se continuássemos mexendo nossas bundas e pernas ao som do *Rock and Roll*, muitos acreditavam, solenemente, que o edifício marxista leninista iria ruir, se de repente, começássemos a esfregar os clitoris das mulheres.

Esse debate indireto pode ter influenciado uma série de opções posteriores. O movimento das mulheres, por exemplo, não encontrou espaço para emergir em 68 e nem ao longo dos anos de luta armada...<sup>112</sup>

Neste sentido, ficam marcadas na narrativa de Fernando Gabeira as críticas retrospectivas às limitações no campo dos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero, que grupos específicos da geração 68 brasileira possuíam, principalmente a luta armada da qual foi militante. Segundo o ex-guerrilheiro, as organizações armadas tinham um entendimento que separava as práticas cotidianas do pensamento político. A leitura de Gabeira faz coro com as críticas feitas por Herbert Daniel em seu documento, também escrito 1979, ficando na contramão do universo de

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Ibidem, p.: 53.

tolerância e convívio entre os temas políticos, em sentidos mais estritos, e comportamentais, construídos por Paulo Cesar Coutinho em sua peça, escrita em 1978. Esta, ao contrário, baseia-se na exaltação das conquistas comportamentais, que foi apresentada de forma desvinculada das motivações políticas. A peça possui uma linha próxima ao que posteriormente o caderno especial sobre 1968 do jornal “O Globo” se propôs a fazer no conjunto de textos e entrevistas apresentados, exaltando de forma ampla e assumidamente atualizadas transformações comportamentais, a partir do contexto social de 2008.

Assim, o ex-militante da organização Dissidência da Guanabara, segue contando sua experiência fazendo um apanhado dos principais acontecimentos de 1968 no Brasil, como o assassinato de Edson Luis e todo processo que desaguou na Passeata dos 100 mil, a greve operária de Osasco, o Congresso da UNE em Ibiúna, a consequente retração do movimento estudantil e a decretação do Ato Institucional nº 5. Em meio à narrativa do processo que liga essa sequência de acontecimentos, ele faz uma ressalva sobre a recepção das bandeiras de luta dos movimentos de contestação social dentro do movimento estudantil brasileiro, que enfrentava uma ditadura em processo de radicalização. O movimento estudantil, que se desenvolvia em paralelo, mas também com interseções com a luta armada, seria o principal protagonista do processo de contestação social ocorridos nacionalmente em 1968, igualmente sinônimo da geração 68 brasileira nas operações memorialísticas.

Dentro do movimento estudantil brasileiro, entretanto, a repercussão de maio na França parece não ter sido muito grande. Entre os jornalistas, serviu para ampliar mais ainda a desconfiança mútua. Lembro-me de alguns simpatizantes do Partido, sinceramente, acreditando que nosso filósofo básico era Marcuse.

— Vocês ficam lendo essas caras de Frankfurt, esse Marcuse.

Éra isso. Parcialmente estávamos impressionados com a grande quantidade de problemas novos que o movimento europeu estava trazendo. Mas de modo geral, a esquerda brasileira ainda era bem fechada àqueles problemas e àqueles manifestações.

Havia muita bandeira vermelha e preta para nosso gosto. E certas palavras de ordem - *Proibido Proibir* - soavam muito anarquistas para quem estava se preparando para a luta armada e propondo um tipo de organização muito mais rígida que a do PC.<sup>113</sup>

Como fica evidente no trecho, mais uma vez o autor sublinha o fechamento das esquerdas brasileiras aos problemas apontados pelos movimentos que se processavam na Europa, onde as questões comportamentais seriam vistas como eixo central e concebidas como aspectos políticos de primeira necessidade. Na sequência sua narrativa

---

<sup>113</sup> Ibidem, p.: 67.

entra no ano de 1969, com o processo da captura do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick e suas consequências, como o endurecimento da repressão política, sua clandestinidade, prisão e partida para o exílio. Recorrentemente, volta aos comentários sobre as questões comportamentais e o limite reduzido de seu alcance no Brasil.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, entre uma considerável quantidade de obras que tratam dos movimentos de esquerda dos anos 60 no Brasil, o primeiro livro de Fernando Gabeira, juntamente com o livro de Zuenir Ventura, “1968: o ano que não terminou”, seriam alguns dos mais emblemáticos, uma vez que ocupam uma significativa posição no contexto da luta pela apropriação da memória sobre a ditadura civil-militar. Para o historiador, as versões contadas por estes *best sellers*, correspondiam às necessidades de vastos segmentos da sociedade, com interesses de reconciliar-se com o passado. No contexto de anistia recíproca, era necessário estabelecer uma memória que silenciasse os traumas causados por um regime autoritário, torturador e assassino.<sup>114</sup>

A versão mais difundida apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões. Diante do profissionalismo da ditadura, o que restava àqueles jovens? *Ferraram-se*. Mas demos todos boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor.<sup>115</sup>

Para o autor, Fernando Gabeira e Zuenir Ventura “foram a expressão mais acabada de seu tempo.” Não importando para a memória social a forma como reconstituem os acontecimentos, mas sim a possibilidade de se elaborar uma síntese que permitisse recordar o período, sem se impor a reflexão de como uma ditadura pode vigorar por tanto tempo em uma sociedade que se diz democrática. No momento do retorno dos militantes exilados ao Brasil, as narrativas de suas versões do processo, permitem enterrar certos remorsos e contradições<sup>116</sup>. Sobre os autores ele diz:

Gabeira e Ventura seriam mestres nesse exercício, amadurecidos e irônicos, condescendentes, oniscientes, por fora ou por cima do fluxo dos acontecimentos, levam pela mão seus personagens, simpáticos incompetentes, em busca da utopia inalcançável. Em Gabeira, o procedimento é mais marcado: a visão crítica do período, amadurecida coletivamente no longo exílio, é retrospectivamente localizada no fogo mesmo dos acontecimentos, concentrando-se no personagem principal. E, assim, Gabeira/guerrilheiro ressurge descolado da ingenuidade ambiente,

---

<sup>114</sup>REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”, “Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória”. In ----- (org.). Versões e ficções. O sequestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1997 pp.: 34 e 35.

<sup>115</sup> Ibidem, p.: 34.

<sup>116</sup> Ibidem, p.: 34 e 35.

reescrito pelo autor com uma superconsciência das tragédias que haveriam de vir. Essa atitude distanciada, crítica, irônica, a maioria dos leitores a desejava, e assim foi possível reconstruir o passado sem se atormentar com ele.<sup>117</sup>

Embora ambas as versões assumam o discurso conciliatório, os nove anos que as separam, ajudam a explicar a postura marcadamente mais crítica da escrita de Gabeira, em relação à maneira como Zuenir Ventura retoma o processo em sua obra. De forma memorialística, suas críticas aparecem como parte do pensamento do narrador localizada de dentro do processo entre 1968 e 1970 e não dez anos depois de terem ocorrido, em meio ao processo de anistia que permitia o reencontro dos brasileiros, principalmente da chamada “classe média”, com os exilados e suas histórias, em 1979. Histórias nem sempre tão divertidas, mas, com certeza, mais dolorosas e humilhantes. E deste papel de consciência crítica, por vezes podemos notar as referências sobre as limitações das esquerdas em geral e da luta armada em específico, em relação às transformações comportamentais. No momento em que escreve, as questões ligadas aos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero ainda parecem grandes problemas a serem resolvidos em meio à sociedade e às esquerdas brasileiras, como demonstra nos seus livros subsequentes. Em “O crepúsculo do macho” de 1980, Gabeira conta a gama de experiências vividas no exílio valorizando de forma bastante perceptiva as considerações relativas à sexualidade e também ao consumo das drogas.<sup>118</sup> Já em “Entradas e bandeiras” de 1981, narra seu retorno ao Brasil, fazendo outras diversas críticas aos padrões comportamentais aqui estabelecidos, tendo por base a comparação com suas experiências no exílio, retratadas no livro anterior.

Queria que sentissem que as pessoas de esquerda deveriam estar com eles. Não haveria jamais esquerda, se continuássemos a reproduzir a visão burguesa da sexualidade. Sua experiência com as organizações políticas os colocavam mais ou menos de sobreaviso. As organizações consideravam prioritária a revolução econômica e política, mas achavam a questão sexual algo que só poderia ser tocado com o tempo. Assim mesmo cuidadosamente. Dentro dessa visão, o problema homossexual era inoportuno. Disse, sinceramente, o que pensava. A direita reprimia, a esquerda encontrava uma fórmula mais sutil de colocar sua censura: era inoportuno. Quem definia o oportuno? Possivelmente as organizações. E como definiam? A partir de suas táticas e estratégias para a conquista do aparato estatal. O que escapasse dessa lógica era inoportuno. Mas as pessoas não iam esperar 70 anos por uma incerta revolução proletária para resolverem seus problemas sexuais. Ou iam?<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Ibidem, p.: 36.

<sup>118</sup> GABEIRA, Fernando. O crepúsculo do macho Rio de Janeiro, Codecri, 1980 (Coleção Edições do PASQUIM; V. 82).

<sup>119</sup> Idem. Entradas e Bandeiras. Rio de Janeiro, Codecri, 1981 (Coleção Edições do PASQUIM; V. 94), pp.: 97 e 98.

Assim, esse primeiro grupo de produções, apesar da versão conciliatória de Fernando Gabeira, no que diz respeito às práticas políticas das esquerdas carrega uma perspectiva mais crítica aos limites das transformações comportamentais, como aponta Daniel Aarão Reis Filho. As principais críticas incidiam sobre os aspectos ligados à sexualidade, como a homossexualidade, dentro das esquerdas brasileiras e dentro do que depois se convencionou a chamar genericamente de “geração 68”. No caso do Brasil, a geração 68 pode ser identificada como jovens de esquerda, normalmente de classe média, divididos entre o movimento estudantil, o movimento artístico - principalmente no cinema, na música e no teatro - e a luta armada, fragmentada em algumas organizações revolucionárias.

Essas questões que envolvem os limites das transformações comportamentais, como as descritas e problematizadas pelas memórias de Fernando Gabeira e Herbert Daniel, parecem ter gradualmente perdido força no decorrer do processo de conciliação social, considerando os diferentes impactos que causaram quando foram produzidas. E neste sentido, versões como a da peça “A lira dos vinte anos” de Paulo Cesar Coutinho começaram a ganhar espaço na memória social. Assim sendo, as perspectivas em torno dos comportamentos, costumes, sexualidades e relações de gêneros foram genericamente exaltadas, no percurso de desenvolvimento da memória sobre os movimentos de contestação social de 1968. No caso do Brasil, tal movimento de contestação viu enquanto uma de suas consequências à formação de uma geração em que alguns de seus jovens integrantes tentaram assaltar o poder através da luta armada e pagou caro por isso. Os aspectos comportamentais se mostraram uma forma eficaz de não silenciar de todo o caráter transformador desta geração, mas silenciar somente o caráter revolucionário mais radical, combatido monstruosamente pela ditadura civil militar, com apoio de vários setores sociais. Dentre esses setores, encontra-se, inclusive, a própria “classe média”, a quem interessa esse silenciamento do político pelo comportamental. No entanto, o político e o comportamental são em realidade faces dialéticas da mesma moeda, que os próprios movimentos de 1968 abriram, pelas contradições, a possibilidade de percebê-los enquanto síntese; inclusive pelas esquerdas brasileiras que atualmente estão sendo forçadas a abrir espaço a tais debates.

É preciso perceber que a grande quantidade de acontecimentos e processos que culminam, se desdobram e se desencadeiam em 1968, nacional e internacionalmente de forma paralela, cria uma considerável dificuldade de se construir uma narrativa que dê conta de não cair em generalizações estereis para o conhecimento histórico. Ou mesmo



que dê conta de contribuir para que as esquerdas brasileiras reavaliem suas memórias e seus padrões de pensamento, para persistir de forma realmente transformadora na sociedade. Os comportamentos, os costumes, as sexualidades e as relações de gênero são aspectos que abrem margem para as generalizações que atuam como condicionantes e que vão delinear a memória coletiva sobre o ano de 1968 mundialmente, sobre a chamada “geração 68” e para nossa sociedade sobre a ditadura civil-militar brasileira.

### 2.3- 1968, gerações e gênero

“1968: o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, publicado em 1988 pode ser classificado em um segundo grupo, que se relaciona ao período que cerca o aniversário de vinte anos de 1968. Data que coincide com o ápice do processo redemocratização e com a realização dos trabalhos da Constituinte no Brasil. Momento em que as forças políticas se reconstituíram em torno do novo jogo democrático que conciliava a sociedade<sup>120</sup>. Neste grupo, percebemos a moderação das autocríticas e uma exaltação mais ampla das transformações que envolvem os aspectos comportamentais, em relação ao movimento brasileiro. Com isso pode-se citar o livro como um marco desta perspectiva:

Ao longo desses 20 anos, houve muitas hipóteses para tentar explicar aquela explosão de sexualidade, violência, prazer e ansiedade, que marcou tanto as reminiscências da época. É possível realmente que o ‘Réveillon da casa da Helô’ tenha condensado, como metonímia, o país de então.<sup>121</sup>

Em seu livro, Zuenir Ventura conta os acontecimentos de 1968 no Brasil, a partir basicamente de relatos de diversas pessoas envolvidas em situações internas do processo. Nesta narrativa, ele evidencia alguns nomes como de grande relevância para o movimento brasileiro e resgata expressões e aspectos presentes no contexto social que se vivia e as coloca como atributos de uma geração 68. Fica muito evidente, no livro, a intenção de deixar registrada esta marca identitária de um grupo no tempo, no caso a geração 68, que a diferencia das demais gerações<sup>122</sup>. Como exemplo, temos o próprio subtítulo “A aventura de uma geração” que ocupou várias vezes a capa das 48 reedições de seu livro, que venderam mais de 400 mil exemplares<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 11.

<sup>121</sup> VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.: 28.

<sup>122</sup> SIRINELLI, op. cit., 1996, pp.: 131, 132 e 133.

<sup>123</sup> Referência retirada do sítio da Academia Brasileira de Letras

(<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1046/biografia>), em 16/03/2017.

Escrito exatamente 20 anos depois e condicionado pelo momento de transição entre a ditadura civil-militar e a democracia que o Brasil atravessava, o ano 1968 é novamente reinventado, desta vez por Zuenir Ventura. Sua intervenção reforça uma associação mais clara de temas, anteriormente apresentados de forma mais fluida por outros autores do período. Dividida em 4 partes que somam no total 27 capítulos, e exibindo ao final uma lista de 5 páginas de livros e documentos como fontes de consulta, a narrativa reúne, a partir de uma gama de diferentes experiências, aspectos que vão delineando os atributos da geração 68 brasileira. Isso sem perder a conexão com os movimentos de contestação social que estão acontecendo paralelamente.

Com persistência rara, para o Brasil, 68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um "bando de *porralocas*", como se dizia então.

Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-e-espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto - muitas vezes desesperado; outras, autoritário - mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas - certamente nenhuma depois dela - lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos.

Sem dúvida, há muito o que rejeitar dessa romântica geração de Aquário - o messianismo revolucionário, a onipotência, o maniqueísmo - mas há também muito o que recuperar de sua experiência.

Pouco antes de morrer, o psicanalista Hélio Pellegrino, um tipo inesquecível dessa e de outras épocas, dizia, num depoimento para este livro: "Nós aprendemos com a loucura, a generosidade e o sangue deles."<sup>124</sup>

Este trecho localizado na introdução do livro apresenta uma série de referências que serão trabalhadas ao longo da narrativa a partir das situações relatadas. Em uma síntese rápida, podemos interpretar que para o autor a lembrança da geração 68 no Brasil, habita o imaginário como a viagem mitológica de uma geração de "heróis ou de porralocas". Tendo o peso de uma história real onde os heróis cometeram erros e a paixão com que assumiram a responsabilidade de mudar o mundo alivia o peso das consequências. Principalmente porque as transformações propostas não se limitavam ao aspecto da revolução política, mas alcançavam "todos os horizontes", como os aspectos sexuais e comportamentais. Por tais atos, se mostrava diferente de outras gerações que existiram antes e depois dela. Ainda na introdução ele continua:

Com esta exaustiva pesquisa e o apoio de dezenas de depoimentos e entrevistas, esperamos ter realizado não uma simples devolução de fatos, mas a reconstituição dos sonhos, do imaginário, das mentalidades, dos sentimentos, do clima e do comportamento daqueles tempos de exaltação e

---

<sup>124</sup> VENTURA, op. cit., 1988, p.: 14.

de febre, ou, como diz um dos protagonistas, o diretor de teatro Flávio Rangel, "tempos de nó na garganta".

Os nossos "heróis" são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandré, viam Gláuber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais - reais e ideológicos - por não terem evitado o golpe militar de 64. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.

Uma simples arqueologia dos fatos pode dar a impressão de que esta é uma geração falida, pois ambicionou uma revolução total e não conseguiu mais do que uma revolução cultural. Arriscando a vida pela política, ela não sabia, porém, que estava sendo salva historicamente pela ética.

O conteúdo moral é a melhor herança que a geração de 68 poderia deixar para um país cada vez mais governado pela falta de memória e pela ausência de ética.<sup>125</sup>

Assim, assumindo a iniciativa de tentar reconstruir o ambiente social vivido pela geração 68 em seus múltiplos aspectos subjetivos, Ventura segue atribuindo a ela gostos, preferências e características. Ocupa papel central a ideia de que as questões comportamentais eram debatidas enquanto questões políticas e que seria na esfera dos comportamentos onde se alcançou a revolução. Da iniciativa de transformação política ficou somente o simbólico atributo da ética.

Essa discussão sobre questões que envolvem os comportamentos dentro dos debates políticos se afasta categoricamente dos escritos de Herbert Daniel, e neste sentido, também dos escritos de Fernando Gabeira, ao mesmo tempo em que se aproxima da versão proposta na peça de Paulo Cesar Coutinho. Assim, a memória de 1968 que se insere no contexto da ditadura civil-militar brasileira, disputada 20 anos depois em meio ao processo de elaboração da nova constituição, parece ganhar um reforço muito considerável na exaltação do papel dos comportamentos, costumes, sexualidades e relações de gênero. Marcadamente menos crítica e conseqüentemente mais conciliatória em diversos pontos que silenciam o projeto ofensivo das esquerdas<sup>126</sup>, a versão apresentada por Zuenir Ventura traz à tona a característica genérica da geração 68 brasileira como militante das transformações comportamentais.

No primeiro capítulo, conta a experiência da festa de ano novo que abriria 1968, através da visão de vários convidados. E assim apresenta o início das transformações comportamentais que, segundo o autor, caracterizaria "uma nova geração (que) parecia

---

<sup>125</sup> Ibidem, pp.: 15 e 16.

<sup>126</sup> REIS FILHO, op. cit., 1997, p.: 34 e 35.

disposta a deixar a marca de sua presença em todos os campos da História.”<sup>127</sup>. Falando sobre as relações conjugais ele coloca:

Sem as noções de ciúme e de traição, valores considerados fetiches da moral burguesa, as relações amorosas apenas ganhariam em consistência e solidez; se não ganhassem, era porque estavam baseadas em laços de convenção e preconceito, logo, não valiam a pena. Essa geração iria experimentar os limites não apenas na política, mas também no comportamento.

Daí a surpresa da agressão. "Logo eles!?" - foi o que mais ou menos todo mundo comentou.

Antes de saírem de casa, o marido tentara impor uma restrição: que ela não dançasse com aquele egípcio que, nos últimos meses, vinha operando uma devastação nos corações que frequentavam a praia na altura da rua Montenegro e à noite iam ver Godard no Paissandu. Mas essa era uma cláusula de última hora, um casuísmo posterior ao verdadeiro pacto. De mais a mais, ela acabara de surpreender o marido beijando uma moça na cozinha.

Mais tarde, já em 83, o belo alvo da talvez primeira bofetada do ano de 1968 transporia o incidente para o seu primeiro livro - Quem não ouve o seu papai, um dia... balança e cai -, uma deliciosa mistura de memória e ficção.

Naquelas jovens cabeças revolucionárias, nem sempre ao discurso libertário correspondia uma prática liberal. Tentava-se dominar a emoção como se ela fosse um animal domesticável. O resultado costumava se apresentar carregado de contradições, como as do incidente daquela noite. Mas não seria tudo isso natural? Não era próprio das revoluções, inclusive as comportamentais, a convivência numa etapa inicial do novo que se impõe com o arcaico que resiste?

O fato é que o casamento moderno da atriz com o cineasta terminou ao som daquela bofetada e nunca mais pôde ser refeito.

Ficou como um marco: foi o primeiro de uma série de 17 casamentos - modernos ou não - que se desfizeram naquela noite ou em consequência dela.<sup>128</sup>

Nestas páginas, a exaltação dos comportamentos atravessa de forma superficial toda a narração do ocorrido. O autor coloca que as relações amorosas eram entendidas por aquela geração enquanto divididas entre as que valiam ou não a pena, a partir da presença ou não do ciúme e da traição, colocados como valores morais burgueses. Ao tentar fazer uma ressalva sobre as contradições que separavam o discurso libertário e uma prática liberal nos momentos iniciais de um processo de transformação, acaba por retratar uma violência de gênero como uma simples tentativa equivocada de dominar emoções que não são domesticáveis. Desta forma, o autor também cai na armadilha de, ao tentar exaltar a transformação dos padrões comportamentais, demonstrar os próprios valores morais limitados vigentes no momento em que escreve. No caso, Zuenir Ventura escreve em 1988, e enxerga ainda o ocorrido como uma consequência natural do momento em que o novo tenta substituir o arcaico. E não como um exemplo lamentável de imposição física opressora que atinge comumente as mulheres em várias esferas sociais, inclusive entre as esquerdas. Deixou registrado que o espanto comum

<sup>127</sup> VENTURA, op. cit., 1988, p.: 19.

<sup>128</sup> Ibidem, pp.: 25 e 26.

dos convidados se deu em torno das personagens de discurso libertário terem brigado pela contradição da teoria e da prática e não pela agressão física de um homem contra uma mulher. Assim, nesta escrita ficam expressas as margens restritas pelas quais as transformações de comportamento são entendidas na narrativa. Margens que negligenciam as relações de gênero, deixando de fora das transformações comportamentais as relações de poder mais essenciais que se expressam entre as relações sociais.<sup>129</sup>

Considerando as limitações comportamentais ainda presentes como fruto do processo de substituição do velho pelo novo, que tem de superar as resistências impostas a partir das contradições entre o “discurso libertário” e a “prática liberal”, na tentativa de se dominar as emoções, Zuenir Ventura segue fazendo algumas tímidas considerações neste sentido. Porém, elas são comumente contrabalanceadas por frases de efeito em meio a alguns episódios que exaltam a transformação comportamental e equiparam a disposição para a transformação política. No capítulo seguinte, por exemplo, ele apresenta os processos de divórcio como uma perspectiva de quebra com os valores da monogamia, da fidelidade, do ciúme e da virgindade que eram típicos dos padrões de casamento burguês. Atribui, por exemplo, a algumas personagens femininas as opções pelo fim dos casamentos enquanto iniciativas de experimentação existencial naquele clima de liberdade que se estabelecia e não como um direito de autodeterminação das mulheres sob suas vidas. A partir de mais uma consideração limitada pelo contexto social do momento da escrita, a narrativa estabelece uma comparação entre a iniciativa das personagens pelo divórcio e a iniciativa do jovem estudante secundarista Cesar Queirós Benjamin de ingressar na organização armada MR-8: “O que havia de comum entre o grupo de *Cesinha* e o das Marílias, a Marias Claras. Marias Lúcias, Glórias, era a vontade de experimentar - uns na política, outros no comportamento,”<sup>130</sup> evidenciando uma tendência a romantização do período e, ao mesmo tempo, a homogeneização da geração de 68.

Neste capítulo chamado de “A viagem experimental” em que se dedica a falar especificamente das transformações comportamentais, como talvez uma das mais difíceis realizações promovidas pela geração 68 frente à anterior, Ventura se propõe a fazer algumas ressalvas sobre os limites das mudanças que, segundo ele, esbarravam de maneira geral nas contradições entre teoria e prática, e entre a racionalidade e as

---

<sup>129</sup> SCOTT, op. cit., 1991, p.: 21.

<sup>130</sup> VENTURA, op. cit., 1988, p.: 30.

emoções. Em uma assumida visão situada na década de 1980, o autor tenta mapear o alcance do que interpreta por “revolução sexual” no Brasil em 1968. Desta maneira, parte rapidamente a falar de algumas produções literárias e artísticas que abordavam o sexo e também a falar do alcance da pílula anticoncepcional em algumas classes sociais, para chegar ao problema das transformações comportamentais dentro do que chama genericamente de esquerda<sup>131</sup>. Misturando personagens e acontecimentos de grupos muito diferentes do que ele vai caracterizar como a geração 68, suas ressalvas ficam mais direcionadas ao PCB e à luta armada. Desse modo, é perceptível um sensível abrandamento das críticas aos limites das esquerdas acerca dos costumes e comportamentos em relação às obras produzidas anteriormente em torno do contexto de anistia em 1979, sendo que esse trecho do livro expressa considerações que ficaram cada vez mais diluídas nos próximos capítulos. Em dada medida, a exaltação generalista das transformações comportamentais aparece praticamente silenciando tal problemática. Considerando a relevância do livro, no momento de conciliação política e social pós-ditadura em que é lançado, ele reforça uma corrente da memória sobre os movimentos de contestação social de 1968 no Brasil que já possuía algum eco no que tange às transformações nos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero.

Após a introdução e os dois primeiros capítulos que tiveram como foco principal da narrativa as transformações comportamentais, Zuenir Ventura segue nos próximos quatro capítulos da primeira parte do livro a resgatar ideias que habitam um imaginário difuso do que ele vai chamar de geração 68. Tais ideias passam a compor um conjunto de atributos pertencentes àquela geração e, por sua vez, a contextualizá-la de forma planetária, uma vez que estes atributos a aproximam dos jovens que promoveram os movimentos de contestação social que pipocavam principalmente na Europa e nos EUA. Assim, estabelece uma relação memorialística muito mais estreita com a realidade comportamental vivida por países de democracia liberal, do que com os países da América Latina que também viveram regimes autoritários como o Brasil.

Em maio de 68, seus olhos já sexagenários puderam se espantar de novo vendo um fenômeno parecido, muito mais ampliado, na mesma Paris. Os jovens de 20 ou 25 anos não se contentavam mais em se apossar do futuro. Com igual paixão, e gestos mais decididos do que os dos seus predecessores do pós-guerra, eles queriam dominar o presente, e não só na França. Movida por uma até hoje misteriosa sintonia de inquietação e anseios, a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária.

No Brasil, o chamado Poder Jovem ensaiava igualmente a sua tomada de poder e perseguia a sua utopia. Também aqui, em 68, ter menos de 30 anos era por si só um atributo, um valor, não uma contingência etária. Algumas

---

<sup>131</sup> Ibidem, pp.: 31-38.

evidências contribuíam para isso. Pelé, aos 28 anos, bicampeão mundial, preparava-se para o tri e já era o maior jogador do mundo; Gláuber Rocha, com 29 anos, já conquistara a admiração internacional com pelo menos dois filmes: Deus e o diabo na terra do sol e Terra em transe; Chico Buarque e Caetano Veloso, se parassem de compor aos 24 e 26 anos, entrariam mesmo assim em qualquer antologia de música popular brasileira; Roberto Carlos tinha 25 anos e já era rei; Elis Regina e Gal tinham 23 anos; Nara Leão, 26; Maria Bethania, 22.

Além deles, um grupo de quase-garotos de nomes desconhecidos - Vladimir, Travassos, Muniz, Franklin, Jean-Marc, José Dirceu – iria em breve virar o país pelo avesso. Eles assustavam a ditadura, sonhavam com muitos Vietnams no mundo, acreditavam que a imaginação ia tomar o poder e amavam a Revolução. A avidez se justificava: eles tinham sido politicamente castrados na adolescência.<sup>132</sup>

Neste capítulo de nome “Perdidas gerações”, Ventura explora uma comparação entre as demandas presentistas de transformação da juventude francesa, que viveu os movimentos de contestação social em 1968, com juventudes de outras partes do mundo que, em sintonia, viviam o espectro de uma “revolução planetária” em curso. Para conectar o Brasil nesta lógica, ele utiliza como referências uma variada gama de personalidades nacionais com menos de trinta anos como exemplos do que chama de “Poder Jovem”. E assim enumera nomes de lideranças estudantis atuantes que combateriam o regime em diversos acontecimentos ao longo do ano. O movimento estudantil esse importante grupo, entre o conjunto de atores sociais que protagonizaram os movimentos de contestação social ocorridos no Brasil em 1968, aparece na narrativa como o potencial vetor da revolução que faz a interseção entre uma série de questões e nuances sobre a geração 68. Além de funcionar como lugar de encontro entre os principais grupos atuantes politicamente e culturalmente no país, a ação do movimento estudantil permite ainda ao autor forçar um paralelo entre as demandas da juventude brasileira e a juventude francesa. Desta forma o autor utiliza o movimento estudantil como a principal referência nos momentos em que se propõe a enumerar características e atributos dos jovens brasileiros que fariam parte desta geração 68. Segundo ele, uma geração de jovens, que em “sintonia de inquietação e anseios”, promoviam uma revolução mundial.

Zuenir Ventura irá ao longo do livro citar com perceptível recorrência as declarações do ex-militante estudantil, preso político, exilado e deputado em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores, Vladimir Palmeira. Entre outros ex-militantes estudantis do período ele também cita Franklin Martins, Jean-Marc von der Weid, José Dirceu, Cesar de Queiroz Benjamin. Lideranças do movimento estudantil - que foram presas, alguns

---

<sup>132</sup> Ibidem, pp.: 43 e 44.

deles integraram a luta armada, alguns passaram por torturas, alguns foram exilados - como as principais referências de um modelo de jovem que compunha a geração 68. Segundo o autor, uma geração de transição e ruptura que rejeitava os pais e a família, que desprezava o passado e era impaciente em relação ao futuro, que promovia uma inusitada “Revolução etária” na história da humanidade. Uma geração marcada pelos reflexos políticos do golpe militar de 1964, mas disposta a articular sonho e vida.<sup>133</sup>

No capítulo 4, desta primeira parte do livro, “Muitas ideias na cabeça”, o escritor empreende uma nova investida de caracterização do que teria sido o pensamento da geração 68 no Brasil. Logo de início ele parte a propor influências e preferências para uma juventude sem estabelecer muitas delimitações. Notavelmente, a narrativa mistura segmentos sociais diferenciado dos jovens que podemos identificar como participantes dos acontecimentos que tornaram o ano de 1968 marcante historicamente, ao ponto de dar nome a uma geração. Em seu primeiro parágrafo assinala aos que liam seu livro em 1988:

A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil - pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo.<sup>134</sup>

Esta referência aproxima os leitores da geração 68, seja pela inspiração que causa nos que são jovens em 1988 ou pela reminiscência dos que eram jovens vinte anos antes. Ela constrói uma empatia entre a geração 68 e os jovens e adultos que em 1988, de alguma forma se atraíram por aquela leitura, momento das comemorações do vigésimo aniversário de 1968 que coincide com o processo social de elaboração de uma nova constituição de caráter democrático para substituir definitivamente as diretrizes legais de um regime autoritário<sup>135</sup>. Vale considerar que muitos dos membros desta geração, principalmente os que foram militantes do movimento estudantil e da luta armada, inclusive alguns citados por Ventura, estariam disputando ou exercendo mandatos políticos em 1988. Eram então anistiados e traziam com eles a lembrança indigesta de que resistiram à ditadura civil-militar sem apoio das massas e das classes médias, origem da maioria dos ex-militantes. Uma contradição que o livro de Ventura ajuda a amenizar.<sup>136</sup>

---

<sup>133</sup> Ibidem, pp.: 44, 45, 46 e 49.

<sup>134</sup> Ibidem, p.: 51.

<sup>135</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 11.

<sup>136</sup> Idem, op. cit., 1997, pp. 34, 35 e 36.



Para Zuenir Ventura, a geração 68 seria no Brasil a última formada intelectualmente pela leitura. A geração que promoveu uma “revolução verbal” a partir da palavra argumentativa e do “palavrão”. Uma geração que não era influenciada pela televisão. Uma geração que tinha como suas mídias preferenciais a música dos festivais e o “Cinema Novo”. Que tinha aqui como em Paris, a “palavra” como meio de ação política. Que teve cumplicidade com a linguagem escrita que posteriormente a televisão tornaria impossível às demais gerações. Que lia como em 1988 via-se televisão. Um geração que trazia para a lista de *best sellers* autores como Marx, Mao, Guevara, Debray, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mailer, Lukács e principalmente Marcuse. Além deles, outros pensadores de esquerda como Goldemam, Adam Schaf, Althusser, eram os preferidos do público universitário, principalmente aquelas obras que traziam contribuições práticas para a pedagogia revolucionária. Uma geração de jovens revolucionários que possuía uma natural curiosidade por ideias teóricas, as quais embasavam a tese de que o capitalismo brasileiro havia chegado a um impasse, como nos livros de Caio Prado Junior, Celso Furtado e Luís Carlos Bresser Pereira. Que trazia uma noção libertária do marxismo a partir das leituras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, que tinham Herbert Marcuse como seu “guru”. Que, conciliando Marx e Freud em suas obras, entendia os estudantes como parte da vanguarda revolucionária que substituíam a classe operária seduzida pelo consumo.<sup>137</sup>

Estas vastas referências sobre as preferências, influências e pensamentos, reunidas por Zuenir Ventura, iram se desenvolver na memória da sociedade brasileira sobre os movimentos de contestação social de 1968, sobre a ditadura civil militar e sobre os jovens normalmente de “classe média” que destes movimentos participaram e que se convencionou a chamar de geração 68. No capítulo seguinte “A luta pela rapadura”, ele introduz o movimento estudantil de forma mais central na narrativa. Segundo ele, o movimento estudantil, as organizações que se preparavam para a luta armada e os artistas representavam os segmentos da esquerda que defendiam a revolução como uma ruptura violenta. Perspectiva essa contrária ao que defendia o Partido Comunista Brasileiro, que acreditava em uma revolução gradual. A adesão a um desses dois projetos de transformação, segundo Ventura, eram as noções básicas pelas quais se classificavam os jovens de esquerda enquanto revolucionários ou reformistas,

---

<sup>137</sup> VENTURA, op. cit., 1988, pp.: 51-60.

onde a figura do jovem radical causava grande interesse, na medida em que conseguisse ser incomum.

Entre os revolucionários, a discordância se dava sobre a natureza do processo; se a revolução seria socialista ou uma revolução de libertação nacional. Citando Vladimir Palmeira, o autor coloca que a não resistência ao golpe havia ensinado a geração 68 que não se podia confiar na legalidade burguesa, e, neste sentido, eles raciocinavam que as transformações sociais só seriam alcançadas pela luta armada. Sem nenhuma mediação, a narrativa passa do movimento estudantil para as organizações armadas, estabelecendo a revolução pelas armas como uma crença daquela geração que tinha como outras de suas características o voluntarismo e o radicalismo, alimentados pelos exemplos de revolucionários contemporâneos como Che Guevara, Fidel Castro, Mao Tsé-Tung e Ho Chi Minh. Também a tese da estagnação do capitalismo brasileiro, que não conseguiria criar um mercado interno forte o bastante para a retomada do crescimento econômico sem promover reformas estruturais, deixava para a geração 68 o pensamento da revolução como o único horizonte possível. Neste contexto, ainda de acordo com a obra, o movimento estudantil era visto, por seus próprios integrantes, como responsável por conduzir trabalhadores do campo e da cidade a seu papel de classe revolucionária.<sup>138</sup>

No sexto e último capítulo da primeira parte do livro, “Os passos da paixão”, o escritor reinsere o tema da transformação dos comportamentos ao lado das transformações políticas, como pautas das discussões de uma geração que tinha como característica o gosto pelo debate. Geração que discutia em todos os seus espaços de vida e ação a conjuntura política, a revolução, os teóricos, o sexo, a pílula anticoncepcional, os cabelos, o teatro, o cinema e a música. Como continuou fazendo ao longo da narrativa, ele reúne diversos temas que caracterizam e ambientam o que teria sido a geração 68 no Brasil para aqueles leitores que querem conhecê-la ou reencontrá-la em 1988. Ou seja, uma versão do que teria sido a realidade vivida por jovens de classe média, militantes de esquerda, antes de alguns deles serem perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos pelo Estado. A politização do cotidiano é exemplificada através das polêmicas e movimentações no teatro e na música dividida entre a tropicália de Caetano Veloso e a MPB de Chico Buarque<sup>139</sup>, para retornar ao movimento estudantil de militantes precoces que organizavam grandes e combativas passeatas. E a

---

<sup>138</sup> Ibidem, pp.: 61-70.

<sup>139</sup> Ibidem, pp.: 75 a 84.

partir de mais essa referência emblemática para a memória, ele comenta sobre as passeatas:

Apesar dos riscos que ofereciam, as passeatas são lembradas com doce nostalgia, talvez porque, quando a polícia deixava, elas correspondiam ao que havia de mais generoso naquela geração: a capacidade quase religiosa de comunhão, o impulso irrefreável para a doação. Se houve na história um movimento em que seus componentes não souberam o que era egoísmo, anulando-se como indivíduos para se encontrar como massa, esse movimento foi a espetacular, pública e gregária geração de 68.<sup>140</sup>

As manifestações de rua aparecem como mais um aspecto conectado pela narrativa à geração 68, através das ações do movimento estudantil. Mais uma característica é atribuída a ela no fim da primeira parte do livro. Em outras palavras, o autor afirma que a espetacular geração 68 foi a que mais se doou por uma causa na história e daí ele promete contar como se construiu a “passeata dos 100 mil”. Nas demais partes do livro ele costura as ligações entre os subgrupos da geração 68 através das polêmicas da música e dos festivais musicais, pelos grupos e espetáculos teatrais. Pela morte, sepultamento, enterro e missa do estudante Edson Luís e pelas passeatas que se decorreram. Pelos enfrentamentos com a polícia como a “sexta-feira sangrenta”, pela “passeata dos 100 mil”, pelo desenvolvimento da repressão ao movimento estudantil e pelo desenvolvimento da censura. Pelo enfrentamento entre os alunos da USP e da Mackenzie, algumas considerações sobre as ações armadas já em curso e a transição de jovens para luta revolucionária. Pelas ações dos grupos de direita, pelas prisões no congresso estudantil de Ibiúna, e pelo processo que leva até o Ato Institucional nº 5.

Zuenir Ventura encerra o livro propondo 1968 como uma lição. Neste caminho, ele narrou os processos a partir do olhar difuso de participantes de diversos acontecimentos. Participantes que ele reuniu como membros de uma mesma geração. Que por sua vez, o autor contribuiu significativamente na construção de sua imagem enquanto grupo ao descrever os aspectos comportamentais, intelectuais, de personalidade e também tipos físicos. Como faz ao retratar estudantes, como por exemplo, Cesar Queiroz Benjamin e Vladimir Palmeira.<sup>141</sup> Consequentemente, uma vez que sua versão ainda continua a ser revisitada nos dias atuais por interessados pelo tema, ela constitui um forte agente condicionante da memória coletiva sobre os movimentos de contestação social de 1968 no Brasil, sua ditadura civil-militar, e a geração 68 que neste contexto passou a existir. Aproximando, principalmente, as esferas

---

<sup>140</sup> Ibidem, p.: 85.

<sup>141</sup> Ibidem, pp.: 66, 84 e 156.

médias da sociedade com esses jovens que a ditadura torturou e matou, celebrando sua geração, mas sem lhes fazer realmente justiça. O livro por sua narrativa suave e voz em terceira pessoa, oferece a chance de se falar destes jovens sem tocar nas graves violações que muitos deles sofreram. Um silenciamento de questões traumáticas. Uma reconciliação das classes médias com seus jovens filhos estudantes, parte considerável das vítimas do terrorismo de Estado promovido pela ditadura civil-militar:

Os estudantes representam 25.9% entre as vítimas de torturas, um pouco mais de 1/4 do conjunto, o que é significativo. Juntamente com os professores, perfazem 35.7% do total, ou seja, bem mais do que 1/3 das vítimas de tortura eram vinculadas ao setor educacional. O percentual poderia alcançar 40%, caso fossem incluídos os detentores de diplomas superiores engajados, direta ou indiretamente, no processo educacional. É dizer da importância deste setor na luta contra o regime militar.<sup>142</sup>

De 14 de julho a 14 de agosto 1992 a Rede Globo de televisão exibiu em 20 capítulos a minissérie “Anos Rebeldes”<sup>143</sup>, sendo a primeira versão sobre a ditadura civil-militar brasileira contada pela teledramaturgia. Tal produção escrita por Gilberto Braga e com direção geral de Dennis Carvalho, segundo o sítio oficial “Memória Globo”, buscou suas referências históricas no livro “1968: o ano que não terminou” e no livro “Os Carbonários” de 1980<sup>144</sup>, onde o ex-militante estudantil, ex-guerrilheiro e ex-exilado Alfredo Sirkis conta suas memórias. Conjuntamente com o livro de Zuenir Ventura, a minissérie “Anos Rebeldes” pode ser encaixada dentro deste segundo grupo de produções memorialísticas que ganha força após as comemorações de vinte anos dos acontecimentos de 1968. Período este marcado pelo processo de restabelecimento do modelo político democrático resultante da mobilização social em torno da elaboração da constituição de 1988, após duas décadas de ditadura. Tal narrativa televisiva obteve um grande contingente de espectadores, alcançando altas de audiência e ganhando algumas premiações; não podendo deixar de mencionar a existência de algumas interpretações que associam a exibição da minissérie ao conjunto de inspirações do movimento estudantil que em 1992, pediu a deposição do presidente Fernando Collor de Mello.

Em uma perspectiva bastante semelhante ao livro de Zuenir Ventura, a minissérie “Anos Rebeldes”, através de uma narrativa central e algumas narrativas paralelas contribuiu consideravelmente para a construção da imagem de uma coesa geração 68. A partir de diálogos e situações, referências de filmes, músicas, peças de

---

<sup>142</sup> REIS FILHO, op. cit., 1990, p.: 156.

<sup>143</sup> Anos Rebeldes. Direção: Denis Carvalho, Rede Globo, 1992.

<sup>144</sup> Informação obtida no sítio: [//memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/anos-rebeldes/curiosidades.htm](http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/anos-rebeldes/curiosidades.htm), pertencente a empresa Globo Comunicações e Participações S.A., em 16/03/2017.

teatro, acontecimentos políticos, pensamentos, ideias, gostos, preferências e grupos, vão sendo reunidas e apresentadas. E ainda, imagens reais de arquivo são misturadas a cenas com as personagens da narrativa para caracterizar elipses de tempo.<sup>145</sup>

A trama central de “Anos Rebeldes” é desenvolvida a partir da relação amorosa dos jovens estudantes Maria Lúcia e João Alfredo. Estas personagens se encontram ainda enquanto estudantes secundaristas do Colégio Pedro II, na primeira parte da narrativa intitulada “Os anos inocentes”, momentos antes do golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart. O acirramento dos debates políticos relativos às reformas de base e aos acontecimentos que resultaram no golpe de Estado que tomou o poder a partir de 31 de março 1964, aparecem através da mobilização de alguns alunos, entre eles João Alfredo, para a promoção de uma palestra no colégio, na qual o pai de Maria Lúcia, Orlando Damasceno jornalista e militante do PCB, seria um dos convidados. Desde o início, as questões políticas aparecem como um entrave entre os dois jovens, uma vez que as questões financeiras que a incomodavam e o medo das consequências sob sua família, caso acontecesse algo a seu pai em função de sua militância, fez com que Maria Lúcia se posicionasse contra ele ser palestrante. A partir desta primeira interação das personagens, apresenta-se logo de saída à perspectiva da renúncia pessoal dos jovens que, após participarem do movimento estudantil enquanto secundaristas ou universitários, passaram para um posicionamento e uma prática mais radical ao aderirem à luta armada acerca de 1968.

Relativo à trama central da narrativa, além de João Alfredo, representado como idealista que é seduzido pelo movimento estudantil e pela luta armada, e Maria Lúcia representada como individualista, mas capaz de grandes atos de generosidade em função da formação moral que lhe foi dada por seu pai, um intelectual de esquerda, temos também a personagem Edgar. Jovem moderado politicamente, melhor amigo de João Alfredo, e também apaixonado por Maria Lúcia. Personagem que acaba por se beneficiar do contexto de crescimento econômico, que elevou o padrão de vida das classes médias, e também pela possibilidade de se casar com Maria Lúcia, quando João Alfredo termina o relacionamento para cair na clandestinidade. A partir deste triângulo amoroso entre as personagens, que envolvem os sentimentos de renúncia pessoal e realizações individuais, porém marcado por uma relação de lealdade, cumplicidade e

---

<sup>145</sup> Anos Rebeldes. Op. cit., 1992

companheirismo, a trama central conduz as demais em meio ao contexto político brasileiro no período entre 1964 e 1979.

No que diz respeito aos processos de transformação nos costumes, comportamentos, sexualidades e relações de gênero, “Anos Rebeldes” também contribui com uma ampla gama de referências condicionantes da memória de como tais questões comportamentais eram vividas pela chamada geração 68, que por sua vez construiu os movimentos de contestação social no Brasil naquele ano, e em seus desdobramentos. Nos diálogos, uma perspectiva bastante marcante é o conflito de gerações frente às questões do comportamento, como na cena que Maria Lúcia conversa com seu pai após três dias brigados, desde que descobriu que ela não era mais virgem. No diálogo, fica evidenciada a questão que mesmo seu pai sendo um homem de esquerda que havia lido Freud e Marcuse, estava tendo uma postura conservadora, contrária ao que havia ensinado a ela sobre diversos preconceitos, como os ligados à classe e à raça. Neste sentido o pai se justifica falando sobre o momento de transição que estão vivendo, onde as diferenças de tempo de 10 anos, já são significativas em termos de mentalidades. Assumindo desta forma, estar errado em agir daquele jeito com a filha.<sup>146</sup>

Entre as tramas paralelas da minissérie, a que conta a história da personagem Heloísa, é a que mais retrata as questões ligadas às transformações comportamentais. Heloísa é filha de Fábio, um rico empresário apoiador do golpe, com Natália, uma bonita mulher, porém, infeliz com os relacionamentos extraconjugais do marido e sem a possibilidade do divórcio, em função dos prejuízos financeiros aos quais estava sujeita ao fazer tal opção. Natália passa a ter um relacionamento com Avelar, professor de História do Colégio Pedro II, preso com a decretação do ato institucional número 5. Heloísa conhece Maria Lúcia através do curso de francês. Logo se tornam próximas e começam a frequentar o mesmo grupo de amigos. É a partir das festas que Heloísa promove em sua casa, que seu contato se aprofunda com Maria Lúcia, João Alfredo e os demais alunos do Colégio Pedro II. Daí em diante a história de Heloísa ganha cada vez mais espaço na minissérie, concentrando a perspectiva das transgressões comportamentais, evidenciadas nos conflitos de valores com personagens de gerações anteriores ou de conflitos de valores com personagens jovens assumidamente

---

<sup>146</sup> Idem.

moralistas. Nunca com jovens que de certa forma tinham alguma vivência política ou artística de esquerda.<sup>147</sup>

As transgressões comportamentais de Heloísa começam a se tornar mais recorrentes logo depois do baile de formatura de seu irmão e amigos no Colégio Pedro II, momento da narrativa que ela aparece beijando um personagem aleatório em uma escada, precedendo sua decisão de iniciar sua vida sexual, mesmo não estando envolvida em um relacionamento afetivo estável. Algumas cenas contam suas três tentativas frustradas em ter sua primeira relação sexual. A investida inicial é com seu professor de música, que desiste com medo das consequências, caso o pai da personagem soubesse do ocorrido. Depois se propõe a seduzir Olavo, que não aceita fazer sexo com ela antes do casamento. E por último tenta ter a primeira experiência com Galeno, que se sente pressionado e não consegue realizar o ato sexual. Até que algum tempo depois, já na segunda parte da minissérie, intitulada “Os anos rebeldes” o professor de música resolve voltar atrás e faz sexo com Heloísa. Nesta sequência de tentativas da personagem deixar de ser virgem somente Olavo apresentaria uma postura marcadamente machista, frente ao comportamento da jovem. Enquanto em relação às demais personagens, a narrativa constrói o entendimento de que foram às circunstâncias que as impediram de fazer sexo com Heloísa.

Neste segundo momento da minissérie alguns dos personagens estão estudando em universidades: Maria Lúcia, que acaba de passar pelo falecimento do pai; Galeno, personagem que representa na narrativa o grupo dos artistas uma vez que transita pelo teatro de vanguarda, pelo Cinema Novo, pela MPB e pela Tropicália; João Alfredo, cada vez mais atuante no movimento estudantil e já participando em 1967 de uma organização revolucionária; e Heloísa que continua a ter posturas comportamentais transgressoras, como tomar sol na praia sem a parte de cima do biquíni, ou de questionar o casamento dos pais dizendo achar natural a mãe também ter relacionamentos extraconjugais como o pai, ou de ser vista pelos pais beijando um estudante negro em uma das rodas de samba que começa a frequentar. Tal beijo resulta em uma discussão de Heloísa com os pais, que após o debate do tema racismo, passa por sua opção de mudar do curso de graduação em letras para sociologia e termina quando ela usa a expressão “babaquice” para contrapor a autoridade paterna.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Idem.

Da mesma forma que no início do livro de Zuenir Ventura, a passagem para 1968 é representada em “Anos Rebeldes”, por uma festa de ano novo. E através do diálogo de Edgar e João Alfredo se faz também uma comparação entre 1967 e as expectativas para o próximo ano. Entre o início e o fim de 1968, Heloísa se casa com Olavo, para deixar de morar com os pais e apesar de se mostrar disposta a ser feliz com o marido, ela se divorcia em função de sua sensibilização crescente pelas questões sociais, que tornou impossível seu relacionamento conjugal com um jovem conservador.

Os acontecimentos de 1968 no Brasil se apresentam envolvidos no cotidiano a partir de diálogos que indicam a participação das personagens de vários núcleos da narrativa. Como no assassinato do estudante secundarista Edson Luís, seu velório, enterro e missas de sétimo dia e toda a repressão policial envolvida que fere os personagens Edgar e Marcelo. Estes são hospitalizados e procurados pela polícia, representada pelo Inspetor Camargo, personagem que concentra simbolicamente o papel da perseguição política promovida pelo Estado ditatorial brasileiro. Até então a repressão às atividades políticas e as manifestações são tratadas de forma bastante circunstancial, de acordo com o envolvimento de cada personagem. Com algumas participações do Inspetor Camargo, desde o momento do golpe de Estado, como a prisão do pai de Maria Lúcia, o tapa dado no rosto da personagem Natalia em uma averiguação e na revista na casa do professor Avelar, em busca do professor Juarez que foge para uma embaixada e de lá para o exílio. Assim a minissérie tenta retratar em primeiro plano as transformações políticas, culturais, econômicas e sociais no cotidiano e na vida pessoal de um grupo de jovens estudantes de classe média moradores de Ipanema, bairro da zona sul do Rio de Janeiro. E em segundo plano, também se propõe a apresentar como foram vividas estas mesmas transformações por seus pais, sem apresentar nenhuma cena objetiva que denuncie o terrorismo de Estado.

No decorrer do ano de 1968, as personagens de Maria Lúcia, cada vez mais direcionada a ter uma vida estável, e João Alfredo, cada vez mais envolvido com a militância no movimento estudantil e na organização revolucionária, continuam se afastando pelas ausências que a luta política demandava. Ao mesmo tempo, Heloísa vai aprofundando as mudanças em seu comportamento e em suas posições políticas que vão levar ao fim seu casamento, sendo tal desenvolvimento da personagem simbolizado pela corte curto que faz em seu cabelo e sua entrada para luta armada. Já Galeno também se aprofunda nas vivências do movimento artístico. Essas progressões, dos quatro



personagens mais relevantes da trama para a pesquisa, são apresentadas pelo recurso de misturar imagens reais de época com imagens das personagens em seu dia a dia, com uma fotografia em preto e branco. Imagens da UNE, das manifestações na França, Che Guevara, passeatas no Brasil, a “Revolução cultural” na China, “Passeata dos 100 mil”, a “Primavera de Praga”, a invasão da Universidade de Brasília pelas forças de repressão do Estado, as prisões no congresso estudantil de Ibiúna. Ao fim destas sequências, da qual a última foi apresentada ao som da canção “Para não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, aparece à cena que o professor Avelar é preso pelo inspetor Camargo, enquanto o Ato Institucional número 5 está sendo lido na TV. Logo depois é dada a notícia, entre os membros da organização revolucionária que João Alfredo faz parte, que Marcelo também foi preso.

Desta forma, o ano de 1968 chega ao fim na minissérie apresentando uma conjuntura de endurecimento do regime e de radicalização dos jovens envolvidos no movimento estudantil, onde alguns passam a ingressar na luta armada. João Alfredo que havia desistido da organização política para ficar com Maria Lúcia, acaba se envolvendo na ação armada para libertar Marcelo, seu companheiro de movimento estudantil e luta revolucionária. Por outro lado o professor Avelar é libertado da prisão através do pai de Heloísa, com intermédio de seu irmão que resolve ajudar o amante de sua mãe. É neste contexto que se inicia a terceira parte da minissérie, “Os anos de chumbo”.<sup>149</sup>

Até então, nenhum personagem que havia sido preso pelo regime ditatorial tinha sofrido com a prática da tortura enquanto ferramenta de repressão aos movimentos políticos de oposição. A primeira referência é feita através do professor Avelar, quando relata ter ouvido na prisão os gritos dos líderes estudantis sendo torturados. Daí em diante o clima de perseguição política se acentua nas situações vividas pelas personagens. Maria Lúcia que vinha tentando participar do movimento estudantil para ficar ao lado de João Alfredo, agora tenta aceitar sua entrada definitiva para a luta armada. Em uma rápida sequência o casal abre mão de ir estudar na Inglaterra, ela engravida, pensa em abortar, mas desiste, perde o filho posteriormente e acaba sendo internada com depressão em uma clínica. Isso tudo acontece na tentativa de evitar que João Alfredo fosse preso em uma ação, em que um militante da organização foi gravemente ferido. João Alfredo, sendo obrigado a viver na clandestinidade após uma

---

<sup>149</sup> Idem.

ação para expropriar armamento, resolve terminar com Maria Lúcia. Ele diz a namorada que está envolvido com Heloísa, aproveitando-se da desconfiança da amada frente a uma situação, em que eles tiveram que fingir ser um casal para alugar um imóvel que serviria de aparelho para a organização. João acredita que, assim, Maria Lúcia desistiria definitivamente da relação e pararia de sofrer por ele.

Mais uma vez em meio às diversas referências sociais, culturais, políticas e econômicas do fim dos anos sessenta, dispersas pela linguagem das telenovelas, a questão da renúncia das realizações pessoais é colocada. Neste caso, a renúncia ao grande amor de sua vida em prol da luta revolucionária é bastante emblemática. Sendo registrada nas palavras de Galeno em meio à conversa em que João Alfredo tem a ideia de contar tal história para Maria Lúcia. As renúncias às realizações pessoais, a doação às causas maiores, o companheirismo, a solidariedade, a ética, a coragem e a ingenuidade são trabalhadas pela narrativa como características desta geração de jovens.<sup>150</sup>

Heloísa havia supostamente ido para a Bahia no final de 1968, depois de financiar a peça teatral de Galeno com o dinheiro da venda de seu apartamento após o divórcio com Olavo, representando mais uma de suas transgressões comportamentais. Ela reaparece no fim de 1969 como simpatizante da luta, com a função de alugar um imóvel junto com João Alfredo, para servir de aparelho para a organização. Ela rapidamente é presa pela polícia ao ser ligada a captura do embaixador dos EUA, através de seu casaco que havia sido esquecido no cativo, por outra militante da organização revolucionária. Ela só é libertada por influência de seu pai, um rico empresário. Ao ser interrogada pelo pai sobre sua participação no sequestro do embaixador, ela assume estar na luta armada. Indignada com a postura do pai, que não questiona a arbitrariedade de sua prisão e com seu argumento de que ela é uma criança influenciável, retira a blusa e mostra as queimaduras de cigarro da tortura. Somente nesta cena em toda a minissérie, é apresentada visualmente a existência da tortura como prática nos interrogatórios dos prisioneiros políticos. Inclusive Heloísa é a única a ser torturada e morta pela ditadura entre os personagens da trama. Ela é fuzilada quase sem querer por um soldado de aparência muito jovem, quando ela, João Alfredo e Marcelo estavam fugindo a caminho do exílio. Nesta cena o inspetor Camargo, grita para o soldado que ela está armada. Após o soldado metralhá-la, o inspetor vê que ela só

---

<sup>150</sup> Idem.

segura a carteira de identidade e mostra-se profundamente arrependido. Desta forma romantizada, a minissérie tem uma postura conciliatória com o terrorismo de Estado praticado contra os opositores da ditadura civil-militar brasileira.

Após participarem da captura do embaixador suíço, João Alfredo que é ferido, Heloísa e Marcelo são ajudados pela organização, por seus familiares e amigos, inclusive Maria Lúcia e Edgar, agora ricos e casados. E é através deste esforço coletivo que João Alfredo e Marcelo conseguem fugir para o exílio, sendo o pai de Heloísa retratado como responsável indireto pela morte da filha uma vez que impediu sua fuga através dos navios pertencentes a uma de suas empresas. Ao receber a notícia do assassinato da filha junto à família, o pai classifica o crime cometido pelo Estado como suicídio.<sup>151</sup>

O trecho que trata da participação da personagem Heloísa na luta armada contra a ditadura é composto de uma sequência de cenas que conta a experiência da captura do embaixador suíço, parafraseando a narrativa de Alfredo Sirkis no livro “Os Carbonários”.<sup>152</sup> Nessa obra, o autor conta entre diversas experiências, sua participação na captura do chefe da embaixada suíça no Brasil, juntamente com Herbert Daniel, liderados por Carlos Lamarca. Em “Anos Rebeldes”, a participação de Heloísa é retratada de forma que suas características de personagem alegre e carismática continuassem mesmo na luta armada. Como, por exemplo, quando tem a ideia de promover uma festa de ano novo dentro do aparelho onde era mantido o embaixador. Com o tempo o prisioneiro vira amigo dos guerrilheiros e começa a opinar nos rumos da ação, influenciando o grupo para aceitar a ideia de Heloísa que tinha o intuito de convidar a vizinhança para a confraternização como forma de afastar suspeitas sobre a residência. Por outro lado, por vezes, a personagem está ausente das discussões políticas, ocupada com tarefas domésticas, sem haver neste retrato algum tipo de crítica à reprodução deste modelo de exclusão de gênero. Na verdade, a cena parece dirigida para passar naturalidade na construção teledramática da situação. Por fim, visto que Heloísa concentrou a representação simbólica de uma vasta gama de transformações comportamentais ligadas principalmente à sexualidade e aos aspectos que atualmente podemos identificar como questões de gênero, mais uma saída foi usada para dar coerência às ações da personagem, sem criar grandes polêmicas. Às vésperas da libertação do embaixador, Heloísa é vista por João Alfredo beijando Marcelo e,

---

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> SIRKIS, Alfredo. Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida. Ed. Record, Rio de Janeiro, 1980.

posteriormente, já no processo de fuga ela revela a Maria Lúcia estar em uma relação estável com ele desde o fim de 1968, e que havia tido uma filha com Marcelo que era cuidada por empregados. Desmentindo inclusive a história que João Alfredo havia contado para Maria Lúcia ao se separarem e pedindo que caso algo lhe acontecesse que ela cuidasse de sua filha.

O recurso narrativo de envolver a personagem Heloísa em uma relação afetiva estável, embora elas fossem uma prática comum entre os militantes, exime a minissérie de representar como se davam as questões comportamentais ligadas às sexualidades dentro das organizações revolucionárias de esquerda. E, desta forma, acaba por contribuir com uma memória social que exalta a grande força das amplas transformações comportamentais, como marca registrada da chamada geração 68, também no Brasil.

Por outro lado, matar Heloísa, também retira a necessidade da minissérie apresentar um final satisfatório para uma personagem tão complexa e envolvente, responsável por levantar polêmicas ainda no momento de sua exibição. Desta forma, a morte da personagem, mesmo sendo circunstância possível para os militantes da luta armada, parece uma possibilidade menos incômoda para a sociedade por se tratar de alguém que não se enquadrava nas perspectivas morais vigentes à época. Enquanto Maria Lúcia, de posturas marcadamente individualistas, se divorcia de Edgar por não amá-lo e adota a filha de Heloísa, se reencontrando com João Alfredo em seu retorno, após a anistia em 1979. Ao perceber que ele não abandonaria a luta política, Maria Lúcia resolve renunciar mais uma vez a seu amor.<sup>153</sup>

O personagem de Galeno foi representando como artista fracassado, durante praticamente toda a minissérie. Também ex-aluno do Colégio Pedro II, ele entra na faculdade junto com os demais personagens e logo abandona para tentar viver de alguma forma de arte. Ele é apresentado transitando entre o teatro, o cinema e a música e depois de se envolver no movimento hippie, e reaparece no fim dos anos setenta como autor de novelas perseguido pela censura. Em uma cena, ele aparece sendo interrogado por uma funcionária do órgão de censura, que pretende fazer cortes em sua novela sobre a escravidão no Brasil. Tal cena de caráter cômico, ironizando a inteligência da

---

<sup>153</sup> Anos Rebeldes, op. cit., 1992.

funcionária, supostamente teria sido vivida pelo autor da minissérie Gilberto Braga, segundo o site oficial “Memória Globo”.<sup>154</sup>

Deste gancho narrativo, a minissérie faz uma última elipse de tempo, juntando imagens dos acontecimentos políticos mundiais, e do processo de abertura lenta, gradual e segura até a anistia, com imagens dos personagens vivendo e retornando do exílio. E, em meio a essa sequência de imagens, aparecem as novelas exibidas pela Rede Globo de televisões durante o regime, mostrando que o canal de TV e as demais organizações ligadas a essa grande corporação das telecomunicações acompanhavam as transformações sociais no Brasil.<sup>155</sup>

De forma muito semelhante ao livro de Zuenir Ventura, a minissérie “Anos Rebeldes” reúne um conjunto de referências que passam a ser atribuídas à chamada geração 68. Contribuindo significativamente com a perspectiva conciliatória de uma memória social que exalta e entende que a face das transformações comportamentais superou a face das transformações políticas, propostas pela parte da juventude de classe média que lutou contra a ditadura civil militar brasileira e pela revolução socialista. Neste sentido, segundo Michael Pollak:

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções.

O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional.<sup>156</sup>

As fontes até aqui analisadas e as que ainda serão apresentadas, à luz dos momentos sociopolíticos que foram produzidas - como o processo de anistia a cerca do ano de 1979; o processo de elaboração da nova constituição, representando a reconstrução do modelo político democrático, em 1988; processo de estabilização da democracia de caráter neoliberal, em 1998; e em 2008 enquanto diretamente influenciado pelo consolidar do processo de Globalização - nos permite estabelecer, mesmo que de forma generalizante, alguns segmentos que compunham a parte da juventude brasileira envolvida nos movimentos de 1968 ou em processos entrelaçados a ele. Entre estes, com suas formas de ação específicas, e por vezes estabelecendo interseções entre si, podemos elencar: a participação da juventude no movimento

---

<sup>154</sup> memoriaglobo, op. cit., 20/09/2016.

<sup>155</sup> Anos Rebeldes, op. cit., 1992.

<sup>156</sup> POLLAK, op. cit., 1989, p.: 9.

estudantil, formado por estudantes de nível superior e secundaristas. Como também a participação na luta armada dividida em inúmeras organizações revolucionárias, onde por vezes porções desses jovens também atuavam no movimento estudantil. E, por fim, a participação no movimento artístico, através principalmente do teatro, do cinema e da música. Sendo essa última, por sua vez, polarizada entre a MPB “politizada” e a Tropicália do chamado “desbunde”.

Luísa Passerini ao observar as relações entre mito e história, coloca que mesmo na atualidade, a memória se apresenta como um elemento presente em tal relação, considerando que o mito conserva seu caráter de causar repercussões sob o pensamento coletivo. Segundo a autora, novas definições de mito nas ciências humanas são cada vez mais úteis nos trabalhos de história oral, permitindo o entendimento de suas origens, trajetórias, sinais e fins, como também do papel que ele ocupa no imaginário dos indivíduos e seus grupos.<sup>157</sup>

Por outro lado, ao debater a relação entre mito e história a partir da lógica do arquétipo, Passerini recorre à experiência da pesquisa que realizou junto a militantes do movimento estudantil italiano acerca do ano de 1968. Inicialmente ela propõe um pequeno balanço dos autores que identificam a “geração 68”, como chama a autora, enquanto protagonistas de um movimento fundamentalmente antipatriarcal. Entendido por estes como uma guinada cultural que marca as redefinições sociais nas relações entre o velho e o novo, configurando o arquétipo conhecido como “criança divina”<sup>158</sup>. Ao analisar um corpo documental composto de 60 entrevistas orais sobre histórias de vida de mulheres e homens envolvidos nas agitações estudantis na Itália, a pesquisadora diz encontrar de forma recorrente falas exaltando a capacidade inovadora da geração dos depoentes. Não somente ligada ao movimento estudantil italiano, mas em diversas esferas da vida pública e privada. Além da ambivalência entre a manutenção e o questionamento dos valores e atitudes da sociedade pré-68. Inclusive nas perspectivas ligadas a sexualidade.<sup>159</sup>

No entanto, Luísa Passerini propõe que a História deve proceder na direção inversa da perspectiva do arquétipo, estabelecendo sua análise do individual concreto para o coletivo. Nos exemplos da “geração 68” propostos pela autora, os arquétipos estão presentes, mas em caminhos únicos e diferentes, nos permitindo entender que os

---

<sup>157</sup> PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em História Oral. Projeto História. n. 10, dez. 1993, pp.: 30 e 32.

<sup>158</sup> Ibidem, pp.: 35 e 36.

<sup>159</sup> Ibidem, p.: 37 e 38.

caminhos dos indivíduos não são inevitáveis, tanto no plano racional quanto imaginário. As histórias de vida são vistas como construções mitobiográficas singulares, que combinam múltiplas referências em expressões únicas.<sup>160</sup> Tal referencial teórico desenvolvido pela historiadora permanece atual no que tange ao questionamento do desenvolvimento do mito da renovação cultural ampla da sociedade, a partir de 1968, principalmente ao tratarmos dos aspectos em torno das transformações dos comportamentos e dos costumes. Inclusive, as fontes até aqui exploradas demonstraram que tal perspectiva de renovações comportamentais amplas ajudaram a memória social a seguir uma linha de desenvolvimento bastante conciliatória em relação à ditadura civil-militar brasileira.

Ao falarmos dos movimentos de contestação social de 1968, seus paralelos e desdobramentos, a primeira referência necessária é a da “geração 68”. Geração que tem este ano como seu marco fundador e em contrapartida fez o próprio ano também existir como acontecimento. Em algumas análises sobre o período, parte dos jovens dessa geração foram entendidos como os principais atores, responsáveis pelos acontecimentos de 1968. Chegando ao extremo duvidoso, de ser a geração proposta por Henri Weber, enquanto uma “classe de idade”, de força política autônoma.<sup>161</sup>

No entanto, indo mais fundo nesta questão, a ideia de “geração 68” refere-se aos jovens de mais de 40 países que se envolveram nos processos de contestação da ordem, de acordo com cada contexto doméstico. Assim, parece um tanto quanto problemática a lembrança de uma única “geração 68”, embora de alguma forma exista dentro da perspectiva conceitual que propõe Jean-François Sirinelli um processo de autoidentificação<sup>162</sup>, com relação a essa expressão, no sentido que muitas pessoas pelo mundo que eram jovens em 1968 se reconheçam nesta perspectiva, mesmo os movimentos tendo sido muito diferentes e diversificados. Desta forma, também nos interessa tentar compreender essa noção de pertencimento que por sua amplitude, permite resumir bastante, o complexo e variado cenário de lutas que eram vividas no período. Segundo Sirinelli:

Certamente a geração, no sentido “biológico” é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da

---

<sup>160</sup> Ibidem, p.: 38 e 39.

<sup>161</sup> WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999, pp.: 22 e 23.

<sup>162</sup> SIRINELLI, op. cit., 1996, p.: 133.

autoproclamação: o sentimento de pertencer- ou ter pertencido- a uma faixa etária com forte identidade diferencial.<sup>163</sup>

Maurice Halbwachs coloca que, ao lembrarmos, o fazemos enquanto grupo a partir de suas referências. Assim, nessa operação é significativa a possibilidade de confundirmos o nosso passado com o do nosso grupo.<sup>164</sup> Na medida em que a mentalidade que se assenta é de que a “geração 68” configura-se como um único grupo de diferenciação social, é compreensível, embora incômodo, que haja transposições internacionais de realidades configurando uma memória homogênea dos movimentos.

Porém, se um dos aspectos mais emblemáticos de 1968 era sua pluralidade, por que não usarmos o plural para definir suas gerações? As “gerações 68”. No caso específico desse estudo, a “geração 68 brasileira”. Dando ênfase em suas divisões internas e como se inseria entre tais segmentos - privilegiando aqui o da luta armada, a partir do olhar sob uma trajetória em específico -, a discussão sobre as mudanças de costumes e comportamentos. Tendo a sexualidade e as questões de gênero como foco principal. Pois, trabalhando com o grupo da “geração 68 brasileira”, em vez de lidar com o generalizante grupo da “geração 68”, coloca-se a possibilidade de reduzi-lo, delimitá-lo, e conhecê-lo em sua multiplicidade, balizando as referências que condicionam sua memória.

Podemos compreender a memória de 1968 como o conjunto de representações do passado que tentam dar sentido a um variado processo de transformações sociais que passaram a ser notadas ou se iniciaram a partir deste ano, no fluxo das grandes mudanças que a humanidade presenciou durante o século XX. Sendo estas transformações sociais vistas como consequências dos movimentos políticos e culturais protagonizados por uma restrita parcela de jovens filiados a ideologias de esquerda, ocorridos mundialmente no final da década de 1960. Tendo como os principais meios de ação destas juventudes os movimentos estudantis, os movimentos artísticos e as guerrilhas revolucionárias.

Na tentativa de recontar este período controverso da história contemporânea interessados de áreas como a literatura, a dramaturgia, o cinema, a televisão em amplas e variadas teias de correlações, costumam classificar estas juventudes como a “geração 68”, a partir de critérios muito generalizantes. Tal grupo identitário<sup>165</sup>, em suas incontáveis fragmentações internas, conduziu movimentos contestatórios e

---

<sup>163</sup> Idem

<sup>164</sup> HALSBWACHAS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Ed Centauro, São Paulo, 1997, p.: 33.

<sup>165</sup> SIRINELLI, op. cit., 1996, p.: 133.



reivindicatórios muito variados nas esferas do político e do cultural transformando um ano em um processo muito maior e pouco compreendido, mas bastante revisitado pela memória social em diversos países. No caso do Brasil, sua reminiscência se mistura a memória da ditadura civil-militar e com o processo de superação de nossa sociedade deste passado traumático.

#### Segundo Halbwachs:

A memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecem com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de se surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todos de natureza social.<sup>166</sup>

Com base no referencial teórico fornecido no trecho acima por Maurice Halbwachs, acredito que o eixo da questão sobre a memória de 1968, principalmente no que nos interessa - os comportamentos, os costumes, a sexualidade e o gênero -, está na amplitude do grupo no qual os indivíduos se “autoproclamam” como parte integrante<sup>167</sup>: a “geração 68”. Ao se recordar do passado a partir do presente os indivíduos passam a se ver como parte desta geração sem fronteiras e sem subdivisões internas, tornando coerente a memória de que as bandeiras de luta eram também sem fronteiras e unificadas, com o mesmo grau de importância e êxito. Silenciando, inclusive, contradições inconvenientes para certos grupos sociais, como por exemplo, o papel das camadas médias que deram sustentação social aos regimes autoritários na América Latina. Ao propor uma fronteira, no mínimo, nacional para a geração, como a “geração 68 brasileira”, e ao tentar especificar, mesmo que de forma generalizante os grupos que a compõe, podemos reduzir os limites da massa de lembranças comuns nas quais seus membros possam se apoiar.<sup>168</sup>

A revista “Gênero” em 2008 se propôs a mostrar as várias faces presentes no cenário em que se formou a chamada geração 68, a partir da experiência de mulheres e também homossexuais que enfrentaram os sofrimentos dos processos de transformação política e social, entre os anos de 1960 e 1970 na América Latina. A historiadora Natália de Souza Bastos, em seu artigo que trata da militância feminina nas

---

<sup>166</sup> Ibidem, p.: 69.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Halbwachs, op.cit., 1997, p.: 69.

organizações armadas no período, relata o episódio em que a militante da “Dissidência da Guanabara” Vera Sílvia Magalhães, quando em um congresso interno de sua organização foi questionada por um companheiro de luta, por ser em sua opinião uma mulher “instável”, referindo-se à sua vida sexual, não estando apta assim a assumir um posto de prestígio dentro da organização. A resposta da militante na ocasião foi questionar se o mesmo argumento de “instabilidade” também se aplicaria aos homens. Na medida em que suas sexualidades, claro que se exercidas dentro de um padrão heterossexual, não eram tidas como parâmetro para avaliação de suas competências políticas e revolucionárias dentro da organização.<sup>169</sup> Essas organizações armadas possuíam dentro das diversas diretrizes, os seus códigos morais e de comportamentos, que deveriam reger a vida dos seus membros<sup>170</sup>. Perspectivas que, por vezes, eram dribladas, mas que eram parte intrínseca da conduta revolucionária. Neste sentido, segundo Foucault:

Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar de “código moral” esse conjunto prescritivo.<sup>171</sup>

Assim, as organizações acabavam reproduzindo em muito os valores das camadas médias da sociedade burguesa, e nos desdobramentos de tais valores, as concepções pré-estabelecidas relativas aos papéis sociais de gênero<sup>172</sup> entre homens e mulheres.

Com o avançar das pesquisas que passam a considerar a categoria gênero, surgiram com o tempo um considerável número de estudos na historiografia que analisam as limitações de alguns grupos de esquerda no que diz respeito aos debates e práticas comportamentais. Entre eles, as organizações armadas revolucionárias que atuaram em alguns países da América Latina, inclusive na historiografia nacional. Isso permite um novo olhar para o processo, considerando a relevância da luta armada como segmento da geração 68 brasileira, na narrativa que constrói a memória social do

---

<sup>169</sup> BASTOS, Natalia de Souza. Perdão meu Capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em Organizações da Esquerda Armada (Brasil, anos 1960-1970). In: GOIAS, J. B. H & QUADRAT, Samantha V. Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1. sem. 2000).- Niterói: EdUFF, 2008, p. 63.

<sup>170</sup> REIS FILHO, op.cit., 1990, p.; 123.

<sup>171</sup>FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. Vol. 2. O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 11ª edição, 1984, p. 26.

<sup>172</sup> SCOTT, op.cit., 1990, p.: 21.

período. Se particularizado desta forma, em relação à narrativa dos movimentos de 1968 em outras partes do mundo, como os EUA e a Europa, principalmente pelo contexto de ditadura civil-militar aqui presente.

Rachel Soihet, ao estudar o desenvolvimento dos feminismos no Brasil, a partir das trajetórias de algumas mulheres que se envolveram em atividades contrárias à opressão e que visavam o alcance de direitos e autonomia, centralizando a discussão no processo de tomada de consciência de gênero destas personagens, coloca exemplos de como alguns grupos dentro das esquerdas brasileiras, onde segmentos da geração 68 brasileira circulavam fortemente, se opunham de forma objetiva a qualquer debate ligado as questões de gênero ou organização de coletivos de mulheres. Muitos grupos entendiam o feminismo como um fenômeno burguês e acreditavam que a luta deveria se concentrar no combate a ditadura e na guerra contra o capitalismo<sup>173</sup>. Lígia Maria Coelho Rodrigues diria em entrevista concedida à historiadora:

(...) essa história de feminismo é uma bobagem, o problema é a luta de classes. O grande problema da sociedade é a opressão capitalista. É a divisão entre o capital e o trabalho. A revolução que tem que ser feita é a revolução dos trabalhadores. Eu era de esquerda, era trotskista, tudo que todo mundo era naquela época.<sup>174</sup>

Soihet discute o aspecto de muitas militantes terem sido mantidas em posições subalternas dentro de algumas organizações das esquerdas brasileiras e coloca que é dentro destas condições de desigualdade que tais mulheres, em plena luta pela igualdade social, começam a perceber a demanda pela luta contra as opressões de gênero. Ao parafrasear E. P. Thompson que afirma ser no processo de luta pela sobrevivência que os explorados se reconhecem enquanto classe, a autora propõe que é também a partir da experiência da opressão, que se desenvolve a consciência de gênero.<sup>175</sup>

Um caso bastante emblemático foi a oposição direcionada ao grupo de mulheres criado em Paris, em 1972. Tal grupo, composto principalmente por brasileiras e algumas latino-americanas, estava imerso no ambiente que se desenvolvia o movimento de contracultura, debatendo temáticas ligadas a questões de gênero e sexualidade, sob uma perspectiva de garantir autonomia às mulheres. Emergiu, assim, uma autoconsciência a partir do entendimento de que as opressões que se acreditava viver de forma individual, eram na verdade comuns a muitas mulheres, uma vez que se passava a

---

<sup>173</sup> SOIHET, Rachel. “Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa” Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP. Vol.45 (2012) jul/dez Gênero e Subjetividades, p.: 34.

<sup>174</sup> Entrevista de Lígia Maria Coelho Rodrigues, concedida em 01/02/2005. Apud SOIHET, 2012, p.: 32.

<sup>175</sup> Ibidem, pp.: 35 e 37.

entender o caráter político do cotidiano e do subjetivo vividos principalmente na esfera do privado.<sup>176</sup>

O grupo Front Brasileiro era formado por homens e mulheres de diversas organizações, exilados na França, e por membros do Partido Comunista Francês. Este grupo possuía um relevante papel na viabilização da vida prática destes indivíduos, pois, além de divulgar informações sobre os acontecimentos no Brasil, era um meio através do qual os exilados conseguiam trabalho, moradia e matrículas escolares para seus filhos. Tal coletivo organizou um boicote contra a participação das exiladas no grupo de mulheres, alegando que os debates promovidos nas reuniões estavam desestabilizando os casamentos e as relações entre a comunidade. Propuseram ainda a retirada da ajuda dada às famílias das mulheres que continuassem a participar das reuniões. Tal estratégia, que dizia ter como objetivo reconduzir o foco da luta contra ditadura brasileira, teria sido bastante eficiente no esvaziamento do grupo de mulheres, uma vez que reforçou a pressão de seus companheiros para que deixassem as discussões.<sup>177</sup>

A experiência do exílio, enquanto um lugar de encontro para a tomada da consciência de gênero é bastante relevante na trajetória das militantes de algumas organizações de esquerda brasileiras, e que influenciariam a construção de novos coletivos de mulheres, após o processo de anistia e retorno para o Brasil<sup>178</sup>. Tais personagens, vivendo a experiência do exílio, apesar da permanência de muitas opressões, entrariam em contato com discussões ainda pouco exploradas nos tempos de Brasil, e no início da década de 1980, retornariam trazendo em sua bagagem política novas concepções sobre o significado de uma sociedade mais justa. Envolvendo outras questões, para além das questões de igualdade material objetiva, a esfera do privado, a subjetividade, a família, as linguagens corporais, a sexualidade e as relações de gênero, passaram a estar presentes nas agendas do movimento feminista em processo consolidação no Brasil.<sup>179</sup>

No entanto, ao se tratar do processo de desenvolvimento da memória social dos movimentos de contestação da ordem de 1968 e seus desdobramentos, no caso do Brasil

---

<sup>176</sup> Idem. “Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert”. Cadernos Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2013, pp.: 174 e 175.

<sup>177</sup> Ibidem, p.: 175.

<sup>178</sup> Ibidem, p.: 182.

<sup>179</sup> Idem, op. cit., 2012, p.: 40.

inserido no contexto de uma ditadura civil-militar, a supressão da experiência do exílio enquanto momento de contato com novos questionamentos aos comportamentos e aos costumes pode explicar uma parcela das generalizações que nos induz a rememoração da geração 68 brasileira, enquanto amplamente envolvida na luta pelas mudanças nas relações de gênero e a favor do livre direito de exercer as sexualidades. Muitos membros desta geração viveram uma experiência conservadora no Brasil e partiram para o exílio europeu vivenciando uma dinâmica cotidiana relativamente mais liberal, influenciada pelos desdobramentos dos questionamentos disseminados mais largamente naquele continente após 1968. E em seu retorno trouxeram consigo novos olhares sobre suas realidades cotidianas. Porém, em muitas produções que envolvem os movimentos de contestação social de 1968, o tempo vivido e os aprendizados adquiridos nos exílios são negligenciados, e as lutas específicas de frações das variadas juventudes que presenciaram as agitações são transpostas internacionalmente a partir da existência daquele ano.

#### *2.4- 1968, novas versões e muitas memórias*

Em 1998, as tendências já apresentadas em 1988 se fortaleceram. O caráter revolucionário de 1968 passa a ser recuperado memorialisticamente 30 anos depois, sob um direto condicionamento do cenário de democracia, então vigente no Brasil.<sup>180</sup> Formando um terceiro grupo que concentra as obras produzidas no processo de estabilização das políticas de caráter neoliberal, em torno do período. Ao analisarmos algumas produções nacionais, que podemos considerar como de grande repercussão no período, verificamos que as críticas aos limites reduzidos das transformações nos costumes e comportamentos passam a ser cada vez mais diluídas nas narrativas. Tais análises passam a ser silenciadas de forma crescente entre os elementos das produções que se dispõe a tratar da parte da juventude brasileira que viveu a fundo os movimentos de contestação ao regime civil-militar em 1968, principalmente através do movimento estudantil. E também através do movimento de luta armada que, com o retrocesso do movimento estudantil, recebe um significativo acréscimo de jovens estudantes de esquerda dispostos a morrer pela revolução socialista. A perspectiva crítica aos limites reduzidos das transformações comportamentais entre alguns grupos significativos da geração 68 brasileira, passa a estar representada de forma muito superficial nas

---

<sup>180</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 12.

narrativas, escamoteada pelo discurso conciliatório que propõe a democracia como objetivo da luta armada. E ao mesmo tempo secundarizada pelo discurso conciliatório da exaltação das transformações comportamentais, que a internacional geração 68 supostamente vivenciou de forma ampla, como o principal legado deixado às gerações posteriores.

Às vésperas das comemorações de 30 anos dos acontecimentos de 1968, mais especificamente no ano de 1997, foi lançado o filme de Bruno Barreto, “O que é isso companheiro?”<sup>181</sup>, baseado na obra já citada de Fernando Gabeira. O filme foi indicado ao prêmio Urso de Ouro no Festival Internacional de Berlin no mesmo ano, e ao Oscar de melhor filme estrangeiro no ano de 1998. Tal filme, de tamanha repercussão, recuperava os acontecimentos da captura do embaixador estadunidense pelas organizações armadas Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e Ação Libertadora Nacional (ALN), no ano de 1969.

O filme inicia com uma sequência em preto e branco, de fotografias do Rio de Janeiro que retratam as ruas, as praias, o futebol e o carnaval, em meados dos anos sessenta ao som de “Garota de Ipanema”. Essas são seguidas de imagens das manifestações de rua e cenas dos personagens em meio a elas, ambientando o contexto de ditadura e os enfrentamentos com o movimento estudantil que marcaram o ano de 1968 no Brasil. A partir daí, o filme dá um salto no tempo até meados de 1969 com uma sequência que mostra a chegada dos astronautas estadunidenses à lua, e logo em seguida mostra o processo de entrada das personagens Paulo e seu amigo Osvaldo na organização armada MR-8. Tal narrativa é contada centrada em Paulo, representando Fernando Gabeira, e como em seu livro ele é dotado de análises e posturas críticas em relação ao curso da ação de captura, que nesta versão seria uma ideia de sua autoria.

Após a entrada na organização armada as personagens de Paulo, Osvaldo, Júlio e Renê como foram rebatizadas, aparecem sendo precariamente treinadas por Marcão e Maria para sua primeira ação armada revolucionária de expropriação de uma instituição bancária. Nesta ação, a personagem Osvaldo após hesitar em atirar no guarda, acaba sendo ferido, preso e torturado. Apesar da queda do militante, o grupo conseguiu fazer segundo a personagem Marcão, o maior roubo a banco da história do Brasil. Mas como apontou Paulo, não conseguiu quebrar com a censura uma vez que aquela ação não seria

---

<sup>181</sup> O que é isso companheiro? Direção: Bruno Barreto, Globo Filmes, 1997.

divulgada para a população. Sendo a partir deste debate, que Paulo tem a ideia de promoverem a captura do embaixador estadunidense.<sup>182</sup>

As personagens Renê e Maria, foram ambas inspiradas na ex-militante estudantil, guerrilheira e exilada Vera Silvia Magalhães. Ela de fato foi a única mulher que participou da captura do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. E, neste sentido, podemos afirmar que o filme faz uma caricatura desleal, que diminui a importância de Vera Silvia Magalhães para as esquerdas armadas que combateram o regime ditatorial civil-militar tentando promover a revolução socialista no Brasil. Sob tal aspecto, não podendo deixar de observar que tais esquerdas possuem poucas lideranças femininas amplamente reconhecidas. Ao contrário, a imagem do revolucionário remete diretamente à figura do masculino, sendo notável a ausência de lideranças femininas na memória social deste processo, que alcancem, por exemplo, reconhecimento comparável ao de revolucionários como Carlos Lamarca e Carlos Marighela. Assim fica a pergunta: Será que Vera Silvia Magalhães não merece reconhecimento comparável pelas posições que sustentou, pelas ações que participou e pelas consequências que sofreu?

A personagem da jovem estudante Renê, aparece de forma relevante na narrativa ao seduzir o chefe da segurança do embaixador para obter informações que viabilizassem a captura.<sup>183</sup> Fato que verdadeiramente não havia acontecido. Assim, a narrativa conservadoramente diminui o papel político revolucionário das mulheres apelando para o estereótipo da sedução como a única forma de atuação política feminina. Como aponta Marcelo Ridenti:

Vera Sílvia descobriu o esquema falho de proteção ao embaixador, mas jamais se sujeitou a dormir com o chefe da segurança, como aparece no filme *O que é isso, companheiro?* de Bruno Barreto. O diretor assume essa “liberdade poética”, para dar mais dramaticidade à história, e mostra depois a menina frágil ligando para o pai, em busca de conforto, sem poder contar-lhe o ocorrido. O cineasta é livre para fazer o que quiser, mas sua versão ficcional é uma injustiça não só com a verdadeira Vera Sílvia, mas principalmente com as mulheres guerrilheiras, precursoras do feminismo no Brasil.<sup>184</sup>

Já a personagem Maria é apresentada de forma dura e arrogante, características que ficam claras principalmente na cena após a prisão de Osvaldo, quando faz críticas à sua falta de inteligência, não aparentando nenhuma preocupação com as torturas que o

---

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> RIDENTI, Marcel. Que história é essa? In: ----- (org.). Versões e ficções. O sequestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1997, p.: 23 e 24.

companheiro estava sofrendo naquele momento pelos militares. Corroborando com a conversa que Paulo e Osvaldo tiveram anteriormente sobre a personagem, no momento que retornavam do treinamento de guerrilha, e também corroborando com o diálogo estabelecido na cena posterior, quando o grupo está almoçando.

Osvaldo- Que chatice, hein? Agora só esta faltando o toque de recolher e a ordem unida.

Paulo- É importante. Só militares podem combater militares.

Osvaldo- Talvez, agora a sargentinha parece que cismou com você.

Paulo- Ou ela está querendo me foder ou ela está querendo foder comigo.

Osvaldo (rindo)- Ela é bonitinha, Fernando!

Paulo (serio)- Paulo! Meu nome é Paulo!

(Grupo almoçando)

Paulo- A companheira Maria permite uma crítica?

Maria- Claro que sim. Eu acho que toda crítica deve ser aceita se ela tiver fundamento.

Paulo- A companheira pode atirar muito bem, mas comer sua comida é provar a verdadeira coragem revolucionária.

(O grupo ri, menos Maria que aparenta ficar desconcertada com o comentário em tom de piada)<sup>185</sup>

Os diálogos que tentam passar envolvimento entre as personagens e garantir naturalidade as cenas, acaba mais uma vez reproduzindo clichês machistas em relação às mulheres militantes políticas de esquerda. Na narrativa, os comentários de Maria sobre as poucas habilidades militares de Paulo são insinuados como uma forma de interesse sexual reprimido. Ao mesmo tempo, os comentários de Paulo, personagem sempre dotado de senso de humor e senso crítico, sobre a forma como Maria cozinha, aparecem como uma simples provocação, não observando a perspectiva de que mulheres acabavam exercendo funções domésticas dentro das organizações. Neste momento, o grupo é composto por quatro homens e duas mulheres, sendo Maria ao lado de Marcão suas lideranças, o que torna estranho, entre tantas as possibilidades ela ser a responsável de cozinhar para o grupo. Os comentários conservadores da personagem Paulo indicam, também nesta obra, os limites do entendimento comportamental de seus autores, uma vez que neste caso ambos os diálogos só fazem sentido na trama, escorados no fato da personagem Maria ser mulher.

As regras de disciplina dentro da organização foram resumidas em torno da questão da segurança do grupo, no momento que as personagens foram admitidas, dando a entender que a relação afetiva entre Maria e Paulo ficou cerceada durante a maior parte da narrativa, em função destas diretrizes. A quebra de tal perspectiva só se dá pela iniciativa de Paulo que a beija em dado momento. Ela inicialmente o repele com a frase: “O que é isso companheiro?” e no decorrer dos acontecimentos da captura do

---

<sup>185</sup> O que é isso companheiro? Op. cit., 1997.



embaixador, eles iniciam um relacionamento. Maria então confessa já ter visto Paulo antes, questão esta que implica em uma quebra nas regras de segurança. Fato que teria inicialmente ligado os dois personagens. Pois, na cena que é aceito na organização, Paulo vê o rosto de Maria pelo espelho antes do momento e é reprimido por ela. Assim a perspectiva que se constrói a partir do filme é que tais medidas disciplinares se estabeleciam por conta da situação limite em que se estava envolvido - no caso retratado, a captura do embaixador estadunidense - e não por códigos gerais de disciplina e moral estabelecidos previamente no seio das organizações, sob o argumento das necessidades para se alcançar a revolução.<sup>186</sup> Neste sentido, o filme “O que é isso companheiro?” acaba até mesmo por negligenciar as críticas aos modelos comportamentais feitas no próprio livro em que se baseou. O filme contribui, portanto, para o silenciamento de tais críticas em meio ao processo de desenvolvimento da memória relativa aos movimentos de contestação social de 1968 no Brasil e seus desdobramentos, uma vez que a obra pode ser considerada como uma das produções midiáticas mais relevantes no condicionamento de nosso olhar sob a geração que viveu a fundo, este passado de enfrentamento contra a ditadura civil-militar.

Além da reconstrução do processo a partir das criticadas memórias de Fernando Gabeira, o filme de Bruno Barreto causou, no momento de seu lançamento, outras polêmicas a partir da versão fictícia dos acontecimentos. Neste contexto, foi publicado o livro “Versões e ficções: o sequestro da história”, reunindo um conjunto diverso de textos discutindo múltiplos aspectos sociais de “O que é isso companheiro?”. Entre os severos questionamentos que o livro apresenta ao filme, chama atenção à perspectiva conciliatória de humanizar a personagem do torturador dotado de crises de consciência ao mesmo tempo em que a narrativa coloca a personagem Jonas, como um vilão sanguinário capaz de grandes maquinações para prejudicar Paulo. A personagem Jonas representa o militante da ALN Virgílio Gomes das Silva, líder da ação de captura do embaixador estadunidense e que foi brutalmente assassinado pela ditadura pouco tempo depois. Segundo Ridenti:

A intenção anunciada de romper com maniqueísmos foi por terra, e mais ainda a de trabalhar com os conflitos internos das organizações clandestinas, ao estereotipar como bandido o operário Jonas, tomando abertamente partido do mocinho intelectual de classe média, Gabeira. Quanto ao personagem do oficial torturador, nada a objetar que ele tenha drama de consciência, embora isso crie um contraste com o “sanguinário” Jonas — que na vida real era um digno e valente militante, morto sob tortura logo após o sequestro, e que nada

---

<sup>186</sup> Idem.

tem a ver com o personagem do filme, como expõe os artigos aqui reproduzidos.<sup>187</sup>

Outra produção que expressa também um bom exemplo dentro deste terceiro grupo caracterizado pela dissolução das críticas e exaltação de aspectos mais amplos como os comportamentos e costumes é o livro<sup>188</sup> do jornalista Luiz Maklouf de Carvalho. Em “Mulheres que foram à luta armada” de 1998, Carvalho recolhe uma enorme gama de depoimentos de mulheres militantes. No entanto, este entrelaça tais depoimentos em uma narrativa que valoriza a esfera do privado e, por sua vez, deixa por desejar nas análises que os inserem no contexto de um cotidiano em coletivo. Assim, dentre os diversos temas abordados nos testemunhos, as relações sexuais e afetivas destas militantes são contados sem uma reflexão sobre o papel político que representavam.

#### 2.5- 1968, memórias transpostas

O quarto e último grupo é composto pelas produções realizadas em torno do período do quadragésimo aniversário de 1968. Este momento, comemorado sob as várias influências do já consolidado processo chamado de globalização<sup>189</sup>, é também quando se acirram as disputas sobre esse passado e abrem-se novas possibilidades para seu uso. Tais produções, embora em um contexto social diferenciado<sup>190</sup> em relação aos momentos que foram lançadas as obras reunidas nos dois últimos grupos, acabam por consolidar sua tendência evolutiva no que diz respeito às considerações relativas às transformações empreendidas nos modelos de comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero. Se nas produções do segundo e terceiro grupos as críticas gradativamente se abrandam, neste quarto grupo elas estão praticamente ausentes de uma forma relevante para a construção da memória social. E ainda, por vezes, as construções narrativas desenvolvidas costumam reforçar seus argumentos através da combinação dos acontecimentos e movimentos sob uma lógica transnacional. Onde os contextos domésticos são reduzidos. As bandeiras de luta são transpostas. As realidades sociais unificadas. E as memórias reconstruídas.

Neste momento mais recente, este quarto grupo também possui como peculiaridade a perspectiva de ter o cinema e a televisão como promotores das obras de

---

<sup>187</sup> RIDENTI, op. cit., 1997, pp.: 28 e 29.

<sup>188</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo, Globo, 1998.

<sup>189</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 12.

<sup>190</sup> Ibidem, pp.: 12 e 13.

maior expressão. Em “Memória e História, utopia e barbárie” de Silvio Tendler, do ano 2005, identificaremos entre as fontes trabalhadas, uma das últimas críticas pontuais aos códigos morais existentes nas organizações armadas revolucionárias de esquerda. Em depoimento no filme, a militante Rose Marie Muraro relata a perspectiva de serem chamadas de divisionistas aquelas que se propunham a discutir o tema da sexualidade e da mulher, atrapalhando assim a luta de classes. No entanto, segundo ela, estes embates iram permanecer na forma das lutas feministas<sup>191</sup>. Enquanto em *Hercules 56*, de 2006. Silvio Da-Rin, ao reconstituir o caso da captura do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, através da conversa com ex-militantes envolvidos na ação e dos depoimentos dos que foram libertados em troca do embaixador, temos a colocação de Maria Augusta Ribeiro do DI-GB/MR-8, em relação ao Congresso da UNE de Ibiúna:

Na verdade foi uma delícia aquela semana. A gente fez muito, muita discussão política, é... se fez muito acordo político, se fez muita briga política, de, de fato se viveu muito intensamente aquela semana. E no meio dessa vida tem o lado amoroso. Tem o lado de paixão de toda aquela juventude...<sup>192</sup>

Tal colocação, por mais que subjetiva, propõe uma vivência da sexualidade de forma libertária, sem explorar qualquer aspecto mais específico em relação às diversas faces do movimento brasileiro envolvidos no congresso. No documentário “Memória do Movimento Estudantil: o afeto que se encerra em nosso peito juvenil”, de 2007, também de Silvio Tendler, em uma sequência de depoimentos sobre 1968 e o aspecto das mudanças relacionadas aos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero, empreendidas a partir daquele ano, a colocação da ex- militante Maria Augusta Ribeiro é posta de forma mais direta. No primeiro depoimento José Dirceu, apresentado como presidente da UEE/SP em 1968 diz:

Vamos lembrar que o movimento estudantil de 68 é mais uma revolução cultural do que um movimento político. Ele ganha o caráter de movimento político porque o Brasil vivia uma ditadura. Mas mesmo... aliás, mas se não houvesse a ditadura teria sido uma grande revolução. Talvez uma segunda semana de arte moderna.<sup>193</sup>

Em seguida, entra o depoimento de Daniel Aarão Reis Filho, apresentado como presidente da UME em 1966:

Ali a gente estava se beneficiando da revolução sexual, que aconteceu em algum momento em escala mundial depois de 64. Tinha a questão da pílula, tinha a liberação do sexo, e isso também tornava muito interessante essas

---

<sup>191</sup> Memória e História, utopia e barbárie. Direção: Silvio Tendler, 2005.

<sup>192</sup> Hercules 56. Direção: Silvio Da-Rin, 2006.

<sup>193</sup> Memória do Movimento Estudantil: O afeto que se encerra em nosso peito juvenil. Direção: Silvio Tendler, 2007.

reuniões. Nada que depois a repressão ia... a repressão ia criar toda uma fantasia de que os congressos eram verdadeiras bacanais, orgias, isso não tem nada a ver. Inclusive porque a grande maioria dos estudantes ainda era muito puritana.<sup>194</sup>

E, por fim, o depoimento de Maria Augusta Ribeiro, apresentada como militante estudantil nos anos 60, que de forma irônica diz: “Engraçado as pessoas tem a mania de fazer as coisas soarem assim muito certinhas. Que nada se namorou muito!”<sup>195</sup>

Nesta sequência, a fala de José Dirceu exalta o potencial transformador da cultura - que no contexto do restante das falas, pode ser entendido enquanto potencial transformador de comportamentos - e que segundo ele infelizmente esbarra, no caso brasileiro, na ditadura. Essa então fica colocada como a única responsável por qualquer freio que tais transformações possam ter sofrido. Enquanto Daniel Aarão Reis Filho considera em sua fala as influências das transformações que ocorreram no mundo, fazendo uma crítica às limitações destas no Brasil, ressaltando o próprio caráter conservador, em termos de sexualidade, da mentalidade de grande parte dos estudantes do período.

Mesmo as falas não sendo antagônicas, a montagem da sequência que coloca a fala de Daniel Aarão Reis Filho entre a de José Dirceu e a frase de Maria Augusta Ribeiro, juntamente com um corte abrupto que a encerra, faz com que esta fique em segundo plano. A fala de Maria Augusta Ribeiro que rebate ironicamente suas colocações, fica favorecida pela estrutura narrativa e acaba terminando como posição predominante, fazendo prevalecer à ideia de que as experiências da sexualidade eram vividas amplamente, mesmo a ditadura tendo impedido, uma revolução equivalente a “segunda semana de arte moderna”, como afirmou Dirceu. Evidencia-se uma clara tendência a supervalorizar a esfera comportamental e esvaziar a esfera política dos movimentos ocorridos 1968.

“O Sol: Caminhando Contra o Vento”, de Tetê Moraes, do ano de 2006, ao contar a história da construção do jornal “O Sol” no ano de 1968 recolhe diversos depoimentos sobre o período. Entre eles uma perspectiva fundamental na construção da lógica de uma única “geração 68”, pode ser percebida a partir da sequência que começa com o depoimento do escritor Ruy Castro e que acaba sendo reafirmado no restante do filme: de que se possuía a consciência de que se fazia parte, em 1968, de algo planetário e libertário. Neste mesmo sentido, o jornalista e escritor Zuenir Ventura fará referência

---

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Idem.

às influências que mesmo inexplicáveis, segundo ele, os jovens de todo mundo compartilhavam como músicas, cabelos e ideias. Ruy Castro retorna com a fala de que se possuía a ilusão da vitória e da conquista do mundo. A partir de então entra a música “Alegria, alegria” de Caetano Veloso e se inicia uma sequência de imagens que associam temas como a Guerra do Vietnã, passeatas nos EUA, sexualidade e anticoncepcionais, Os Beatles, a invasão de Praga pelos russos, as agitações de Paris em maio, o homem na lua, a queima dos sutiãs, Martin Luther King, Os Panteras Negras, Híppies e o jornal O Sol. Na decorrência, uma série de falas sobre este contexto se sucedem.<sup>196</sup>

Entre as mais significativas, Vladimir Palmeira, apresentado na legenda como professor e não como ex-militante estudantil, afirma ser de uma geração mais aberta em todos os sentidos e que, na vida pessoal, há uma impossibilidade de comparação com a geração anterior. Ele exemplifica tal perspectiva comentando que quando entrou na escola, uma moça que não fosse mais virgem era considerada pejorativamente como “galinha” e inadequada para o casamento. No entanto pouco depois, em 1966, a virgindade já era vista como algo ultrapassado.<sup>197</sup>

Zuenir Ventura colocara em seguida que naquele momento todas as experiências eram vistas como válidas: como as drogas e principalmente o sexo. Neste caso o fim da família como uma perspectiva, as relações abertas como ideal e o ciúme como algo “careta”.<sup>198</sup>

Por fim o depoimento da atriz Betty Faria confirma a supervalorização das transformações nos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero, dada no período pelo documentário: “Eu tentei a liberação nos relacionamentos, o não casamento, eu tentei a não virgindade para o casamento, o sexo liberado, a pílula... tudo isso foi muito novo, foi muito difícil.”<sup>199</sup>

Em maio de 2008 por conta do aniversário de 40 anos de 1968, duas séries jornalísticas foram produzidas e exibidas no período. “Maio de 68: revolta ou revolução?” da TV Cultura estrutura sua narrativa tratando os acontecimentos do ano sob um aspecto globalizante. Esse aspecto é ressaltado logo nos primeiros momentos tanto pela apresentadora da série Laila Dawa, quanto pelos entrevistados, Zuenir Ventura e a escritora Regina Zappa. O primeiro coloca a possibilidade da sincronia

---

<sup>196</sup> O SOL: Caminhando Contra o Vento. Direção: Tetê Moraes, 2006

<sup>197</sup> Idem

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Idem.

entre os países que sofreram agitações como EUA, França e Brasil. Já a segunda fala da energia que 1968 possuía e que contagiaria as várias partes do mundo. Tais colocações são seguidas pelo depoimento de José Dirceu que se refere aquela juventude como uma “geração do mundo”. A partir de então, outros depoimentos se seguem sempre na lógica das associações do movimento enquanto único e se influenciando mutuamente. Em dado momento, a frase “*Power to the people*” aparece associada ao movimento brasileiro a partir de imagens de uma manifestação com a queima da bandeira estadunidense, com significado de protesto contra o país que comandaria o governo brasileiro e que fazia a guerra do Vietnã, conflito que por sua vez também aparece em imagens.

Em outro momento, o líder sindical do período José Ibraim comenta a grande influência dos acontecimentos franceses sobre os brasileiros. Posteriormente o ex-líder estudantil, Mário Roberto Zanconato, comenta sobre a existência de uma efervescência dos pensamentos que entrou em ebulição enquanto movimento em algumas partes do mundo.<sup>200</sup>

Em resumo, a série jornalística “Maio de 68: Revolta ou Revolução?” é constituída por uma narrativa generalista composta exclusivamente por depoimentos de brasileiros, que inclusive comentam os movimentos nas outras partes do mundo. Assim as considerações feitas em termos comportamentais acabam tomando o mesmo caráter. Ressaltamos por sua vez a ausência total, nesta produção, de qualquer ressalva sobre limitações do movimento brasileiro de 1968 e suas repercussões, em relação às transformações no plano dos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero.

A série jornalística “Arquivo N-1968”, em seus quatro episódios, reúne depoimentos de indivíduos que participaram dos movimentos em diversas partes do mundo. Embora essa produção trabalhe sob uma lógica que considera a ideia de pluralidade de movimentos, cada qual em seu contexto doméstico, sua construção narrativa também repete o formato globalizante ao tratar os aspectos ligados às mudanças de comportamento, costumes, sexualidade e relações de gênero. A narrativa por vezes combina falas de indivíduos de países diferentes que, juntamente com as sequências de imagens, configuram uma relação de transposição de realidades em termos socioculturais. A passagem mais simbólica desta perspectiva é a que combina as

---

<sup>200</sup> Maio de 68: Revolta ou Revolução? Direção: Laila Dawa, & Roberto Chaves, TV- Cultura, 2008.

falas do francês, na época estudante, Henri Weber, com a dos brasileiros, Vladimir Palmeira, apresentado como líder estudantil em 1968, e Zuenir Ventura, apresentado como autor de um livro sobre o tema. Henri Weber aparece se referindo aos padrões comportamentais anteriores aos movimentos da seguinte forma:

No plano da autoridade era a família patriarcal. O marido era todo poderoso. A mulher não tinha direito de abrir uma conta no banco. Era uma sociedade de outra idade. No plano da moral era a velha moral católica repressiva, e as relações fora do casamento eram muito mal vistas. A homossexualidade era considerada quase como uma doença...<sup>201</sup>.

Tal fala será emendada pela seguinte fala de Vladimir Palmeira:

Até 67 as mulheres eram obrigadas a ser virgens e os homens não tinham relação com as moças de boa família. Isso tudo foi para o espaço. Entendeu? Então essa união entre amor e sexo, foi talvez, do ponto de vista dos costumes, a coisa mais interessante que houve de 68, falando no sentido mais amplo da palavra.<sup>202</sup>

Essa fala será ilustrada por imagens de pessoas nas praias do Rio de Janeiro e som de Bossa Nova. Que por sua vez será conectada a fala de Zuenir Ventura:

As relações eram até 50 muito autoritárias. Havia uma dominação muito grande do homem sob a mulher. Do professor sob o aluno, do marido sob a esposa, do pai sob o filho, quer dizer... 68 misturou, mexeu muito, desarrumou muito, esse esquema. Que era um esquema muito rígido, muito autoritário. Quer dizer, ouço, no plano do sexo, nem se fala.<sup>203</sup>

Esse último depoimento é sucedido de uma sequência de imagens onde aparece primeiramente uma senhora em uma calçada olhando pessoas jovens com rosto repressivo, entre elas algumas mulheres de minissaia. Uma orquestra que começa a tocar “*Soy loco por ti América*” na voz de Caetano Veloso, seguida da imagem de jovens, em um jipe, próximos a praia. Aparece então um desfile de moda, cenas de um casamento, de meninas sentadas em um quintal, um homem telefonando, uma mulher falando no microfone de uma rádio, mulheres sentadas em um baile. Depois outro desfile de uma jovem com roupas curtas, uma loja de perfumes, mais um desfile com uma mulher de maiô e por fim uma mulher dançando em um jardim de forma despojada usando um vestido solto e colorido.

Todas essas cenas aparentam um cotidiano tipicamente brasileiro que, por sua vez, é passado ao espectador, sob um contexto de nele estar sendo vivida a mais diversificada gama de transformações comportamentais. Entre elas, devemos destacar,

---

<sup>201</sup> 1968- Arquivo N, episódio 1: Somos jovens e queremos mudar o mundo. Direção: Alice Maria Central Globo de Jornalismo, 2008.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Idem.

levando em consideração as falas anteriores ao encadeamento de imagens, principalmente as mudanças que incidem sob a sexualidade.

Na sequência dos episódios, a relevância das modificações sob os parâmetros comportamentais que 1968 empreendeu será recorrentemente reforçada. O historiador inglês Eric Hobsbawm que tem a importância de sua participação na série bastante ressaltada, em dado momento dirá:

De certa forma, é muito mais importante a enorme mudança no comportamento e nos valores das pessoas. Lembre-se, pouco antes de 1968, foi a primeira vez que a indústria de roupas femininas francesa produziu mais calças do que saias.<sup>204</sup>

E no sentido dessa construção que valoriza as transformações nos costumes, comportamentos, sexualidades e relações de gênero, podemos conferir mais uma vez a ausência de qualquer crítica às limitações que militantes de alguns segmentos do movimento brasileiro, no período ou em seus desdobramentos, pudessem possuir. A única referência feita nesta produção a uma suposta dificuldade de se viver plenamente o amplo contexto de mudanças é associada à presença do contexto de ditadura. Assim, mais uma vez, a ditadura civil-militar brasileira é responsabilizada por qualquer impossibilidade que se tenha enfrentado neste sentido. Nas palavras do Historiador brasileiro Boris Fausto:

Uma coisa é preciso se levar em conta, o Brasil não era a França, onde houve o maio de 68. O Brasil não era os EUA. A França e os EUA eram países democráticos. O Brasil tinha uma especificidade. Nesse momento que havia uma tentativa de liberação do comportamento, o Brasil vivia um problema político central. Que era o fato de que nós estávamos nos encaminhando para uma ditadura com todas as letras e a negação de todas as liberdades democráticas.<sup>205</sup>

Decerto que o contexto político brasileiro se diferenciava do contexto das democracias europeias e estadunidense, da mesma forma que tais democracias se diferenciavam entre si. Inclusive, nos aproximamos bem mais do contexto político autoritário também vivido em alguns países da América Latina e mesmo neste sentido cada qual viveu seu particular ano de 1968 e as repercussões que dele se processaram. No entanto, é problemático dizer que as limitações comportamentais que o movimento brasileiro tenha sofrido são de responsabilidade exclusiva da ditadura civil-militar aqui vivida. Pois, por exemplo, as próprias organizações armadas revolucionárias de

---

<sup>204</sup>1968- Arquivo N, episódio 3: Quando as diferenças fazem a história. Direção: Alice Maria, Central Globo de Jornalismo, 2008.

<sup>205</sup>1968- Arquivo N, episódio 2: Quando a rua faz a história. Direção: Alice Maria, Central Globo de Jornalismo, 2008



esquerda, que cresceram vertiginosamente após a explosão das contestações de 1968<sup>206</sup> e que representavam a mais extrema oposição à ditadura civil-militar, inclusive em termos morais, conviveriam com duros padrões de comportamento em seu cotidiano. Dessa forma, baseando-se nas fontes aqui analisadas e classificadas como um primeiro grupo visto que foram produzidas no contexto de anistia e abertura política por volta de 1978/1979, sendo sua principal referência à obra de Herbert Daniel, tais limitações comportamentais parecem estar acima de tudo ligadas à força da reprodução dos valores das esferas médias da sociedade. Estas que eram, por sua vez, a origem da maior parte dos militantes<sup>207</sup> da “geração 68 brasileira” em seus diversos segmentos. Vale ressaltar, mais uma vez, que não é que esse processo de transformação comportamental não tenha nos alcançado e sim que ele não teria possuído essa magnífica força enquanto bandeira de luta que a memória social mais atualizada do movimento tende a recuperar. Memória essa que é fruto direto da ampliação da noção de geração em contornos mundiais e que assim permite a transposição das realidades socioculturais das mais distintas.

Assim as produções deste quarto e último grupo solidificaram um leque de referências para a memória de 1968, principalmente no que tange a transformação nos parâmetros de costume e comportamento e principalmente nos aspectos ligados à sexualidade e as relações de gênero. É notável neste grupo, como os recursos midiáticos disponíveis são aproveitados de forma hábil na reconstrução de um passado em aberto. As obras reforçam a conciliação social através da exaltação das conquistas comportamentais, desvinculando seus êxitos das lutas políticas e silenciando o potencial revolucionário da geração 68 brasileira, perversamente combatida pela ditadura civil-militar com amplo apoio das classes médias que lucraram economicamente com o regime, ao mesmo tempo em que assistiam a tortura e o assassinato de seus próprios filhos. A memória das transformações nos comportamentos como principal herança dos movimentos de contestação social também no Brasil, permite as classes médias acompanharem as comemorações sem reavaliar o impacto brutal da repressão política estatal sob muitos jovens daquela geração.

Maria Paula Araujo, ao tratar da radicalidade política dos jovens envolvidos significativamente nas organizações e partidos de esquerdas da América Latina, analisa a construção do conceito de “violência revolucionária” colocando sua vinculação objetiva com os movimentos de luta armada que, por sua vez, pretendiam promover

---

<sup>206</sup> REIS FILHO, op. cit., 1990.

<sup>207</sup> Idem.

revoluções socialistas contra os regimes militares que gradualmente se desenvolviam no continente.<sup>208</sup> Para a historiadora:

Esquerdas, juventudes e radicalidade política estiveram fortemente vinculadas e, mais do que isso, deram uma marca inequívoca às décadas de 1960 e 1970 na América Latina. Em boa parte da região, essa conjugação se expressou na proposta política da luta armada. Muitos foram os países latino-americanos que, nas décadas de 1960, 1970 e até de 1980, experimentaram a luta armada com o objetivo da revolução socialista: Venezuela, Guatemala, Peru, Colômbia, Nicarágua, Uruguai, Brasil e Argentina.<sup>209</sup>

Já Samantha Viz Quadrat, ao analisar as divisões existentes no Movimento Estudantil chileno que se processavam desde o início da década de 1960 e que eclodiram durante o governo da Unidade Popular (1970-1973), considerando o apoio dos estudantes secundaristas ao golpe militar, propõe uma relativização da imagem que se construiu sobre a “geração 1968”, enquanto preponderantemente revolucionária. Essa perspectiva coloca em xeque o mito do “poder jovem”, que se desconstrói quando a juventude vai às ruas para defender continuidades e permanências do *status quo*. Em um rápido balanço bibliográfico, a historiadora critica a lógica homogênea pela qual a ideia de juventude é comumente entendida. Ou seja, sem uma infinidade de variações e divisões internas e sem ser compreendida enquanto um reflexo do contexto da sociedade em que vive. Para Quadrat, no sentido de estabelecer que existiam juventudes, e não uma juventude homogênea e coesa, “devemos levar em consideração a classe social, estrato, etnia, religião, zona urbana ou rural, gênero, disputas e compartilhamentos de valores, comportamentos, estilos e espaços.”<sup>210</sup>

Segundo a autora, uma das explicações para o silenciamento do papel das juventudes conservadoras na instituição dos regimes ditatoriais da América Latina, é a possibilidade da chamada “geração 1968” funcionar como um símbolo da luta contra o autoritarismo, que permite tais sociedades apagarem da memória social as perspectivas do consenso e do consentimento frente a tais processos históricos.<sup>211</sup>

O ano de 1968, enquanto arena de um movimento de grande envergadura, para ser compreendido em si e em seus desdobramentos, depende minimamente de uma

---

<sup>208</sup> ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, FERREIRA, ARAUJO, QUADRAT (orgs.): Ditaduras e Democracias na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, pp.: 247 e 248.

<sup>209</sup> Ibidem, p.: 248.

<sup>210</sup> QUADRAT, Samantha Viz. Capítulo 6: A oposição juvenil à Unidade Popular. In.: ROLLEMBERG, D. & QUADRAT, S (orgs.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2011, 523, 524 e 525.

<sup>211</sup> Ibidem, p.: 527.

análise que suprima muitas das generalizações feitas ao seu respeito, e que pontue os diversos aspectos que cada grupo enfrentava como realidade e propunha como bandeira de luta, dentro de cada contexto nacional específico. E ainda que avalie as imagens que foram cultivadas e seu papel na construção das lógicas mentais e da cultura política<sup>212</sup> das sociedades atuais.

Assim a condição política e o crescente caráter de enfrentamento que se chegou a alcançar durante a década de 1960 até meados da década 1970, como a luta armada contra o Estado ditatorial, minimamente indica que a mudança comportamental, conhecida como “revolução sexual”, pode ter ocupado dimensões diferenciadas entre os diversos grupos, que compunham a parte da juventude brasileira com alguma forma de atuação política no período. Pois, embora o advento de novos aspectos como o surgimento da pílula anticoncepcional- que possibilitava para as mulheres uma forma objetiva de desvinculação do sexo com a reprodução, modificando os padrões das relações afetivas e familiares -, a propagação do rock and roll- com seu ritmo e mensagens de questionamento, mudança e liberdade, - e a própria influência dos movimentos estadunidenses - feminista, homossexual e de revolução da sexualidade<sup>213</sup> - dependendo do segmento, considerando seus objetivos e orientações político-ideológicas, não foram capazes ganhar tanta força para promover objetivas mudanças comportamentais no cotidiano da luta política.

No entanto, tais fenômenos comportamentais, entre outros aspectos condicionantes, justificam algumas das reconstruções memorialísticas unificadas<sup>214</sup> que incidem sob a questão da sexualidade, que se deram principalmente a partir do fim da ditadura civil-militar. Isso porque se tornou interessante para certos militantes políticos do período, serem identificados como precursores dos avanços nos comportamentos, que gradualmente passaram a existir no Brasil. Ganhando assim legitimidade, pelo menos em certos estratos da sociedade que desejavam ao mesmo tempo a conciliação com sua geração. Como as classes médias que apoiaram o regime de exceção e assim contribuíram com os traumas da perseguição política, da censura, da tortura e do assassinato que também atravessam objetivamente a geração 68 brasileira.

Um exemplo, da parca dimensão assumida pelas questões que envolvem a sexualidade feminina e as relações de gênero dentro das organizações revolucionárias

---

<sup>212</sup> BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. Para uma História Cultural. Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.: 361.

<sup>213</sup> Idem, op. cit., 2008, pp. 43 e 44, 52 e 53.

<sup>214</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p.: 96.

de esquerda, no contexto das transformações atribuídas ao movimento de 1968 brasileiro, está representada na entrevista dada por Jessie Jane Vieira de Souza também presente no dossiê publicado pela “revista Gênero”, em 2008.

Jessie Jane<sup>215</sup>, militante da organização armada Ação Libertadora Nacional (ALN) e presa política durante nove anos, afirma ser uma militante “filha do Partidão” e não filha de 1968 e da revolução sexual. Com isso, comenta a questão da preocupação de sua mãe, enquanto militante comunista, para que ela não tivesse a fama de “menina de aparelho”, - expressão que designava pejorativamente, ainda em tal período, as mulheres que exerciam sua sexualidade livremente dentro das organizações armadas de esquerda. Neste exemplo, que trata especificamente das críticas às organizações armadas, podemos identificar em seus códigos morais, aspectos que refletem a mentalidade comportamental e que reproduzem as relações de gênero presentes nas esferas médias da sociedade burguesa. Mais uma vez conectando a origem social de uma parte da juventude brasileira que era militante na luta armada, com sua forma de pensar.<sup>216</sup>

Desta forma, cabe o questionamento de quais eram os reais parâmetros e qual era o espaço que a discussão comportamental possuía entre os variados grupos de jovens que participaram do movimento 1968 brasileiro, em suas mais diversas formas de ação. E, por sua vez, tentar compreender a lógica das representações deste passado e como ela se desenvolveu através do tempo<sup>217</sup>, problematizando a imagem, que parece ter aos poucos se solidificado, de que 1968 teria sido um movimento praticamente unificado mundialmente em termos de demandas. Em que as mudanças comportamentais, nesse sentido, principalmente as que incidiram sob as relações sexuais, se apresentam como um ponto alto. Ressaltando por fim, neste processo memorialístico, a importância significativa das datas comemorativas, momentos que contam com uma vasta gama de produções midiáticas que se propõem a caracterizar o período, recontar o processo e reavaliar suas consequências.

De acordo com a corrente de pensamento substantivamente representada por Judith Butler, apresentada na introdução desta dissertação, podemos submeter outras

---

<sup>215</sup> Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza. In: GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000)- Niterói, EdUFF, 2008, p.: 26.

<sup>216</sup> REIS FILHO, op. cit., 1990.

<sup>217</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p.: 95.

sexualidades ao cenário complexo das relações de gênero<sup>218</sup>, uma vez que o sexo, a partir de tal referência, é uma construção social a partir dos gêneros. A homossexualidade, em sua diversidade como prática da sexualidade humana, passa a ser entendida como inscrita dentro das relações de gênero, que se multiplicam constituindo novas variações para a formação das identidades sociais. E por sua vez, passam a ser analisada através das relações de poder que cotidianamente se estabelecem. Neste sentido, também participam do processo de constituição da memória social. Inclusive no que nos interessa neste estudo: o desenvolvimento da memória dos movimentos de contestação da ordem vigente em 1968 e seus desdobramentos enquanto processo no que tange as transformações dos costumes, comportamentos, relações de gênero e sexualidades.

Neste sentido, a trajetória de Herbert Daniel, sendo compreendida a partir do que propõe Pierre Bourdieu, como dotada de incessantes transformações e só sendo possível de ser entendida a partir da reconstrução do contexto - “*superfície social*”- onde se desenrola<sup>219</sup>, nos revela uma série de nuances sobre as normas comportamentais, seu funcionamento efetivo e as possíveis brechas de negociação<sup>220</sup>, dentro deste segmento específico da geração 68 brasileira: o das organizações armadas revolucionárias de esquerda. Tanto durante o período de clandestinidade, mas também no exílio. Sendo a luta armada, uma fração relevante, em termos qualitativos, da juventude evolvida politicamente no processo de contestação da ordem, nos anos que antecederam e principalmente que se seguiram a 1968.

Segundo Sabina Loriga é a partir de movimentos individuais que se rompem as homogeneidades, revelando os conflitos, inércias, ineficácias e incoerências entre as diferentes normas sociais.<sup>221</sup> Assim Daniel, como outros militantes, só experimentaria abertamente a homossexualidade, na condição de exilado, o que por sua vez, não o livrou de críticas e acusações posteriores. Tal conduta permanecia como inaceitável, dentro da organização que militou, de acordo com seus reconhecidos códigos morais<sup>222</sup>, mesmo após uma década passada, do chamado advento da “revolução sexual” e do

---

<sup>218</sup> BUTLER, op. cit., 2003, p.: 24.

<sup>219</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da Historia Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996, pp.179 e 180.

<sup>220</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da Historia Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996, pp.: 179 e 180.

<sup>221</sup> LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Jacques Revel. Jogos de Escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, p.: 249.

<sup>222</sup> DANIEL, op. cit., 1982.

início dos questionamentos mais expressivos as relações de gênero, em alguns países do continente europeu.

### Capítulo 3- Herbert Daniel: sexualidade silenciada

Herbert, nome de pia e registro; Daniel, nome de guerra que pegou. Estudante de Medicina na UFMG; 1,64m; crítico de cinema no rádio, Belô; dispensado do exército (regular) por insuficiência física (miopia? Pé chato?); autor de teatro estudantil; cabelos muito enrolados, olhos castanhos e semicerrados, chato nariz; vice-presidente do DCE da UFMG; gordinho; militante sucessivamente da Polop, Colina, Var-Palmares e VPR; clandestino durante seis anos, sem nunca ter sido preso; homossexual, já não mais clandestino; assaltante de banco, puxador de carro, planejador de sabotagem, guerrilheiro em Ribeira, sequestrador de embaixador (em número de dois), remanescente; leitor, sempre, sempre; escritor de panfletos, aprendiz de ginasta; tímido não dançarino; jornalista em Portugal, em revista feminina; em Lisboa, estudante de Medicina reincidente; casado, com homem, claro, homossexual; calça 39, usa 40; massagista, garçom, caixa, leão-de-chácara, gerente, porteiro de saunas de pegação de viados, em Paris, capitale de France, voilà; discursivo, falador trilingüe inveterado, pensante tanto quanto, com sotaque – não se nasce em Minas impunemente. Descoberta de saber fazer quase nada de quase tudo: ocupação de vagabundo. Penúltimo exilado em Paris: escapou da "anistia". Sem indulto (escapou por insulto), foi prescrito: reparou em vida alheia. Escritor.<sup>223</sup>

#### *3.1- O exílio da Homossexualidade:*

Nascido em 14 de dezembro de 1946 na capital mineira de Belo Horizonte, Herbert Eustáquio de Carvalho, começaria sua militância política após ingressar na Universidade Federal de Minas Gerais em 1964. O jovem aluno do curso de Medicina inicialmente se ligaria ao movimento estudantil chegando à vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes. Entre 1967 e 1969, ele passaria pelos grupos Organização Revolucionária Marxista-Político Operária (ORM-Polop), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Armada Revolucionária (Var-Palmares) e por fim a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nesta última organização, Daniel, um dos codinomes pelo qual passou a ser chamado na luta revolucionária, realizou sua primeira de muitas ações armadas, vindo a ser reconhecido como um militante combativo e preparado, digno de funções de grande responsabilidade.<sup>224</sup>

A organização armada Vanguarda Popular Revolucionária havia se formado como resultado das cisões que sofreu a ORM-Polop, uma das principais organizações marxista-leninistas existentes no momento do golpe civil militar de 1964. Em 1967 as bases de Minas Gerais formariam uma nova organização chamada Comando de Libertação Nacional (COLINA). E no início de 1968 uma cisão do núcleo de São Paulo levou um grupamento a se unir com ex-graduados das forças armadas advindos do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), formando a VPR. Assim como o

---

<sup>223</sup> Idem. (autoapresentação do autor na capa da publicação).

<sup>224</sup> Ibidem, pp.: 26 , 27, 51 e 52.

COLINA, rompiam questionando o reformismo que teria se fixado na organização matriz, evidenciado pela postura de “imobilismo” frente ao golpe. Reunindo lideranças estudantis e operárias, a VPR tinha o objetivo de iniciar ações armadas de imediato, obtendo assim recursos para implementar a guerrilha rural, compartilhando da tese que orientava as organizações revolucionárias em ação no período. Os grupos marxista-leninistas que pretendiam iniciar a revolução socialista enxergavam o regime ditatorial como um ato de desespero das elites. Entendiam o regime como a única forma das classes dominantes se manterem no poder. Assim, na visão dos militantes da VPR, o regime era incapaz de absorver reformas e promover saídas para a crise que país atravessava, restando como único horizonte substituir o regime através da luta armada.<sup>225</sup>

Como as demais organizações comunistas praticantes da luta armada no Brasil nos anos 60 e 70, a VPR colocava-se, em plano teórico, no campo do marxismo-leninismo, além de particularmente reivindicar as influências das diretrizes revolucionárias de Régis Debray e Ernesto Che Guevara. A partir de uma lógica de referências ecléticas, pretendia uma linha que viabilizasse a teoria marxista-leninista dentro das demandas latino-americanas, entendendo o exército popular como núcleo organizador do novo partido revolucionário que dirigiria a luta das massas. Assim, de acordo com tais bases teóricas, a revolução é um processo que está permanentemente em curso a partir das contradições expostas pela exploração de classe, tendo o partido de vanguarda um papel determinante na condução do proletariado até sua missão de concretizar objetivamente a revolução socialista. Neste sentido, a VPR defendia que o impasse em que ditadura se encontrava para resolução dos problemas nacionais, abriu espaço para o amadurecimento das condições revolucionárias que deviam ser desencadeadas a partir das guerrilhas camponesas.<sup>226</sup>

#### Segundo Daniel Aarão Reis Filho:

As cisões da POLOP se destacariam pela ênfase desmesurada no papel da vanguarda. A VPR propôs um esquema, como se viu, de que caberia aos movimentos sociais ajustarem-se às necessidades das vanguardas. Do leninismo viria à convicção de que massas nada podiam com suas lutas espontâneas. Da experiência prática brotaria um certo pessimismo em relação a capacidade dos movimentos sociais. A consciência a respeito da força da ditadura contribuiria igualmente para que se exagerassem as limitações das lutas reivindicatórias. A combinação destas vertentes faria convergir sobre a vanguarda pesadas responsabilidades históricas. A ela competiria desencadear a guerra em toda primeira fase. Não era possível, nem

---

<sup>225</sup> REIS FILHO, op. cit., 1990, pp.: 22, 50, 51 e 55.

<sup>226</sup> Ibidem, pp.: 71, 81, 90, 91 e 109.



aconselhável, por motivos de segurança, estabelecer pontes com as classes sociais cujo destino estava sendo jogado. Era como se “na primeira fase” da revolução a luta tivesse que ser resolvida entre os guerreiros e a polícia política.<sup>227</sup>

A partir da grande responsabilidade que pesava sob as organizações de vanguarda, impunha-se ao militante uma conduta exemplar a partir de normas de comportamento supostamente dignas de um revolucionário. Ou seja, superando por um lado o reformismo das organizações comunistas tradicionais, o revisionismo desagregador da luta revolucionária e os desvios morais característicos da burguesia. Era necessário criar e viver uma moral revolucionária enquanto exemplo para a nova sociedade que se pretendia construir.<sup>228</sup>

Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular- e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria esquecer minha sexualidade.<sup>229</sup>

Herbert Daniel em seu livro “Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico”, ao contar sua experiência de militância política e exílio expressa de forma veemente o choque de viver abertamente a homossexualidade com as possibilidades de ser um revolucionário de esquerda integrante de uma organização armada. Segundo Daniel, como podemos verificar no trecho acima, a homossexualidade configuraria um grave problema em sua prática revolucionária. Pois, a revolução exigia do militante uma postura sexual regular e qualquer questionamento sobre a questão, seriam considerados como despropositados pela organização. O autor coloca que o sexo não era visto de forma geral pelos militantes das organizações revolucionárias como uma questão política, mas sim como uma questão estritamente pessoal. Em particular, a homossexualidade era vista como um desvio pequeno-burguês, que no cotidiano da militância junto a seus companheiros de luta armada podia tomar o caráter de grave acusação. Neste sentido, Herbert Daniel afirma ter renunciado à sua sexualidade, não sendo então um problema para os outros. Afirma ele ter assumido um comportamento assexuado que seguia os modelos imaginados de uma classe operária sem desvios

---

<sup>227</sup> Ibidem, p.: 116.

<sup>228</sup> Ibidem, p.:123.

<sup>229</sup> DANIEL, op. cit., 1982, pp.: 96 e 97.

sexuais: “Tinha um comportamento exemplar. Nenhuma relação homossexual obscureceu meus dias de militância”.<sup>230</sup>

Em muitas de suas obras o autor contou quais eram as margens para a vivência cotidiana das sexualidades e mais especificamente da homossexualidade, dentro das organizações marxista-leninistas revolucionárias por que passou. Em “Meu corpo daria um romance”, Daniel também contaria alguns episódios significativos do entendimento e do espaço que o debate possuiu:

Não sei... acho que a homossexualidade é uma espécie de fraqueza moral. Não deixo que ela me domine.

Marcelo começou então a falar da homossexualidade. Da dele, nas entre linhas. Mas de maneira completamente diferente do que vinha falando até ali, porquanto mantivera um discurso exatamente ao que Manuel lhe fazia. Não falava mais de fraqueza moral. Começou a perceber como uma variante do “normal”, como uma “qualidade humana” semelhante a outras.

Juntos começaram a elaborar toda uma justificativa da homossexualidade. Uma justificativa apenas. Já não eram mais doentes monstruosos. Apenas desviantes, como todos os loucos. Capazes de “se adaptarem”. E, um no outro, tiveram apoio de se sentir livres de algumas culpas.

Marcelo conseguiu produzir uma esfarrapada fundamentação teórica, mas para eles convincente e capaz de desculpar o que neles era algo como um extravasamento do vaso que se pensaram um dia. Já não se sentiam como potes de uma argila maligna, mas vazamentos de um amor não necessariamente amaldiçoado.

Marcelo naquela época ainda não poria em prática sua teoria; continuaria cultivando sua abstinência sexual que tornara “normal” nas contendas da guerrilha.<sup>231</sup>

Para além das relações sexuais interdidas por uma gama de orientações morais que os guerrilheiros tinham que se enquadrar, havia como consequência também a interdição afetiva; a impossibilidade dos amores adolescentes que afloravam e se desenvolviam na transição para a vida adulta. Herbert Daniel, assim como outros jovens militantes das organizações que integrou, evitaram os encontros com os amores fora dos padrões revolucionários. Entre tantos resultados da luta contra o regime ditatorial, são expressivos na narrativa os sentimentos de dúvida, renúncia e solidão. Sobre a impossibilidade de amar diria Herbert Daniel:

Então, me apaixonei.

Conheci-o numa das primeiras reuniões da organização onde comecei a militar. Um companheiro! Não era amor-amigo. Passamos a nos frequentar, muitos companheiros, inseparáveis. Minha paixão me confortava num sentimento devagar, desocupando-me com culpabilidade compensadora. Já não mais saí trepando pelas noites. Militava e amava de uma paixão inconsequente, sem revelação, unilateral. Ele, não sei nada dele, se agarrava em mim - e também apaixonadamente como reconheci muito depois, porque nem só de amigo se fazia aquela ligação que fingia segredos ciumentamente.

---

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> Idem. Meu corpo daria um romance. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1984, p.: 36.

Tínhamos entre nós dois partilhas que ninguém, ninguém podia sequer desconfiar: conscientemente escondíamos. O quê? Ele não sei.

[...] Daí em diante não pude mais suportar a pressão daquele desejo que me colonizava. Já não trepava - ou apenas ocasionalmente - pois não era papel de guerrilheiro sair oferecendo o corpo a corpos de ruas, o que então comecei a analisar como forma de prostituição e decadência capitalista. Mas também não admitia que viéssemos a trepar: eu e o companheiro?! O que os dois futuros guerrilheiros fariam numa cama? Então comecei a me masturbar com uma regularidade terapêutica e matemática.

[...] Na noite de janeiro, um mês depois do AI-5, Renzo ficou na minha casa até tarde na madrugada. Conversamos excitados, comentando a ação armada daquela tarde, onde ambos participamos. E muito alegres nos abraçamos - estávamos começando a luta armada! - e tornávamos a nos abraçar comemorando. Fui sendo ocupado pelo tesão real. Genital. E disse que queria sair, que o levaria até a casa dele, que era longe.

- Eu durmo aqui.

- Ah, hoje não dá - menti. - Amanhã tenho uma reunião aqui e você não deve ver quem vem.

A segurança era uma ótima muralha para algumas inverdades.<sup>232</sup>

Nesta perspectiva, conta ainda que até mesmo sua relação com Cláudio Mesquita, seu cônjuge por mais de 20 anos, também teria sido cerceada pelos valores correntes em sua organização. Valores que, acima de tudo, eram internalizados pelos militantes, sem margem para um debate sobre suas referências, as quais, como já expressado acima, para o autor reproduziam uma lógica “puramente pequeno burguesa”, para não dizer “reacionária”<sup>233</sup>. Nas palavras de Daniel:

O meu romance - dito real - continuou, sem que eu fosse Crusoé, numa sexta-feira em que conheci Cláudio. Também numa sexta-feira véspera de carnaval, fugimos da última queda, escapamos. Com Cláudio iria conhecer, iríamos, um diálogo enorme, que durou anos, onde falamos um do outro, contando casos de si mesmos. Descobrimos o sexo. Não que tenhamos nos tocado: durante anos falamos apenas, contávamos nossas experiências com terceiros. Só muito tempo depois de ter conhecido Cláudio que despontou em mim a hipótese de praticar um sexo - homossexual - verbalizava, sem reconhecer. A homossexualidade me resolveu angústias, mas não me afastou do exílio, e, sim, me fez conhecer outros.<sup>234</sup>

Somente no exílio Herbert Daniel e seu companheiro de vida, Cláudio Mesquita, ou Lauro e Beto, como passaram a se chamar durante a fuga, viveriam o amor. Cláudio e sua família serviram, enquanto simpatizantes, de fachada para o esconderijo de um dos guerrilheiros mais procurados do país. Infelizmente os órgãos de inteligência do regime civil-militar conseguiram chegar até o aparelho que abrigava Herbert Daniel, após a captura do embaixador suíço. A família de Cláudio Mesquita sofreria bárbaras torturas nas mãos da repressão, mas Beto e Lauro conseguiram escapar. Com a sorte de nunca terem sido presos e torturados, os dois partiram para o exílio. Conta Daniel:

---

<sup>232</sup> Ibidem, pp.: 128, 129 e 133.

<sup>233</sup> Idem, op.cit., 1982, p.: 96.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 127.

Foi então que se ligaram indissoluvelmente. Quando saíram do país, em 1974, a experiência da catástrofe era quase um modo de ser ao qual estavam habituados e integrados. Saíram com a certeza de que voltariam alguns dias depois. Só iriam ao exterior reencontrar alguns amigos. Exílio por exílio, que viviam aqui dentro deste país alucinado lhes parecia mais seguro. Só na Europa se deram conta do alcance do seu próprio delírio.

Lauro e Beto se amavam: isto se diziam. Nunca tiveram, porém, nenhum partilhamento do corpo direto. Faziam sexo com terceiros e contavam-se os casos. Insistiam em reafirmar-se que qualquer trepada só era completa quando contavam para o outro o que se passara.

Havia uma anestesia que os distanciava, quase como que, na conservação do tabu de sexualizarem genitalmente a relação, se garantiam a abstinência necessária para o combatente guerrilheiro. Amavam-se e sobreviveram porque se amavam como num sonho.

Só acordaram do torpor em Portugal.

No exílio, finalmente, decidiram que tinham que “completar a relação”. Tornaram-se então um casal, a seu modo. E desenvolveram uma paixão, não sem tormentas.

Enfim, esta foi uma história de amor. Posso dizer que terminou bem, e só digo porque continua bem.<sup>235</sup>

Embora tenha conhecido a homossexualidade desde o início de sua militância política no Brasil<sup>236</sup> - e aqui vivido o revolucionário ano de 1968 e seus desdobramentos - foi somente no exílio que esta seria de fato explorada. E, mesmo assim, a partir de um rompimento com os grupos da esquerda revolucionária que lá tentavam ainda sobreviver. Sobrevivência essa, que segundo Herbert Daniel, não teria modificado os principais problemas internos vivenciados nos tempos de Brasil. Havia, pelo contrário, aumentado os dogmatismos e os sectarismos, e também as resistências às novas questões que continuavam não formuladas. Seu rompimento com alguns grupos de esquerda no exílio se deu a partir do argumento que havia a necessidade de resolver questões políticas, sem espaço como diversas outras, nestes grupos. No caso específico a homossexualidade, encarada por Daniel como uma questão política onde se manifestavam uma complexa teia de relações de poder e opressão.<sup>237</sup>

No segundo momento de seu exílio em Paris, após viver uma temporada com Cláudio em Portugal, Herbert Daniel trabalharia como porteiro em saunas homossexuais e a esta experiência atribui boa parte do seu entendimento sobre o cotidiano da homossexualidade. E também a esta experiência conferiu as reflexões sobre as possibilidades de ser limitado ao gueto que os indivíduos que exercem a homossexualidade são socialmente empurrados.<sup>238</sup> Segundo o autor, o espaço das saunas homossexuais era dotado de:

---

<sup>235</sup> Idem, op. cit.; 1984, p.: 235.

<sup>236</sup> Ibidem, pp. 25, 26 e 27.

<sup>237</sup> Ibidem, pp. 154-155

<sup>238</sup> Ibidem, p. 155

...profunda ideologia conservadora”. Seria ele “forjado, estimulado e protegido pelo conjunto mais irracional de preconceitos da ideologia dominante... que apresenta os valores mais tradicionais travestidos sob sua capa negativa, como recusa absoluta. A imoralidade do gueto é um dos esteios da nossa bem amada moral... Todo gueto é um serviço de utilidade pública. Menos para seus membros.”<sup>239</sup>

Destas experiências no exílio, entrelaçadas com as vivências dos anos de militância na VPR, podemos identificar tanto a base de seus questionamentos ao lugar social em que foi colocada a prática homossexual, quanto os fundamentos de suas críticas ao discurso produzido pelas esquerdas brasileiras sobre a questão. Pois, para Daniel, se ele escapou “de uma seita, não foi para cair em um gueto.”<sup>240</sup> Ao entender que é um processo histórico que cria o homossexual como substantivo, que passa a definir o indivíduo enquanto essência, ao invés de um adjetivo que o caracteriza, assim como qualquer outro, Herbert Daniel acaba por propor uma ampla desconstrução do discurso social sobre a questão, suas práticas e seus desdobramentos. A homossexualidade, para ele, de uma inicial condição marginal e clandestina evoluiria em paralelo ao sexo aceito. Evoluiria simultaneamente ao sexo heterossexual, que é legitimado pela composição familiar burguesa que dele resulta. Desta forma, a homossexualidade era encarada como uma parte não oficial da sexualidade. Em posterior nasceria o gueto, ordenando a sexualidade e relegando a homossexualidade ao submundo. Submundo que, gradualmente em países desenvolvidos<sup>241</sup>, se transformaria em um mercado, dotado das mais diversas formas de comércio voltadas para os homossexuais. Mercado este, que por sua vez na defesa de seus interesses, assume a perspectiva do discurso político, apoiando-se na “luta contra a repressão sexual” e pela “organização dos homossexuais como interesse social definido.”<sup>242</sup>

Da antiguidade pagã, onde possuía “relativa liberdade”, passando pela Idade Média com sua mentalidade judaico-cristã fortemente marcada pela culpa e ideias de pecado, tendo como exemplo a punição divina a Sodoma, e chegando ao capitalismo com a condenação médico-legal, a homossexualidade atravessa um processo de complexa condenação, a qual assumiria seu auge com a instituição da chamada “ordem sexual burguesa, racional e autoritária.” Neste momento passaríamos a ter a condenação combinada nas instâncias da fé, da ciência e da lei. Perspectiva que propõe Herbert

---

<sup>239</sup> Ibidem, p.163

<sup>240</sup>Ibidem, p. 155

<sup>241</sup> A restrição à formação dos chamados mercados homossexuais aos países desenvolvidos leva em consideração apenas o período em que o autor escreve: o final da década de 1970 e início da década de 1980.

<sup>242</sup> DANIEL, op. cit., 1982, pp.: 170, 171, 172 e 173

Daniel, também enquanto pesquisador, em “Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade”, livro publicado em 1983, em que continua a contar suas experiências, porém em parceria com a escritora Leila Miccolis, onde faz uma análise teórica das questões sócio-históricas que envolvem a homossexualidade. Cabe ressaltar que o momento em que escrevem coincide com o impacto da propagação do vírus da AIDS pelo mundo, que iria disseminar um novo contexto de preconceitos em relação à homossexualidade. Os quais foram, inclusive, muito marcantes nacionalmente atravessando várias classes sociais. Nesta obra, ele anexou o texto intitulado “A síndrome do preconceito”, sendo um dos primeiros artigos sobre AIDS publicados no Brasil, debate em que se aprofundaria principalmente em seus últimos anos de vida.

Em “Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade”, o autor coloca que a perseguição à homossexualidade se dirigia “diferentemente a alvos diferentes” dentre os momentos históricos acima citados. Esta passaria de uma variante do comportamento sexual dos seres humanos a variante utilizada como critério para definir a categoria social do homossexual. O capitalismo cristalizaria essa diferenciação e com isso o homossexual surge enquanto minoria. Assim, a repressão se tornaria mais ampla, específica e instrumentalizada. Sem conseguir esmagar a homossexualidade, ela deixa de ser uma forma de desejo e passa a ser “um grupamento a ser preservado.” O homossexual passa a ser o outro, o diferente, a minoria, o gueto. E é nessa diferenciação que se manifesta a repressão imposta pelo poder. O termo homossexual, inaugurado tecnicamente pela psiquiatria do século XIX, passa a definir o desejo e em seus desdobramentos os indivíduos, “a partir do ato ou relação sexual”.<sup>243</sup>

Ciente do desenrolar deste processo, e com intenção de desconstruí-lo criticamente sob a perspectiva de rever o tratamento social que era dado à questão da homossexualidade no decorrer das décadas de 1960 e 1970, e início da década de 1980, inclusive pela esquerda brasileira, Herbert Daniel se coloca da seguinte forma: “O desejo homossexual (tanto quanto o desejo heterossexual) não caracteriza o conjunto do desejo, nem uma “entidade” do desejo. Nem caracteriza uma estrutura do indivíduo, nenhuma qualidade imanente dessa pessoa.”<sup>244</sup>

Segundo o Daniel, a homossexualidade enquanto uma das práticas da sexualidade humana haveria existido de forma inerente a todas as sociedades, nos

---

<sup>243</sup> DANIEL, Herbert & MICCOLIS, Leila. Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade. Achiamé, Rio de Janeiro, 1983, pp.: 45, 46 ,47, 48 e 49.

<sup>244</sup> Ibidem, p.: 50.

diversos momentos históricos. No entanto, cada sociedade possuiria sua forma de adaptação a esta, em relação ao seu próprio padrão de sexualidade. E, assim, de acordo com cada caso, sua forma de repressão. Porém, o salto da chamada repressão moderna “é a tendência de fazer do homossexual uma pessoa completa, “um outro sexo” intermediário entre o masculino e o feminino.”<sup>245</sup> Sob esta lógica, observamos o homossexual enquanto minoria como uma invenção do capitalismo. Pois segundo o que coloca o autor, as diversas formas de repressão até então historicamente executadas, jamais teriam se dirigido a indivíduos, vistos como especiais, ou a um grupo específico e sim ao ato homossexual em si, em que todos eram vistos como possíveis praticantes. Com o capitalismo não se pune apenas o ato homossexual, mas também seu ator que passa a ser definido por ele enquanto o diferente. O outro com essência, psicologia e realidade social própria: o homossexual. Ou seja, tal característica possível à sexualidade de todos passa a ser específica a de um grupo. E com isso a repressão acaba por abrigar aquele que pratica a homossexualidade em sua sexualidade como parte de uma minoria.<sup>246</sup>

Para Daniel, essa complexa fórmula de repressão envolve mais que a punição daqueles que fugiriam ao padrão sexual socialmente aceito. Há uma capacidade do “poder” de modelar os papéis sociais assumidos pelos indivíduos, e também de impor a reprodução de seus valores. De acordo, então, com tal ponto de vista, essa prática se apresenta como uma questão política que não pode ser secundarizada, pois não há possibilidade de falarmos em liberdade sem pleno conhecimento das questões que a perpassam. Que é neste sentido está na repressão à liberdade sexual.<sup>247</sup>

No relato do autor, tanto sua vida no Brasil quanto seu exílio na Europa, no que tange à sua militância política junto à esquerda de forma mais ampla e a luta armada de forma mais específica, passaram por sérias dificuldades por conta da forma como exercia sua sexualidade. Mesmo nos primeiros anos de sua volta ao Brasil em 1982, após sete anos de exílio teriam sido marcados por questões relativas ao conteúdo de seu primeiro livro. Pois “Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico” foi classificado entre, outros adjetivos, como uma confissão de sua homossexualidade.<sup>248</sup> Perspectiva que nos demonstra um pouco da mentalidade que envolve a lógica de comportamentos, costumes, sexualidades e as relações de gênero

---

<sup>245</sup>Ibidem, p.: 54.

<sup>246</sup> Ibidem, pp.: 53, 54 e 55.

<sup>247</sup> Ibidem, p.: 56

<sup>248</sup> Ibidem, p.: 25

ainda vigentes. Ou seja, a homossexualidade como um pecado a ser confessado, a partir dos padrões masculinos derivados da cultura judaico-cristã.

No Brasil, nos anos de militância, segundo Daniel, existia não somente o receio de sofrer as consequências por ferir os códigos morais de sua organização por conta de sua homossexualidade, mas também a desmoralização do indivíduo e da luta armada:

Anos a fio, carregando a pecha de terrível ‘terrorista’, um pânico me assombrou: que ‘descobrissem’ que eu ERA! Vivi um quase pesadelo, pensando que os jornais, que certa vez me classificaram de ‘braço direito de Lamarca’, poderiam estampar esta manchete assustadora: “Guerrilheiro Bicha”. Ou: “O terrorista era um tremendo invertido”... Na época a gente imaginava que essas coisas eram ofensivas e “taras sexuais” eram reservas (i)morais da Pátria da direita. À esquerda éramos abstratos, voláteis, imunes: o corpo-militante era o corpo de um anjo exterminador de sexo exterminado. Não é por outra razão que eu - e todos!- silenciava. Bicha admissível, só a caladinha.<sup>249</sup>

Neste trecho, o autor expressa além da moral burguesa proferida pelos jornais da qual temia ser vítima, mas também aspectos da moral vigente e das relações de gênero, que teria vivenciado na organização armada revolucionária de esquerda que principalmente militou. Ambas as posições morais em análise, estão muito distantes de entender a homossexualidade como uma das possibilidades da sexualidade humana, como defende Herbert Daniel, mas sim como um desvio de uma sexualidade natural padrão: a heterossexualidade. No caso da esquerda um desvio típico, entre os diversos vícios, da burguesia. E ainda quando praticada em seu interior, somente possível de forma silenciosa. Ou seja, visões e práticas incongruentes sobre os aspectos da “revolução sexual”, que hoje de forma memorialística, é proposta como um processo amplamente generalizado dentre a “geração 68” de todo o mundo.

Mesmo em seu exílio na Europa, onde os ares de mudança comportamental teriam estremecido as estruturas sociais, Herbert Daniel conta ter enfrentado tanto afastamento silencioso quanto a exclusão lenta, travestida de “aceitação”, de seus amigos de militância na medida em que opta por vivenciar abertamente sua homossexualidade.<sup>250</sup> No início do ano de 1979, em Paris, junto à Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia, promoveu o debate “Homossexualidade e Política”<sup>251</sup>. Nesta ocasião, Herbert Daniel foi responsável pela condução dos trabalhos que posteriormente lhe renderiam a autoria do documento “Homossexual: defesa de seus interesses?”, publicado em maio do mesmo ano, na revista *Notas Marginais - n° 3*, pelo

---

<sup>249</sup> Ibidem, pp. 25 e 26

<sup>250</sup> Ibidem, p. 59

<sup>251</sup> Idem, op. cit., 1982, p. 213



grupo de mesmo nome. O documento teria sido o primeiro a discutir a homossexualidade dentro das esquerdas brasileiras<sup>252</sup> e lançou as bases fundamentais de suas críticas, que foram posteriormente desenvolvidas em seus livros. Estas críticas partem de análises sobre a modelação do homossexual pelos mecanismos de poder burguês como forma de promover a repressão específica a tal grupo

Para Daniel, a homossexualidade perpassa a sexualidade humana como um potencial comum a todos os indivíduos e não como uma característica que os define enquanto essência e que permite classificá-los como um grupo de diferentes. Daí a necessidade de serem entendidas as questões relativas à sexualidade, de forma mais ampla, e a homossexualidade, de maneira mais específica, como políticas. De tal forma que os indivíduos passassem a se colocar, dentro das próprias esquerdas, enquanto “militantes políticos homossexuais” e não como “homossexual que milita”.

O desenvolvimento do capitalismo, com sua vocação para a dominação mundial, determinou a constituição duma burguesia que se fazia a imagem da “humanidade” em geral e uma humanidade cosmopolita. Civilizações anteriores criaram, na terra, no barro, na madeira, ou no material mais facilmente encontrável, imagens de deuses e demônios. A burguesia, para se fazer imagem e semelhança dos seus deuses, usou o corpo como matéria. Através duma avançadíssima técnica do corpo, a burguesia se inventou e ao homem de sua época. As primitivas técnicas do corpo sempre empregavam métodos simples, embora eficazes, e diretos: tratava-se de preparar o corpo como primeiro instrumento humano. A técnica burguesa- inclusive a técnica do corpo- revoluciona tudo que fora feito até então.

Ao se dar uma sexualidade, a burguesia cria não apenas os “modelos de perfeição”, mas necessariamente padroniza e constitui “modelos de imperfeição”. Para que a sexualidade normal possa ser modelada é preciso que haja a anormal, definida, delimitada sob controle. A entidade homossexual é um exemplo. Entidade esculpida como esgarçamento, resultado das defesas da burguesia dos demônios do sexo e dos (ex)sexos: extremo excessivo das perversões que se constituem em gueto, núcleo, parte social, minoria. Divida para vencer, mas reúna para controlar.<sup>253</sup>

Herbert Daniel faz crítica a perspectiva, assumida de forma geral pelas esquerdas, que tratam o homossexual como uma minoria com um interesse de grupo definido. Reproduz, assim, a moral herdada da burguesia e com isso não compreende os mecanismos pelos quais tal classe social, exerce seu poder de modelação sob os sujeitos, estando às esquerdas pouco capacitadas para combatê-la. Ele afirma que as esquerdas se apropriam desta mesma lógica para elaborar seu discurso. Este discurso, por sua vez, faz o autor duvidar de qualquer possibilidade de mudança sobre o olhar social dirigido a homossexualidade:

---

<sup>252</sup> GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000) - Niterói, EdUFF, 2008, p.: 13.

<sup>253</sup> DANIEL, op. cit., 2008, p.: 16.

Ao dizer que a instituição homossexual é uma criação da burguesia quero esclarecer:

a) se a “instituição” é modelada pelo poder burguês, a homossexualidade- enquanto momento da sexualidade humana, enquanto elemento desta sexualidade- é matéria-prima do Poder, mas não a sua invenção. O que quer dizer que aqueles que creditam a homossexualidade ao capitalismo são incapazes de compreender (e combater) o capitalismo.

b) Se o capitalismo oprime o homossexual não é o socialismo que virá resolver os males desta opressão. Inventar, com nome de socialismo, a terra dos prazeres livres da humanidade, é uma mistificação grosseira. O socialismo não é nenhum milagre, nenhuma panaceia universal. Ele pode “resolver” a questão da homossexualidade como pode “resolver” a lei da gravidade”. De qualquer maneira, tanto a gravidade como a homossexualidade terão técnicas que permitirão sua utilização social (e é assim também sob o capitalismo).

Para a esquerda, a questão da homossexualidade não é a de um grupo, uma minoria social, que pode ser contada como força política na luta contra o capitalismo. O problema, em seu fundo mesmo, é de *compreender* a ação do Poder, para melhor poder combatê-lo. Ao falar sobre a homossexualidade, enquanto homossexual, não se faz uma tentativa de introduzir um discurso homossexual na esquerda, **MAS UMA CRÍTICA AO DISCURSO HOMOSSEXUAL QUE A ESQUERDA TEM.**

Um discurso do “preconceito” - Isto é, uma moralidade herdada da burguesia e que a faz politicamente pouco capacitada a enfrentar e destruir o Poder burguês. Não é um grupo homossexual que deve se responsabilizar por isso.<sup>254</sup>

Ao confrontarmos o documento escrito por Herbert Daniel com a peça teatral de Paulo Cesar Coutinho, analisada na primeira parte do capítulo 2, notamos as vertentes em disputa no processo de desenvolvimento da memória social: uma que critica de forma severa as posturas das esquerdas e em especial a luta arma, no que diz respeito às questões comportamentais, a partir de uma lógica retrospectiva e condicionada pelas contradições presentes no processo de abertura política e anistia. E outra vertente que propõe que 1968 traria consigo as mais amplas transformações nos comportamentos e costumes, sexualidade e nas relações de gênero também para o movimento brasileiro e seus desdobramentos.

A promoção do debate foi marcada por grande resistência de grupos que compunham o Comitê Brasil pela Anistia, com argumentos que iam desde “o homossexualismo é uma doença”, ou “é resultado da decadência do capitalismo”, até sexualidade “não é um assunto diretamente político”. Este episódio acabaria por desvelar de forma direta a vasta gama de preconceitos que envolvia a questão da homossexualidade - conduta sexual associada aos desvios morais da burguesia reacionária -, pois envolveu desde o silêncio daqueles que não queriam participar da discussão à censura dos que tentaram impedi-la. Tamanha teria sido a mobilização

---

<sup>254</sup> Ibidem, p.: 19

contrária ao debate que o Comitê Brasil pela Anistia chegaria à beira de um racha e, para evitar a divisão do Comitê, a Comissão de Cultura tomaria a iniciativa de realizá-lo de forma autônoma, em uma sala da Casa Brasil na Cidade Universitária.<sup>255</sup>

Na mesa, Herbert Daniel teria falado em primeira pessoa como forma de oposição ao silêncio das esquerdas. A forma pela qual as esquerdas estabeleciam de maneira sutil sua censura. Impondo a autocensura. Deslegitimando o debate, através do argumento de que não era uma discussão política. Assim ele propõe: “Falei da minha sexualidade como acho que a esquerda tem de falar da sua homossexualidade”.<sup>256</sup>

Para Daniel os que eram contra mantiveram-se em seu silêncio costumeiro. Não compareceram ao debate nem responderam seus muitos escritos sobre a questão:

Reagiu-se violentamente, falou-se muito, mas nada se escreveu. Medo de deixar pistas? Hum... o totalitarismo não escreve: faz conchavos. Como também não fala: repete o jargão. E nem discute: dá conselhos.<sup>257</sup>

A exceção ao silêncio, segundo o que conta Herbert Daniel, teria vindo de um amigo, que foi até o debate para dizer que a sexualidade e a homossexualidade não eram discussões políticas. E questionava o porquê de tais questões não terem sido levantadas no foco da guerrilha rural de Ribeira onde conviveram, mas somente agora em Paris. Daniel, para responder a seu amigo, que julgou ser um indivíduo de grande dignidade ao ter coragem de se expor em um ambiente hostil, utilizou-se de uma experiência que ambos dividiram nos tempos de Ribeira. Segundo ele uma possibilidade de divisão dentro da organização teria se instalado através de problemas que envolviam as relações pessoais no interior do grupo. Porém, estes conflitos estavam camuflados como questões macro-políticas. Após o fim de uma reunião, onde foi apresentado um documento que indicava a possibilidade de tal racha, seu autor fora conversar à parte com Daniel, uma vez que ele teria conciliado as oposições sobre as questões durante a discussão, as colocando enquanto mal-entendidos. Após muita resistência e envergonhado, o militante confessou que sua maior questão era a abstinência sexual a qual estavam submetidos. Assim Herbert Daniel teria conversado longamente sobre sexualidade com o companheiro, o ajudando a minimizar as contradições que enfrentava.<sup>258</sup>

Herbert Daniel através de tal experiência exemplifica a seu amigo no debate, a dificuldade existente segundo os padrões morais da organização, de se falar sobre o

---

<sup>255</sup> Idem, op. cit., 1982, pp.: 214 a 218.

<sup>256</sup> Ibidem, pp.: 216 e 217.

<sup>257</sup> Ibidem, p.: 218.

<sup>258</sup> Ibidem, pp.: 220 e 221.

assunto sexualidade. Dificuldade esta, que quase os levou a cisão. Então por fim responde a ele:

Viu? O tabu do sexo tem regras assustadoras.

Talvez você compreenda porque naquele momento eu não dizia nada. Porque não achava que naquela repressão, que eu me fazia tão bem, houvesse o que comunicar. Nunca deu problema, não é?

Mais que isto: eu era feliz em Ribeira porque *não* me sentia reprimido. Sentia, como todos deviam sentir, que a ausência de sexo era uma necessidade da luta, assim como os desconfortos que sofríamos, a falta de comida por exemplo. Para mim a repressão existia nas cidades, porque a ausência de relações sexuais não era nenhuma condição de luta. Era um silêncio. Um exílio. Sabe, meu amigo, eu não era exatamente um militante homossexual. Era um homossexual exilado.<sup>259</sup>

Em análise, tanto o processo de organização do debate quanto seu desenrolar, a partir da narração de Herbert Daniel, demonstrara que a discussão pertinente à transformação dos comportamentos, costumes, sexualidade e relações de gênero, ainda permanecia para muitos na esfera do não político. Pois perspectivas afastadas por cerca de dez anos, como a questão da impossibilidade de diálogo sobre sexualidade no foco guerrilheiro da Ribeira, retomada no próprio debate, e a própria oposição à discussão do tema, ainda pareciam bastante afinadas.

Segundo Foucault em relação à sexualidade:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros algumas grandes estratégias de saber e poder.<sup>260</sup>

Desse modo, ainda para o autor, o dispositivo existente na sociedade atual se aloca a partir da família, que para o mesmo, representa a base fundamental de outro dispositivo que anteriormente definia a sexualidade: *o dispositivo de aliança*. Tal dispositivo por conta de sua inadequação aos novos “processos econômicos e estruturas políticas” foi re combinado nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII com um novo: *o dispositivo da sexualidade*. Assim se o primeiro dispositivo se apoiava nas regras que definiam o que era permitido, em sua lógica de matrimônio, parentescos e bens, o segundo dispositivo se assenta no controle dos corpos e dos prazeres. Assim *o dispositivo da sexualidade* que passa a vigorar propõe os pais em sua relação matrimonial como os agentes da sexualidade a serem legitimados. E, por outro lado,

---

<sup>259</sup> Ibidem, p.: 221.

<sup>260</sup> FOUCAULT, op. cit., 1988, pp. 116 e 117

criam os personagens dotados de uma sexualidade anormal, fora dos padrões consolidados pela burguesia: entre eles o homossexual.<sup>261</sup>

Sob o prisma dos estudos biográficos na historiografia<sup>262</sup>, a trajetória de Herbert Daniel, nos permite a interpretação que eram objetivamente restritos os limites para a vivência cotidiana da homossexualidade nas organizações marxista-leninistas armadas que pretendiam derrubar a ditadura-civil militar e promover a revolução socialista como vanguarda da classe operária. Tais questões de foco comportamental estavam fora de qualquer perspectiva de debate político em organizações como a VPR. No entanto, não podemos ser anacrônicos em relação à prioridade e o sentido que se dava às questões comportamentais em meio ao contexto onde se acredita estar vivendo um processo revolucionário em curso. Processo que implicava em uma luta de morte com um mecanismo cada vez mais eficiente de terrorismo de Estado. Os órgãos de repressão civis e militares utilizavam-se da censura, da perseguição política, da tortura e do assassinato de forma cada vez mais sistemática contra seus opositores. O AI-5 de 13 de dezembro de 1968 garantiria a uma parcela politicamente relevante da geração 68 brasileira cicatrizes profundas e lembranças amargas. Assim, o contexto dos jovens que viveram a luta armada compreendia sobreviver e ao mesmo tempo fazer a revolução.

Assim o próprio Herbert Daniel deixa claro que entendia sua opção pela renúncia de sua sexualidade enquanto necessidade da luta. “Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria esquecer minha sexualidade.”<sup>263</sup> “Mais que isto: eu era feliz em Ribeira porque *não* me sentia reprimido. Sentia, como todos deviam sentir, que a ausência de sexo era uma necessidade da luta...”<sup>264</sup> Pois é necessário que se pense a importância do exílio de 7 anos na Europa para que Herbert Daniel iniciasse suas críticas as relações de poder que envolvem as sexualidades em um nível essencial das relações sociais. Críticas que nos indicam, em nossa análise de quase 50 anos depois, o quanto era restrito espaço estabelecido para os debates que hoje classificamos como relações de gênero. Mas que, em 1968, no Brasil significavam no pensamento de muitos militantes e na lógica de muitas organizações armadas, debates que poderiam promover a desagregação em torna da luta pela derrubada da ditadura e pela revolução socialista.

Segundo Denise Rollemberg:

---

<sup>261</sup> Ibidem, pp.: 117- 122.

<sup>262</sup> LEVI, op. cit., 1996, p.: 182.

<sup>263</sup> DANIEL, op. cit., 1982, p.: 97.

<sup>264</sup> Ibidem, p.: 221.

Depois de se sentir o centro dos acontecimentos, em uma conjuntura de intensa agitação política, o exílio foi, para as gerações 1964 e 1968, a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dera sentido a luta. A derrota de um projeto político e pessoal, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizam, o não reconhecimento de papéis disponíveis, tudo isso subverteria a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade. Em diversas situações cotidianas, foi possível ver a manifestação dessas crises: na batalha pelos documentos ou na recusa em obtê-los; no trabalho e no estudo; na militância política ou no seu abandono; nas atividades culturais e artísticas; na vida familiar e afetiva.<sup>265</sup>

Neste sentido, a referência de Rollemberg nos permite entender melhor o conjunto de experiências que o exílio proporcionou para a geração 68 brasileira. Ao mesmo tempo, é importante retomar a análise que Rachel Soihet faz da proposição de Thompson, para entender a importância da experiência na aquisição da consciência de gênero que gradualmente se formou entre as mulheres exiladas. Segundo Soihet, é na luta pela revolução política no Brasil e por seus desdobramentos no exílio que muitas mulheres percebem a posição subalterna que eram colocadas pelos seus companheiros de vida e militância e, a partir de tal percepção, passam forçar novos debates sobre as relações interpessoais e afetivas no âmbito do político.<sup>266</sup> Neste mesmo sentido, como indica seus escritos iniciados no final da década de 1970, o contraste de experiências vividas durante 7 anos de militância revolucionária no Brasil e 7 anos de vida no exílio, iram representar um pungente processo de aquisição de consciência de gênero para Herbert Daniel.

Também em seu livro, Herbert Daniel conta o episódio da recusa feita pelo Comitê Brasil pela Anistia (CBA) em proceder à leitura de sua carta de protesto no congresso realizado no final de 1979. A carta denunciava os limites da Lei de Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979, que não beneficiava alguns exilados que só poderiam regressar ao Brasil após prescreverem suas penas. Ele iria ouvir várias justificativas, pouco convincentes, dos motivos pelos quais sua carta não teve espaço no congresso. Entre suas tentativas de torná-la pública enviou, então, o texto à mãe do cartunista Henfil e do sociólogo, ex- exilado Herbert de Souza. Henfil foi quem primeiro divulgou a carta em sua coluna de jornal. Em março de 1980 o jornal “O Lampião da Esquina”, publicaria na íntegra a carta. Incluindo uma nota explicativa,

---

<sup>265</sup> ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999, p.: 132.

<sup>266</sup> SOIHET, Rachel. op. cit., 2012, p.: 35 e 37.

caminho pelo qual Daniel veio saber dos reais motivos de sua carta ter sido cerceada junta ao CBA no final de 1979.<sup>267</sup> Segundo o jornal:

O documento abaixo foi escrito por Herbert Daniel de Carvalho, um dos exilados que restaram de fora da malha não muito fina da anistia, e que permanecem condenados a ficar longe de seu país. Ele deveria ter sido lido em Salvador, durante o Congresso pela Anistia realizado em fins do ano passado, mas acabou boicotado: O representante do CBA Comitê Brasileiro pela Anistia do Ceará, cujo nome nem merece ser citado, recusou-se a lê-lo porque, segundo ele, o signatário é “apenas uma bicha”. Não cremos que seja este o aspecto mais importante da vida pessoal de Herbert-Daniel de Carvalho; mas denunciemos, aqui, o fato de que ele não apenas deixou de ser anistiado pelo governo, como também ficou de fora da anistia apregoada pelos seus supostos companheiros: os “progressistas” do CBA não o perdoarão jamais por ser homossexual. É por isso, que publicamos na íntegra, o documento que ele assinou; para que Herbert, há tanto tempo no exílio, não se sinta inteiramente órfão. Nós, homossexuais do LAMPIÃO, estamos solidários com ele, como estaríamos - atenção, pessoal do CBA - com qualquer heterossexual na mesma situação.<sup>268</sup>

Este trecho que esclarece a questão para Herbert Daniel demonstra por outro lado que, embora fosse conhecido que o militante da combativa e atuante Vanguarda Popular Revolucionária tenha participado como liderança de várias ações armadas contra o regime ditatorial brasileiro - como a captura do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben em 1970, que libertou 40 presos políticos e do embaixador suíço Giovanni Bucher, ao lado de Carlos Lamarca, libertando 70 presos políticos -, sua posição sobre os limites da anistia pelos quais era diretamente atingido, não eram relevantes para a CBA, em função de suas práticas e identidade sexual. Perspectiva essa que fica claramente colocada quando um membro do comitê, sem nenhuma repreensão relevante que garantisse a leitura da carta de denúncia do exilado no congresso baiano, o ofende diretamente baseado em suas concepções de gênero homofóbicas e machistas, largamente disseminadas na sociedade brasileira. Inclusive, o ocorrido é uma demonstração de como tais concepções parecem ainda bastante presentes entre os adultos que haviam sido os jovens de esquerda em 1968, e que agora lidavam também com as consequências do processo exílio e anistia. E assim, Herbert Daniel, mais uma vez comprova o exílio político da questão da homossexualidade dentro das esquerdas brasileiras. Sobre o ocorrido comenta:

Algum tempo depois tive uma resposta parcial a tais questões. Recebi o *Lampião* que, num admirável gesto de solidariedade, publicou na íntegra a carta. Apresentou-a comentando um incidente no Congresso do CBA - do qual só tomei conhecimento pelo jornal. Um dos presentes, delegado do

---

<sup>267</sup> DANIEL, op.cit., 1982, pp.: 227, 228 e 229.

<sup>268</sup> SILVA, Aguinaldo. Nota introdutória. In: Íntegra da Carta de Herbert Daniel, publicada no “Lampião da Esquina”, março de 1980, nº 22, ano 2, p.: 10.

Ceará (que pena, verdes mares que brilhas!), opusera-se à leitura da minha carta ali por eu era:

“simplesmente uma bicha” (sic)

(Parênteses: que ninguém critique os CBAs por esses acidentes que descrevo neste livro. Não se acusa uma garganta por causa do câncer que a corrói. Tamos entendidos? Então: viva a CBA, abaixo o câncer. E tamos ditos.)

Pois o cearense me rotulou (que pena, liquidas esmeraldas!): *simplesmente uma bicha*.

Fiquei impressionadíssimo!

Não que ele dissesse que eu era uma bicha, porque não contava novidade. Menos ainda que julgasse que, por bicha, eu merecia sanções penais: a ideia não é dele. Há séculos o obscurantismo referenda essa tese.

Impressionou que dissesse: simplesmente.<sup>269</sup>

Cabe ressaltar que esse trecho apresenta uma contradição gritante entre a vivência relatada por Herbert Daniel e a narrativa teatral de Paulo Cesar Coutinho em “A lira dos vinte anos”, onde retrata uma aceitação das personagens homossexuais em uma organização armada com base apenas em sua funcionalidade revolucionária. Não apresentando na peça nenhuma perspectiva moral que pudesse vigorar dentro da suposta organização ou no pensamento das esquerdas brasileiras em geral, Herbert Daniel, ao contrário, apresenta situações ocorridas em diversos setores das esquerdas brasileiras, principalmente na luta armada, que demonstram uma ampla reprodução dos valores morais machistas, sexistas, misóginos e homofóbicos, dominantes nas camadas médias da sociedade burguesa. Levando em consideração o contexto do processo de anistia que forçou o espaço para diversos debates trazidos para casa pelos exilados.

O processo de retorno ao Brasil pode ser interpretado na trajetória de Herbert Daniel, como um momento significativo onde começa a aflorar a consciência de gênero em seu discurso político. Sendo o contexto das experiências vividas entre 1979 e 1981, pontos perceptíveis nas reflexões propostas em seus escritos e livros publicados até 1984. Sobre o momento ele diria:

Não poderia ter dito tudo, tanto verdadeiro amor, que não me fugiria jamais verbalmente. Às vezes, torna-se absurda a incapacidade que temos de responder à gente que nos provoca um amor brutal e sem reservas, como fez aquela entidade da chuva (e eu que achava não havia orixás aqui!). Foi no dia em que recebi a notícia que não poderia voltar tão cedo ao Brasil. Mais um ano de espera, mais um ano perdido. Eu envelheci muito nesta espera, perdi todas as oportunidades de vir a fazer minha vida como quero. Senti, quando soube deste tempo extra exílio, que cheguei a um ponto definitivo, após o qual não disporei de tempo para recuperar o tempo. Diante do riso que a velha me presenteou, fiquei envergonhado e escondi, por não encontrar argumento, a minha bengala.<sup>270</sup>

---

<sup>269</sup> DANIEL, op. cit., 1982, p.: 229.

<sup>270</sup> Ibidem, p.: 225.



Seria então reagindo a esse sentimento de vazio e exclusão que Daniel escreve ao CBA:

Paris, 26 de outubro de 1979. Meus amigos, não fui anistiado. Sou um dos poucos exilados que restam fora das margens que o governo quer impor entre os anistiáveis e condenáveis.[...] Ao estabelecer um limite, qualquer que seja, à Anistia, o Poder conserva um trunfo: quer provar que não cede, concede.[...] É parte do plano, o fato de sermos muito poucos os bodes expiatórios. [...] Porém, não se trata de contagem, está em questão a Democracia que não é só um pouco mais ou pouco menos de ditadura. Nunca foi decisiva a quantidade de exilados e presos, mas a existência mesma do exílio ou da cadeia. A Anistia não é só o problema pessoal de alguns renitentes: coloca um problema político de todos os brasileiros. Nunca se pediu perdão para alguns, exigimos liberdade para todos.[...] Nunca erramos por nos opor ao governo ditatorial - e a anistia vem para provar que se houve abuso e crime não foi da parte dos opositores. Como, aliás, o exílio, a prisão, a terrível época que sofremos todos no Brasil vêm para provar enganos políticos nossos e para exigir autocrítica. Tenho por mim que por ter participado da oposição armada à ditadura, não há nenhuma explicação a dar à ditadura. Há uma autocrítica - e feita na discussão com quem interessar possa: isto é, aos que lutam pela Democracia. Não me “arrependo”, não tenho “culpas” e não acho que houve nada de condenável no que fiz. [...] A forma que escolhemos na época para combater nos conduziu a um fracasso cujas consequências são bastante mais graves do que o desastre do exílio e da prisão. Não há como fugir de assumir a responsabilidade numa ação política incorreta: não é pouca a responsabilidade numa ação política incorreta: não é pouca a responsabilidade que temos, todos os dessa geração que foi a minha, de não ter conseguido evitar estes sombrios anos de opressão e desespero. Se este fracasso nos marca e acompanha, nem por isto nos destrói ou aniquila a memória, patrimônio que não se pode perder.[...] Acho que de tudo o que eu disse fica claro quem são os amigos para quem escrevo esta carta. Vamos nos rever em breve, pessoal, já que nunca nos desencontramos [sic]. Por aqui faz muito frio mas tenho a vantagem de saber que estou aí com vocês no mesmo barco para o mesmo porto. O que é como o batuque: um privilégio. Até breve.<sup>271</sup>

No que diz respeito à ditadura civil-militar brasileira fazia parte dos objetivos do regime uma transição “lenta, gradual e segura” de abertura política. Impondo, inclusive, limites arbitrários aos processos legais de anistia. Na perspectiva de que a sociedade brasileira enxergasse a transição política enquanto uma concessão e não enquanto uma conquista dos movimentos pró-anistia. Por outro lado, o caso de Herbert Daniel especificamente, obrigado a permanecer no exílio até 1981, ter sido tratada de forma preconceituosa e antidemocrática dentro do congresso do Comitê Brasil pela Anistia, exprime mais uma vez as grandes limitações no entendimento das opressões de gênero que a militância política de esquerda continuava mergulhada. Ficando evidente que a brecha de negociação para a livre vivência das sexualidades entre muitos militantes das esquerdas brasileiras eram opressoramente estreitas. Mesmo em 1979, 11 anos após os movimentos de contestação social de 1968 trazer à tona transformações

---

<sup>271</sup> Trechos da carta de Herbert Daniel, publicada no “Lampião da Esquina”, março de 1980, nº 22, ano 2, p.: 10.

comportamentais que há tempos viam se gestando. Em outras palavras, a geração 68 brasileira em mais um episódio, demonstrou ter ainda muitos debates a serem feitos em torno do que significava reproduzir valores chamados de “pequeno-burgueses”.

Como foi verbalmente dito pelo delegado do CBA cearense, a recusa de ler a carta de protesto de Herbert Daniel contra os limites da lei de anistia, residia em muitos o considerarem um sujeito de menor valor em função de sua sexualidade. Ser “simplesmente uma bicha”<sup>272</sup>, ainda implicava em um padrão moral desviante para os revolucionários que ainda se propunham a ser. Ao mesmo tempo, a homossexualidade permanecia largamente rechaçada entre as camadas médias da sociedade burguesa, origem da maioria dos militantes que enfrentaram a ditadura civil-militar.<sup>273</sup> Como começava a denunciar Herbert Daniel, a moral revolucionária não estava livre de reproduzir ou simplesmente concordar de algum modo com a moral das classes médias da sociedade burguesa. Os militantes de esquerda envolvidos no congresso baiano do CBA, ao verbalizar ou ao silenciar, acabam por contribuir com as opressões que perpassam a luta de classes e continuavam por entender as questões de gênero e sexualidade enquanto fora da esfera política. Não apoiar Herbert Daniel em seu retorno indica ainda um raso alcance no entendimento destes militantes sobre a importância de defender direitos democráticos individuais. O resultado: Daniel é o último exilado, que desejava o retorno imediato, a pisar no Brasil em 1981.

Finalmente em casa, Herbert Daniel manteve diálogo com alguns grupos de ativistas *gays*. Em 1982, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), trabalhando na campanha e no mandato de deputado estadual do ex-exilado Lizst Vieira, que tinha como marca de ação os debates sobre cultura, ecologia e homossexualidade. Em 1986, ele tentaria a eleição para deputado estadual, associando sua campanha a de Lizst Vieira para deputado federal e do ex-exilado Fernando Gabeira para governador do Estado do Rio de Janeiro. O slogan da campanha de Daniel era representativo de suas perspectivas políticas neste momento: “Não há democracia se ela pára na porta da fábrica, no fundo do prato, ou na beira da cama.”<sup>274</sup>. Ainda em 1986, fundaria o Partido Verde (PV), junto com outros dissidentes do PT. Por seu novo partido, Daniel se candidataria à presidência da república em 1989. Neste mesmo momento, é diagnosticado com tuberculose ganglionar e descobre ser portador do vírus da AIDS. Mesmo assim,

---

<sup>272</sup> Idem,

<sup>273</sup> REIS FILHO, op.cit., 1990, pp.: 144-172.

<sup>274</sup> “Somos a maioria”. Panfleto da campanha de Herbert Daniel para o cargo de deputado estadual pelo Rio de Janeiro na eleição de 1986.

continua sua campanha, sendo o primeiro candidato à presidência do país assumidamente homossexual e soropositivo. Reafirmava desta forma sua militância no debate sobre os temas, evidenciando as opressões derivadas de associações ignorantes e preconceituosas entre a homossexualidade e a AIDS. Com a saúde debilitada pela doença, Herbert Daniel teve de abandonar a candidatura e foi substituído por Fernando Gabeira no pleito presidencial. Em seus últimos anos, ele ainda escreveria alguns livros relativos às questões sociais que envolvem a epidemia e, em 29 de março de 1992, em decorrência de complicações da doença, Herbert Daniel encerraria sua jovem e militante existência aos 45 anos.

Em suma, sob um olhar que pretende analisar o desenvolvimento da memória dos segmentos que compuseram a geração 68 brasileira, a respeito das transformações dos comportamentos e costumes, adotando referenciais teóricos de Joan Scott e Judith Butler no entendimento do conceito de gênero e Michael Foucault, no entendimento do conceito de sexualidade, anteriormente citados, a trajetória de Herbert Daniel aqui mapeada através de seus escritos, assume uma crucial relevância. Tanto pelos testemunhos de suas experiências de militância e exílio, quanto por suas severas críticas aos padrões morais adotados por diversos grupos armados da esquerda brasileira. Mesmo considerando a tentativa de imprimir coerência sob sua própria vida<sup>275</sup> e os efeitos condicionantes do presente<sup>276</sup> que se encontrava Herbert Daniel no momento que construiu sua narrativa, - período fortemente marcado pelo processo de anistia e as dificuldades do retorno dos exilados ao Brasil em torno de 1979- sua trajetória é significativa e esclarecedora. Segundo Giovanni Levi, a biografia permite a historiografia promover análises aprofundadas sobre os conflitos, classificações, distinções, representações e margens de liberdade que os indivíduos possuem no interior de seus grupos.<sup>277</sup> Assim, tal referencial teórico possibilita, a partir da trajetória de Herbert Daniel, o questionamento de uma memória sobre as transformações dos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero, que a “geração 68” como um todo e da mesma forma, haveria vivenciado.

Por outro lado, Herbert Daniel, também empresta a este trabalho, uma inestimável fundamentação teórica<sup>278</sup>, que permite a discussão mais aprofundada da homossexualidade e suas implicações em relação ao processo de transformação dos

---

<sup>275</sup> BOURDIEU, op. cit., 1996, pp.: 184 e185.

<sup>276</sup> ROUSSO, op. cit., 1996, p. 98.

<sup>277</sup> LEVI, op. cit., 1996, p.: 182.

<sup>278</sup> DANIEL & MICCOLIS, op. cit., 1983.

costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero, que aqui se pretendeu explorar. Enquanto intelectual, sua obra se aproxima da ótica marxista, ao mesmo tempo em que se utiliza de instrumentos foucaultianos, para promover a análise das questões sociais relativas à sexualidade e a homossexualidade, de forma mais específica.<sup>279</sup>

---

<sup>279</sup> GOIS & QUADRAT, op. cit., 2008, p.: 13.

## Considerações Finais:

### *Revolução política e revolução dos costumes: usos do passado*

Daniel Aarão Reis Filho propõe que a lei de Anistia promulgada no ano de 1979, abriria um processo de conciliação social após vários anos de ditadura civil-militar. É nesse período que, segundo o autor, se constrói o mito da veementemente resistência da sociedade brasileira frente à ditadura, sustentado no argumento que o regime sobreviveu apenas através da repressão e da manipulação.<sup>280</sup> Neste sentido, Denise Rollemberg, de forma bastante apropriada, utiliza o conceito de “zona cinzenta”, elaborado por Pierre Laborie, para analisar a sociedade brasileira nestas duas décadas de ditadura. Identificando, além das posições a favor e contrárias ao regime autoritário, as ambivalências e as omissões que viabilizaram o longo período dos militares no poder, com a perspectiva de problematizar a memória da ampla resistência da sociedade brasileira a ditadura civil-militar<sup>281</sup>.

Rollemberg define três linhas de interpretação historiográfica para o período da ditadura civil-militar brasileira. Uma que vê o regime garantindo sua manutenção apenas através da coerção e que estava em pleno embate com os movimentos sociais, tendo sua derrocada total junto à sociedade, com a crise do “milagre econômico”. Linha interpretativa que teria prevalecido, segundo a autora na memória coletiva da sociedade brasileira e que, nesse sentido, se desdobraria na lógica da ampla resistência da sociedade ao regime. Outra interpretação propõe a alternância das linhas “dura e moderada” do governo militar, regime que ruiria pelas contradições internas pungentes de forma incontrolável nos últimos anos de vigência. Linha interpretativa que também abre espaço para a lógica da ampla resistência da sociedade ao regime. E a última, que considera moderadamente focos de resistência social, mas que entende que havia projetos rivais em disputa entre os militares, mas que no percurso não há uma perda de controle do processo pelos militares. E que a própria transição para a democracia se dá no ritmo imposto por eles, dotado de grandes continuidades, como os governos civis que se seguiram e a própria lei de anistia.<sup>282</sup>

---

<sup>280</sup> REIS FILHO, op. cit., 1997, p.: 34 e 35.

<sup>281</sup>ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: Rollemberg, D. & Quadrat, S (orgs.). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp.: 4 e 5.

<sup>282</sup> Ibidem, pp.: 2-4.

A perspectiva da memória coletiva que se estabeleceu em relação à ditadura civil-militar brasileira, baseada na linha interpretativa de que a sociedade teria resistido amplamente a ela possibilitando desta forma a conciliação social, dá margem a outros desdobramentos da memória. Desta forma a memória de 1968, momento pontual dentro desse contexto específico de ditadura, também está em questão. Se a memória permite afirmar que todos resistiram à ditadura civil-militar, por que não afirmar que o movimento de 1968 foi extenso em termos nacionais e internacionais? Pois a partir deste viés pode-se afirmar que a mudança de comportamentos e costumes, como em outros países, é tributária essencialmente deste movimento. Por isso, nutrir essa memória reforça a lógica da insubordinação da sociedade brasileira frente ao regime ditatorial e conservador. Afinal, a ideia da ampla transformação também nas bases comportamentais, combina bem mais com a tese de resistência social à ditadura civil-militar brasileira do que a perspectiva de que os valores e práticas dessa bandeira de luta tenham adentrado em nosso país, através da dinâmica própria do capitalismo, que soube muito bem se reapropriar de tais demandas.<sup>283</sup>

De tal modo, em uma análise mais aprofundada da questão, podemos perceber que não há contradição entre a memória da sociedade brasileira que se reivindica como resistente à ditadura civil-militar, com a memória da militância brasileira que se vê enquanto parte do amplo grupo da geração 68 e transpõe de forma generalizante a bandeira da mudança de comportamentos e costumes para sua realidade, naquele período. Pelo contrário, essa memória se legitima na medida em que tais mudanças se tornam então demandas sociais da época, transformada agora através do olhar do presente, como fortemente reivindicada naquele movimento.

É nessa atualização do passado ditatorial no presente que a sociedade brasileira se encontra. É sob essa perspectiva que se observa e se questiona os “usos do passado”<sup>284</sup> que andam sendo processados. É dentro desse panorama que 1968, em nosso ponto de vista, tem de ser discutido, na medida em que se insere no contexto dos ainda controversos anos da ditadura civil-militar no Brasil. Como propõe Tzvetan Todorov ao discutir o conceito:

A partir de lo dicho, se impone una primeira distincion: la que hay entre la *recuperación* del pasado y su *utilización* subsiguiente. Puesto que esencial constatar que ningun automatismo vincula ambos gestos: la exigencia de recuperar el pasado, de recordarlo, no nos dice todavía cuál será el uso que se hará de él; cada uno de ambos actos tiene sus propias características y

---

<sup>283</sup> REIS FILHO, op. cit., 2008, p.: 10.

<sup>284</sup> TODOROV, op. cit., 2004, p. 15 e 18.

paradojas. Esta distinción, por neta que sea, no implica aislamiento. Como la memoria es una selección, ha sido preciso escoger entre todas las informaciones recibidas, em nombre de ciertos criterios; y esos criterios, hayan sido o no conscientes, servirán también, con toda probabilidad, para orientar la utilización que haremos del pasado. Sin embargo, desde otro punto de vista, de legitimidad y no ya de origen, existe una gran discontinuidad: no se puede justificar un uso engañoso por la necesidad de recordar. Nada debe impedir la recuperación de la memoria: éste es el principio que se aplica al primer proceso. Cuando los acontecimientos vividos por el individuo o por el grupo son de naturaleza excepcional o trágica, tal derecho se convierte en un deber: el de acordarse, el de testimoniar.<sup>285</sup>

Segundo Paul Ricoeur, lembrar é um exercício da memória, um trabalho prático e cognitivo realizado psiquicamente pela ação do indivíduo, suscetível a interferências do presente, que promovem a relação entre seus usos e seus abusos.<sup>286</sup> Neste sentido, a história oral, a partir da interdisciplinaridade com a psicanálise, possui a peculiaridade de poder questionar a subjetividade de suas fontes, considerando a vasta gama de simbolismo sociais presentes nos depoimentos<sup>287</sup>. E desta forma podendo garantir fundamental auxílio na compreensão do percurso percorrido pela memória dos movimentos de contestação social do ano de 1968 ligadas às transformações nos costumes e comportamentos, sexualidade e relações de gênero que se processavam dentro de segmentos diferenciados, mas dotado de interseções, da “geração 68 brasileira”.

Para José Meihy, toda narrativa tem um conteúdo de passado. Assim ele propõe a realização de exames sociais da memória expressada através da narrativa, que permitam distinguir seu caráter individual- biológico e psicológico- e seu caráter coletivo ou grupal- cultural e transcendente<sup>288</sup>. Tal perspectiva teórica contribui para o questionamento da construção da “geração 68” enquanto sem fronteiras e, por isso, detentora de traços internacionalmente comuns em termos de contextos sociais, bandeiras de luta e conquistas comportamentais. E, desta forma, ainda sob o referencial teórico do autor, a “geração 68” pode ser entendida como uma “comunidade de destino”. Que segundo Meihy “é o resultado de uma experiência que qualifica o grupo, dando-lhe princípios que orientam suas atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária.”<sup>289</sup>

---

<sup>285</sup> Ibidem, pp.: 17 e 18.

<sup>286</sup> RICOEUR, op. cit., 2007, pp.71 e 72.

<sup>287</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 197-204.

<sup>288</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996, p.:61.

<sup>289</sup> Ibidem, p.: 72.

A ditadura civil- militar brasileira é ainda uma ferida aberta na história recente desse país. Ainda há muito que se entender sobre as duas décadas que ficou em vigor e sobre as outras três décadas que dela se seguiram. No entanto, é bastante evidente que esses cinquenta anos ainda estão em disputa. É sob essa lógica que se encontraria a memória da ditadura civil-militar no Brasil. Os militares afirmam ter perdido essa batalha apesar de terem ganhado a guerra.<sup>290</sup> A memória da ditadura proposta pelos militares não teria alcançado o espaço desejado e a memória da sociedade sobre o período, apesar da assentada perspectiva de que a sociedade teria resistido ao regime<sup>291</sup>, permanece em disputa.

Sob estes aspectos, o seguinte trabalho teve como objetivo apresentar um panorama que permitisse entender o ano de 1968 como um ponto de convergência não monolítico dentro do processo de grandes transformações sociais, políticas e culturais que se desenvolveram ao longo do século XX, observados os usos do passado que permitem conciliar esferas da sociedade brasileira em torno da memória da ditadura civil-militar. Através do silenciamento da importância da luta política e revolucionária, em contrapartida à exaltação das questões comportamentais. Sob tal perspectiva foram analisadas algumas obras que trataram sobre o movimento de 1968 e seus desdobramentos, produzidas por ocasião das proximidades dos aniversários redondos de 1968: 1978, 1988, 1998 e 2008. Sendo observadas de acordo com as conjunturas sociais em que foram produzidas, na tentativa de se compreender o percurso pelo qual a memória social do período, se desenvolveu no que tange às transformações nos costumes, comportamentos, sexualidade e relações de gênero. Neste sentido a trajetória do militante estudantil, guerrilheiro e exilado político Herbert Daniel e como sua sexualidade foi vivida no decorrer deste processo, atentando principalmente para o período de sua militância política revolucionária foi de extrema relevância, pois permitiu verificar, as formas a partir das quais as esquerdas lidavam com a homossexualidade. E ainda verificar se as organizações armadas, por si só, seriam espaços privilegiados para as práticas de oposição à sociedade capitalista e seus valores. Sendo a luta armada, devido à intervenção concreta que tentou realizar na sociedade, um dos mais significativos processos, que se entrelaça a narrativa de parte da chamada “geração 68”.

---

<sup>290</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias”. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p.:1.

<sup>291</sup> Idem, op. cit., 2010, p.: 4.



Entender 1968 dentro deste complexo processo é entender uma parte deste sombrio passado brasileiro. É entender um pouco do significado das luzes que pairavam sob as mentes de uma, de tantas, “gerações 68”. Geração que possuiu revolucionários de acordo com o que era possível revolucionar. E não com o que, a partir do agora, se quer lançar ao passado. O nosso 1968 marca mudanças consideráveis, revolucionárias, que custaram vidas abreviadas em sua mais profunda juventude. No Brasil, ele marcou o início de mudanças. Mudanças que por seu contexto particular enfrentaram as mais sólidas resistências, oriundas de diversas partes, até mesmo dos próprios revolucionários de nossas esquerdas. Os comportamentos, costumes, sexualidades e relações de gênero estão entre os enfrentamentos que aqui também se processaram e por isso é preciso observar todas as nuances das disputas que os envolveriam. É preciso perceber que nada estava consolidado, como as diversas falas a partir do presente propõem. É preciso entender, por exemplo, o que as mulheres e os homossexuais enfrentaram em seus cotidianos de luta, para tentar mudar a realidade que os cercavam. É preciso entender as características dos mecanismos de poder, as lógicas e finalidades pelas quais o passado é usado. É preciso, por fim, entender o que a memória coletiva diz de nós e a quem essas palavras servem dentro do processo de conciliação social após duas décadas de ditadura civil-militar.

Neste sentido a exaltação das transformações comportamentais e o gradual silenciamento do potencial combativo e revolucionário de segmentos da geração 68 brasileira que vem se desenvolvendo nas últimas cinco décadas, contribuem para anistiar moralmente frente à memória social corrente sobre o processo, as classes médias que lucraram com o crescimento econômico enquanto alguns de seus filhos eram brutalmente torturados e mortos. Jovens que aderiram à luta armada pelo fim do regime autoritário e pela revolução socialista, enfrentando até as últimas consequências o terrorismo de Estado promovido pela ditadura civil-militar que se escondia por traz de uma fachada de democracia.

Pierre Nora teceu importantes formulações sobre as perspectivas que caracterizam e que ao mesmo tempo dicotomizam memória e história.<sup>292</sup> Todavia, podemos considerar que tais antagonismos na prática da História da Memória já foram superados, na medida em que passaram a ser percebidas não como polos antagônicos, mas como exercícios essencialmente diferentes. É o que coloca Henry Rousso, ao

---

<sup>292</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dez. 1993, p. 9.

propor que é parte do ofício do historiador explicar o desenvolvimento das representações do passado junto à sociedade. É através deste olhar que se organizou o presente trabalho, entendendo como se deu o desenvolvimento do ano de 1968, de suas gerações, e o que se diz de ambos, no decorrer desses 50 anos. Pois, segundo Henry Rousso, o passado pertence acima de tudo àqueles que o viveram e, no entanto, acaba por se tornar um patrimônio comum que o historiador retoma e tenta tornar inteligível à sociedade.<sup>293</sup>

---

<sup>293</sup> ROUSSO, *op. cit.*, 1996, pp.: 97 e 98.

## **Bibliografia:**

ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, FERREIRA, ARAUJO, QUADRAT (orgs.): Ditaduras e Democracias na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

BASTOS, Natalia de Souza. Perdão meu Capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em Organizações da Esquerda Armada (Brasil, anos 1960-1970). In: GOIAS, J. B. H & QUADRAT, Samantha V. Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1. sem. 2000).- Niterói: EdUFF, 2008.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. Para uma História Cultural. Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, MOLLO, PEREIRA, DA MATA. (orgs.). Tempo presente & usos do passado. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012, vol.1.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. vol. 1. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 17ª edição, 1988.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade. Vol. 2. O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 11ª edição, 1984.

GARCIA, Marco Aurélio. Em busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000) - Niterói, EdUFF, 2008.

HALSBWACHAS, Maurice. A Memória Coletiva. Ed Centauro, São Paulo, 1997.

HAUG, Wolfgang Fritz. 1968 na Alemanha. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

HOBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Ed. Cia das Letras, São Paulo, 1995.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Jacques Revel. Jogos de Escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). Culturas Políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte. Fino Traço, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dez. 1993.

PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em História Oral. Projeto História. n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

QUADRAT, Samantha Viz. Capítulo 6: A oposição juvenil à Unidade Popular. In.: ROLLEMBERG, D. & QUADRAT,S (orgs.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 1968: A Paixão de uma Utopia. Editora Fundação Getúlio Vargas, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”, “Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória”. In ----- (org.). Versões e ficções. O sequestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1997.

\_\_\_\_\_. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999, pp.: 55 e 56

\_\_\_\_\_. Que história é essa? In: ----- (org.). Versões e ficções. O sequestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1997.

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: Rollemborg, D. & Quadrato, S (orgs.). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Esquecimento das memórias. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica” Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, SOS Corpo, 1991, p.: 21.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e Abusos da História Oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOIHET, Rachel. “Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert”. Cadernos Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. “Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa” Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP. Vol.45 (2012) jul/dez Gênero e Subjetividades.

\_\_\_\_\_e PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” In: Revista Brasileira de História. Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul-dez. 2007.

TODOROV, Tzvetan. Los Abusos de la memoria. Barcelona Y ediciones Paidós Ibérica, S.A., Buenos Aires, 2004.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

## Fontes documentais:

*Livros, cartas e escritos:*

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo, Globo, 1998.

COHN-BENDIT, D., SAUVAGEOT, J., GEISMAR, A., DUTEUIL, J.-P. A Revolta Estudantil. Editora: Laudes, Rio de Janeiro, 1968.

DANIEL, Herbert. Passagem para um próximo sonho: um possível romance autocrítico. Codecri, Rio de Janeiro 1982.

\_\_\_\_\_ & MICCOLIS, Leila. Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade. Achiamé, Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. Meu corpo daria um romance. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. Carta de Herbert Daniel, publicada no “Lampião da Esquina”, março de 1980, nº 22, ano 2, p.: 10.

\_\_\_\_\_. “Somos a maioria”. Panfleto da campanha de Herbert Daniel para o cargo de deputado estadual pelo Rio de Janeiro na eleição de 1986.

\_\_\_\_\_. Homossexual: defesa dos interesses? In: GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000)- Niterói, EdUFF, 2008.

GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? 23ª edição, Rio de Janeiro, Codecri, 1981 (Coleção Edições do PASQUIM; V. 66).

\_\_\_\_\_. O crepúsculo do macho Rio de Janeiro, Codecri, 1980 (Coleção Edições do PASQUIM; V. 82).

\_\_\_\_\_. Entradas e Bandeiras. Rio de Janeiro, Codecri, 1981 (Coleção Edições do PASQUIM; V. 94), pp.: 97 e 98.

SILVA, Aguinaldo. Nota introdutória. In: Íntegra da Carta de Herbert Daniel, publicada no “Lampião da Esquina”, março de 1980, nº 22, ano 2, p.: 10.

SIRKIS, Alfredo. Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida. Ed. Record, Rio de Janeiro, 1980.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.: 28.

*Jornais:*

“O Globo”, Caderno especial 68, Rio de Janeiro, 11 de maio de 2008.

*Peças de teatro:*

COUTINHO, Paulo César .A lira dos 20 anos. 1978. (Texto registrado no banco de dados da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais)

\_\_\_\_\_. Musica e sangue da Lira- uma história de vida, 1984, p.: 2. (Comentário inserido pelo autor junto ao texto original da peça: A lira dos 20 anos. 1978. Registrado no banco de dados da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais)

*Filmes documentários:*

Memória e História, utopia e barbárie. Direção: Sílvio Tendler, 2005.

Hercules 56. Direção: Sílvio Da-Rin, 2006.

O SOL: Caminhando Contra o Vento. Direção: Tetê Moraes, 2006.

Memória do Movimento Estudantil: O afeto que se encerra em nosso peito juvenil. Direção: Sílvio Tendler, 2007.

*Filmes de ficção:*

O que é isso companheiro? Direção: Bruno Barreto, Globo Filmes, 1997.

*Séries de TV:*

Anos Rebeldes. Direção: Denis Carvalho, Rede Globo, 1992.

Maio de 68: Revolta ou Revolução? Direção: Laila Dawa, & Roberto Chaves, TV- Cultura, 2008.

1968- Arquivo N, episódio 1: Somos jovens e queremos mudar o mundo. Direção: Alice Maria Central Globo de Jornalismo, 2008.

1968- Arquivo N, episódio 2: Quando a rua faz a história. Direção: Alice Maria, Central Globo de Jornalismo, 2008.

1968- Arquivo N, episódio 3: Quando as diferenças fazem a história. Direção: Alice Maria, Central Globo de Jornalismo, 2008.

1968- Arquivo N, episódio 2: Quando as heranças fazem a história. Direção: Alice Maria, Central Globo de Jornalismo, 2008.



*Eventos:*

Cine-Debate (Cinehist) promovido pelo GT Cultural do Centro Acadêmico de História da Universidade de Federal Fluminense. Niterói 21 de maio de 2008.

*Entrevistas:*

Entrevista de Lígia Maria Coelho Rodrigues, concedida em 01/02/2005. In Rachel. “Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para uma sociedade mais justa” Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP. Vol.45 (2012) jul/dez Gênero e Subjetividades.

Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Viera de Souza. In: GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000)- Niterói, EdUFF, 2008.